

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO

São Paulo

2022

DIRETORIA MANTENEDORA

Conselho de Curadores

Presidente

Celita Procópio de Carvalho

Integrantes

Benjamin Augusto Baracchini Bueno

Octávio Plínio Botelho do Amaral

José Antonio, de Seixas Pereira Neto

Diretor-Presidente

Dr. Antonio Bias Bueno Guillon

CENTRO UNIVERSITÁRIO ARMANDO ALVARES PENTEADO

Diretor Acadêmico

Rogério Massaro Suriani

Procuradora Institucional

Sheila Aparecida Teodoro

Coordenação de Curso

Prof. Dr. Fernando José da Costa

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE

Prof. Dr. Fernando José da Costa – parcial

Prof. Dr. Marcos Renato Schahin – integral

Prof.^a Dr.^a Mayara Ferrari Longuini – integral

Prof.^a Náila Cristina Ferreira Nucci – integral

Prof. Dr. Fernando Cardozo Fernandes Rei – parcial

Matriz Curricular 2022.1

Revisão /Atualização **14/02/2025**

Dados Cadastrais do Curso

Denominação	Curso de Direito
Modalidade	Presencial
Titulação	Bacharel
Instituição	Centro Universitário Armando Álvares Penteado
Localização	Rua Alagoas 903, Higienópolis, São Paulo, SP
Diretor da Unidade	Rogério Massaro Suriani
Coordenador do Curso	Fernando José da Costa
Número de vagas anuais	60 vagas anuais
Regime	Semestral
Tempo mínimo de integralização¹	10 semestres (5 anos)
Tempo máximo de integralização	20 semestres (10 anos)
Carga Horária Total	Total da carga horária de disciplinas obrigatórias: 3.636 h/a Atividades Complementares: 50 h/a Práticas Extensionistas: 448 h/a Estágios: 300 h/a (sendo 180 de NPJ e 120 de Estágio Externo) Trabalho de Curso: 36 h/a LIBRAS (Disciplina optativa): 36 h/a = 30h Total da carga horária do curso: 4470 h/a (3725 hora-relógio)

¹ Conforme previsão do Art. 47, § 2º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), “os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino.”.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6
1 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	7
1.1 Políticas institucionais no âmbito do curso.....	7
1.2 Concepção do curso.....	11
1.3 Objetivos do Curso.....	14
1.4 Perfil Profissional do Egresso.....	16
1.5 Requisitos e Formas de Acesso.....	19
1.5.1. Perfil Desejado do Ingressante.....	20
1.6 Matriz Curricular.....	21
1.6.1. Justificativa da Matriz Curricular.....	26
1.6.1.1. O Projeto Pedagógico Institucional.....	26
1.6.1.2. O Projeto Pedagógico Institucional e sua relação com o Curso de Direito.....	28
1.6.1.3. Os requisitos legais relacionados às temáticas voltadas à discussão sobre direitos humanos, direito ambiental, sustentabilidade, diversidade, valores democráticos.....	31
1.7 Ementas e Bibliografias.....	34
1.8 Estratégias metodológicas.....	72
1.9 Procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem.....	75
1.10 Estágio Curricular Supervisionado.....	77
1.10.1. Núcleo de Prática Jurídica.....	77
1.10.2. Estágio Externo.....	79
1.11 Trabalho de Curso.....	81
1.12 Atividades do Curso.....	83
1.12.1. Atividades Complementares.....	83
1.12.2. Programa de Monitoria.....	85
1.12.3. Iniciação Científica.....	85
1.12.4. Práticas Extensionistas.....	89
1.13 Apoio ao Discente.....	91
1.13.1. Apoio Acadêmico ao aluno Portados de Necessidades Especiais (PNE).....	93
1.14 Tecnologias da Informação e da Comunicação – TIC – no processo de ensino e aprendizagem.....	96
1.15 Convênios e parcerias.....	99

2 CORPO SOCIAL E TUTORIAL.....	101
2.1 Coordenação de Curso.....	101
2.2 Atuação do Coordenador.....	101
2.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE).....	102
2.4 Funcionamento do Colegiado de Curso.....	104
2.5 Perfil Docente.....	105
2.5.1. Quadro Docente.....	107
3 INFRAESTRUTURA.....	110
3.1 Espaço Físico.....	110
3.1.1. Espaço de Trabalho para Docentes em Tempo Integral.....	111
3.1.2. Espaço de Trabalho para o Coordenador.....	111
3.1.3. Sala Coletiva de Professores.....	112
3.1.4. Salas de Aula.....	112
3.2 Acesso dos alunos a equipamentos de Informática.....	112
3.3 Laboratórios.....	113
3.3.1. Laboratórios de Formação Básica.....	113
3.4 Biblioteca.....	113
3.4.1. Formas de Atualização e Expansão do Acervo.....	114
3.4.2. Horário de Funcionamento.....	115
3.4.3. Serviços Oferecidos.....	115
4 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA.....	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	121

APRESENTAÇÃO

Desde sua criação, o curso de Direito tem buscado pensar a preparação dos futuros profissionais de forma a atender às necessidades de uma formação de excelência. A visão estratégica é a de preparar profissionais e cidadãos com habilidades e competências técnicas e valores humanísticos, aptos para atuar tanto no setor privado como nas instituições públicas responsáveis pela administração do Estado e da Justiça.

O curso está instalado em um dos principais polos de produção e difusão de riquezas da América do Sul. A cidade e o Estado de São Paulo geram um percentual significativo do Produto Interno Bruto brasileiro. A cidade de São Paulo é o centro industrial mais amplo e importante da América Latina e nela está localizado o centro econômico e financeiro da América do Sul.

As novas habilidades e competências necessárias para o desempenho de funções jurídicas exigidas pelo ambiente empresarial e econômico onde o curso está instalado impõem inovação em relação à formação jurídica. São exigidos profissionais que saibam tomar decisões e oferecer consultorias, tanto na área pública quanto no setor privado, dominando a linguagem técnica do Direito brasileiro e, também, idiomas estrangeiros, atuando de modo consciente e crítico perante seu ambiente cultural e as organizações e instituições nacionais e internacionais.

A visão estratégica está definida em consonância com a missão da Instituição, as diretrizes curriculares nacionais, a adequação às demandas locais e mundiais, visando garantir a construção do perfil do egresso. O perfil do curso encontra-se consolidado em Direito Empresarial e suas interfaces com as demais áreas do Direito, incluindo os pilares de governança empresarial e suas dimensões ambiental, social e econômica. Isto é, o foco não se limita apenas no viés empresarial isolado, o curso hoje estimula no corpo discente uma visão integrada dos diversos ramos do Direito, formando assim um aluno com um perfil completo e preparado para enfrentar os desafios do mercado jurídico contemporâneo.

Procurando oferecer uma sólida formação teórica ao lado de uma formação humanística e inovadora, o ambiente da I.E.S. e, por consequência, do Curso tem uma visão diferenciada do mercado de trabalho. Este, no caso dos cursos jurídicos, atinge a atuação em várias frentes de atuação, tanto em órgãos públicos, como também em empresas privadas e em profissões liberais, sem descuidar da formação intelectual e do preparo para o exercício da cidadania.

1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

1.1 Políticas institucionais no âmbito do curso

A missão do Centro Universitário Armando Álvares Penteado é a de “promover o ensino, a iniciação à pesquisa e a extensão, formando profissionais altamente preparados, com pensamento artístico, capacidade crítica de suas ações e consciência de suas responsabilidades para com as organizações e para com a sociedade, de modo a contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país”.

No cumprimento de sua Missão, a instituição tem procurado cultivar os seguintes valores:

- excelência acadêmica;
- comprometimento com a arte e a cultura;
- respeito à cidadania e ao comportamento ético e social;
- compromisso com a sociedade e com a qualidade de vida;
- visão de futuro centrada na inovação social sustentável.

A visão da Instituição é a de que ela deverá estar entre as melhores Instituições de Ensino Superior – IES e de referência do país. Os profissionais formados estarão aptos a ocupar as mais destacadas posições em seu campo de formação, no Brasil e no exterior, na qualidade de líderes conhecidos e respeitados no mercado de trabalho e de empreendedores altamente qualificados.

O Curso de Direito está fundamentado na Resolução CNE/CES n. 5, de 17 de dezembro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, alterada pela Resolução CNE/CES n. 2, de 18 de abril de 2021. Foi criado em 1999, autorizado pela Portaria N.º 499, de 12 de março de 1999 (DOU n.º 50-E de 16.03.99 e n.º 93-E de 18.05.99), do Ministério da Educação, e implantado no mesmo ano, com carga horária de 4282 horas-aula e prazo mínimo de integralização de 10 semestres letivos.

Foi depois reconhecido pela Portaria MEC nº 1.112 de 05/04/2005, publicado no D.O.U de 06/04/2005. A renovação de reconhecimento do curso foi concedida pela Portaria nº 157 de 04 de abril de 2013, e publicada no Diário Oficial da União de 05/04/213 – Seção 1– página 30.

Em junho de 2014 foi aberto novo processo de renovação de reconhecimento e o ato autorizativo veio com a Portaria SERES nº 1346, de 15 de dezembro de 2017. O último ato autorizativo veio com a Portaria SERES nº 206, de 20 junho de 2020.

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito tem como ponto de partida o Projeto Pedagógico Institucional que reflete as discussões e as reflexões dos grupos envolvidos na gestão e na condução do processo educacional no Centro Universitário, tais como professores, colaboradores, alunos e órgãos colegiados da instituição.

Os temas geradores do processo de construção da proposta pedagógica institucional foram objeto de estudo e de debates em diferentes instâncias, tais como: Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Colegiado de Curso, grupos de profissionais que atuam nos diferentes setores administrativos e de apoio acadêmico; representantes dos alunos egressos e membros da sociedade civil.

Essa construção coletiva resultou nos parâmetros para a elaboração do Projeto Pedagógico Institucional, orientador do Projeto Pedagógico do Curso, além de ser o articulador das muitas ações educativas que extrapolam os limites geográficos da sala de aula, perpassam o campus universitário e se prolongam para os diferentes cenários sociais do entorno e para organizações do mercado profissional nacional e internacional.

Dessa forma, o Projeto Pedagógico Institucional emergiu da própria identidade e da história da Instituição e foi delineado considerando os diferentes seres, saberes e fazeres que já existiam na IES. O fato de o Centro Universitário Armando Álvares Penteado ter, em sua origem, cinco faculdades, permitiu que a integração vivenciada em 2018 agregasse o que de melhor cada uma delas realizava, favorecendo a construção da proposta pedagógica para o Centro Universitário efetivamente multi, inter e transdisciplinar e propiciando a integração de diferentes áreas do conhecimento por meio de projetos e ações educativas de dimensão integradora.

A Instituição caracteriza-se por ser um oceano de infinitas possibilidades formativas que integram diferentes atividades, projetos, ações de ensino da Graduação, Pós-Graduação e Extensão, bem como pelo relacionamento harmônico da comunidade acadêmica, facilitando a implementação e a execução de modelos administrativos e práticas pedagógicas.

No âmbito do curso, as políticas de ensino, extensão e pós-graduação podem ser explicitadas da seguinte maneira:

● Políticas de Ensino do Centro Universitário Armando Álvares Penteado espelhadas no âmbito do curso

- formação do profissional inserido na sociedade global;
- formação humanista;
- produção de um ensino de excelência;
- compromisso com as inovações tecnológicas;
- respeito às diversidades sociais, políticas, econômicas e religiosas;
- preocupação com a interdisciplinaridade;
- ênfase no pluralismo metodológico; e
- desenvolvimento do senso ético de responsabilidade social necessário ao exercício profissional.

● Políticas de Extensão

- oferecer serviços culturais, artísticos e educacionais à comunidade acadêmica e à cidade de São Paulo;

- estabelecer parcerias com órgãos públicos, empresas privadas, instituições de ensino e organizações do terceiro setor, que possam ser de interesse da comunidade em geral e que possam resultar em desenvolvimento econômico da comunidade;

- proporcionar aos alunos formação interdisciplinar, cultural, científica, tecnológica, promovendo a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

● Políticas de Pós-Graduação

- integração dos modelos pedagógicos e dos princípios teórico-metodológicos dos cursos de Graduação com os cursos de Pós-Graduação lato sensu de modo a

oferecer ao aluno oportunidade de continuidade da sua trajetória formativa e com base no conceito de Educação ao Longo da Vida – Lifelong Learning;

- articulação com a coordenação dos cursos de Graduação constituindo uma gestão participativa e colaborativa com a coordenação de Pós-Graduação e Extensão, garantindo os princípios pedagógicos e dimensão coerente de uma formação profissional cujo início está na Graduação;
- mapeamento do mercado e identificação de tendências e novas competências na formação de profissionais no nível da especialização;
- agilidade nos processos de criação de cursos e de sua oferta, a fim de atender, com agilidade e fluidez, às demandas constantes do mercado; e
- inserção de situações de aprendizagem mediadas por tecnologias e com participação de profissionais renomados do mercado nacional e internacional.

O alinhamento entre as políticas de ensino e pós-graduação já existe e pode ser percebido tanto pelos atuais alunos e egressos da Instituição quanto por docentes que transitam pelos cursos oferecidos. Neste sentido, as políticas de ensino cuidam da formação teórica e humanística e profissional dos alunos presentes nos cursos de graduação sendo complementadas pelas políticas de extensão que aproximam o aluno da comunidade e das empresas, profissionais referências e órgãos públicos da região.

As políticas de Pós-Graduação permitem desenvolver ações de formação continuada, pois os docentes e coordenadores de curso dialogam e transitam pelos diversos ambientes acadêmicos da Instituição de forma a sugerir novos cursos que possam complementar o percurso formativo do aluno.

Especificamente em relação ao Curso de Direito, as políticas institucionais se relacionam e dialogam com o curso, na medida em que a sua missão é a de produzir conhecimento em Ciências Jurídicas e Sociais e formar bacharéis com senso ético e humanista, com permanente preocupação com a cidadania, a promoção da dignidade social, o empreendedorismo e a inovação, desenvolvendo dessas habilidades e competências para as carreiras jurídicas e correlatas, respeitados os direitos garantidos pelo sistema jurídico nacional e pela ordem internacional.

1.2 Concepção do curso

A concepção do curso de Direito fundamenta-se nos valores expressos no Plano de Desenvolvimento Institucional do Centro Universitário Armando Alvares Penteado, contemplando os princípios pedagógicos contidos em seu PPI. Para entendimento do presente projeto pedagógico, faz-se necessária uma contextualização da Instituição, sua trajetória e recente processo de unificação de mantidas e transformação de organização acadêmica.

A história do Centro Universitário Armando Alvares Penteado se confunde com a origem da família do empresário e mecenas Armando Alvares Penteado. Seu espírito e atuação vanguardistas foram direcionados pela identificação com as áreas de artes e ciências, seus anos de estudos na Europa e por suas constantes temporadas de convivência e participação no meio artístico e cultural progressista parisiense.

Ao falecer, em 1947, Armando Alvares Penteado deixou, em testamento, o delineamento da Fundação com a determinação de que fosse construída uma Eschola de Bellas Artes, compreendendo Pintura, Esculptura, Decoração e Architetura, com uma Pinacoteca. É nesse mesmo local, no bairro de Higienópolis em São Paulo, que hoje, ainda se encontram não só os prédios do Centro Universitário, mas também o Museu de Arte Brasileira – MAB e o Teatro FAAP.

A Fundação Armando Alvares Penteado, ao longo de sua trajetória educacional, sempre demonstrou competência para vencer desafios de forma inovadora e qualificada. Ciente de que os mecanismos de apreensão, transformação e aplicação do conhecimento têm sido historicamente determinantes para o progresso das sociedades, a Fundação Armando Alvares Penteado sempre buscou talentos capazes de acompanhar o progresso e traduzi-lo em saber para os seus alunos.

Como parte integrante da sua política de ação e da sua organização, a Fundação Armando Alvares Penteado consolida seus vínculos com organizações sociais, culturais, artísticas, governamentais e empresariais para fortalecer o vínculo com a comunidade de modo a ampliar as possibilidades de acesso ao conhecimento e de vivência da prática na trajetória formativa dos seus alunos.

A FAAP valoriza a integração com a sociedade e com as empresas a fim de impulsionar o desenvolvimento profissional dos alunos e favorecer a sua imediata inserção no universo profissional. A administração, em todos os níveis, distingue-se

pela sua integridade e compromisso com a educação de qualidade e com os valores éticos universais. A trajetória da instituição e a forma como ela se coloca na sociedade brasileira definem sua posição como um centro de ensino de excelência dentre as demais Instituições de Ensino Superior do país.

Cabe destacar que, desde sua formação, o Centro Universitário FAAP cresceu buscando estar na vanguarda e atender às demandas de um mercado exigente e em constante transformação, acompanhando, de maneira exemplar, as modificações sociais que ocorreram no país e no mundo. As práticas educativas, que sempre acompanham as inovações pedagógicas e tecnológicas, e a formação cultural, social dos alunos de modo a cunhar uma identidade em acordo com a missão, visão e valores institucionais.

Em 2018, a FAAP protocolou junto ao Ministério da Educação o processo de unificação das mantidas, pois a antiga organização institucional definida por Faculdades respondia a uma visão especializada e segmentada da ciência e do conhecimento e que a partir do crescimento da dimensão sistêmica dos saberes e da própria ciência, a segmentação deu lugar à integração e à diversidade.

Em 2019, a instituição obteve seu credenciamento para a oferta de cursos na modalidade a distância com o objetivo de acompanhar as transformações da contemporaneidade, manter-se de forma diferenciada no cenário do ensino superior brasileiro e legitimar o trabalho realizado por professores e alunos com relação uso de tecnologias educacionais.

A partir da unificação, a comunidade acadêmica, como um todo, iniciou a construção da identidade institucional, compartilhando pensamentos, práticas e processos de forma estratégica para que as ações acadêmicas pudessem ocorrerem de forma colaborativa, definindo a construção de um processo mais ágil e sistêmico que respondessem aos desafios da nova estrutura.

O processo de unificação também deu força a uma aspiração antiga da instituição que era a transformação de sua organização acadêmica para Centro Universitário, concretizada no ano de 2021, tendo como princípio o respeito à sua identidade, construída ao longo de mais de 50 anos de história de atuação na Educação Superior, especialmente vinculada às artes, à cultura, às humanidades e ao vanguardismo.

Inserido em uma das maiores metrópoles mundiais e, também, da América Latina, o Centro Universitário Armando Alvares Penteado está localizado no bairro de

Higienópolis e possui uma infraestrutura bem planejada e composta por 05 (cinco) prédios que comportam todos os cursos e atividades oferecidas pela Instituição. A localização da Instituição é estratégica, com uma futura estação de metrô contígua à instituição e a proximidade com a região da Avenida Paulista, considerada um grande centro comercial de São Paulo. Também nessa região, estão localizadas instituições de ensino superior importantes como o Mackenzie, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP, bem como Instituições de Educação Básica, como o próprio Colégio FAAP, o Colégio Dante Alighieri, o Colégio Presbiteriano Mackenzie, o Colégio Equipe, o Colégio Nossa Senhora do Sion e o Colégio Rio Branco.

Apesar de a sede da Instituição estar localizada na cidade de São Paulo, a IES possui uma inserção nacional e internacional. Sua influência nacional dá-se por meio dos cursos *in company*, treinamentos e capacitações oferecidos pela Instituição. Nesse sentido, já possibilitou a formação de diversos gestores e profissionais atuantes no setor público e na área de negócios, bem como a difusão da cultura chinesa em atividades realizadas em parceria com o Instituto Confúcio. Além disso, a FAAP possui uma unidade na cidade de Ribeirão Preto, onde fica localizado o Colégio FAAP, no qual são ofertados cursos de Extensão e Pós-Graduação, e dois escritórios, localizados nas cidades de São José dos Campos, onde também há oferta de cursos de Pós-Graduação, e em Brasília. Estes atuam no relacionamento regional, na realização de parcerias e na divulgação dos cursos oferecidos pela Instituição.

O Centro Universitário Armando Álvares Penteado também pode ser considerado uma Instituição com projeção internacional, na medida em que possui um estreito relacionamento e parcerias com diversas instituições globais, realizando missões internacionais, visitas, cursos e programas de formação em parceria e, também, sendo uma referência para alunos que escolhem o Brasil para seu programa de internacionalização.

1.3 Objetivos do Curso

Os objetivos do Curso de Direito foram definidos a partir da análise do perfil institucional e profissional do egresso, de forma a propor um percurso formativo coerente e que pudesse auxiliar no desenvolvimento das competências e habilidades propostas aos futuros profissionais. Assim, a coordenação e o Núcleo Docente

Estruturante partem do perfil do egresso (ou de seus múltiplos perfis) para então determinar os objetivos, ações e estratégias que estarão presentes ao longo do curso.

Neste sentido, o Curso de Direito objetiva oferecer a formação de profissionais de diferentes carreiras da área jurídica com postura reflexiva e ampla visão humanística e cultural, possibilitando vivências internacionais diversas. Nesses termos, os componentes curriculares objetivam que o aluno seja o protagonista de seu processo formativo, articulando as características pessoais e interesses específicos, suas potencialidades intelectuais e determinações profissionais e sociais.

São objetivos gerais do Curso:

- conjugar no âmbito do curso o ensino, a pesquisa e a extensão, de maneira a fomentar a pluralidade de aquisição, produção e socialização dos conhecimentos;
- propiciar formação humanística e jurídica inovadora tanto para a atuação na área privada como na pública, com conhecimento das realidades regional, nacional e internacional;
- formar bacharéis em Direito com elevado preparo científico e tecnológico, capacitar os bacharéis para exercício das profissões jurídicas com a valorização da postura ética e cidadã ;
- possibilitar a interação entre as habilidades técnicas e humanísticas, estimulando a formação de pessoas comprometidas com a defesa da democracia, com a responsabilidade socioambiental e com a realização da Justiça.
- valorizar conhecimentos prévios dos alunos, advindos de suas experiências de vida, articulando-os aos novos conhecimentos edificados no processo de sua formação profissional.

Nesse sentido, os objetivos específicos do curso podem ser identificados a partir da organização e divisão do curso em cinco ciclos, cada um composto por dois semestres.

O *primeiro ciclo*, que se conclui no final do 2º semestre, busca a identificação do perfil dos alunos ingressantes, no que tange à formação cultural e humanística que apresentam, atentando com isso para uma formação estrutural equilibrada para o desenvolvimento do curso, de maneira a estimular e potencializar aptidões individuais. Em torno desse objetivo, as disciplinas desse ciclo procuram desenvolver a

capacidade de leitura, da interpretação analítica e crítica de textos, orientando o discente para a organização de pesquisa e o desenvolvimento da escrita.

No *segundo ciclo*, que se desenvolve ao longo do 3.º e 4.º semestres, alcança-se maior inserção do aluno nas disciplinas dogmáticas que compõem a Ciência do Direito. Não se descuida da formação geral e da preocupação com a pesquisa e a investigação crítica do fenômeno jurídico que continuam a ser aprimoradas por meio da disciplina de Filosofia do Direito. Entretanto, são agora introduzidas e aprofundadas algumas das principais áreas do Direito Material (Penal, Trabalho, Empresarial) e as disciplinas de Direito Instrumental, relacionadas à área processual. Junto a essas disciplinas, busca-se também a sedimentação do conhecimento da Constituição Federal por meio de disciplina Direito Constitucional.

Nesse contexto, os princípios e valores apresentados no primeiro ciclo por meio de debate teórico são agora concretizados e articulados juridicamente, na medida em que assumem forma dogmática em cada disciplina. No âmbito das disciplinas da área processual, tem-se por objetivo contribuir para a substituição da cultura do litígio pela perspectiva da conciliação, enfatizando a formação do aluno como conciliador, mediador e orientador de medidas processuais iniciais.

No *terceiro ciclo*, que abrange o 5º e o 6º semestres do curso, os alunos prosseguem nos estudos das disciplinas dogmáticas fundamentais, trabalhando, em especial, os aspectos interdisciplinares que permitem alcançar um novo patamar do conhecimento jurídico, constituído por aquelas que mais se destacam no âmbito do Estado Democrático Contemporâneo: Direito Administrativo, Direito Internacional Público e Direito Previdenciário. Com esses conteúdos, o curso reforça seu compromisso com a formação contemporânea do operador do Direito.

No 6º semestre iniciam-se as atividades do Núcleo de Prática Jurídica. Este ciclo tem por objetivo não somente a aproximação necessária do graduando com os conceitos e os mecanismos próprios do Direito Público atual, capacitando o aluno para acompanhamento de atividades profissionais.

No *quarto ciclo*, composto pelas disciplinas e atividades dos 7º e 8º semestres, o aluno continua a desenvolver atividades dos Núcleo de Prática Jurídica. Tendo por base o repertório dogmático já construído, o aluno deverá ser capaz de: enfrentar problemas simulados ou reais, aplicando o conteúdo aprendido, e utilizando os mecanismos do Direito para a função de defesa de interesses, apontamento de

condutas, pareceres e jurisprudência, apurando o desenvolvimento crítico até para avaliação e julgamento de conflitos de interesses e embates de direitos.

Assim, as Práticas Jurídicas direcionam o aluno para as principais áreas das Ciências Jurídicas, capacitando-os ao raciocínio prático e para a tomada de decisões no âmbito de instituições jurídicas nacionais e internacionais. Todos esses conteúdos levam em consideração a formação integral do aluno e contribuem para que ao final do curso, esteja preparado para realizar, com sucesso, o exame da Ordem dos Advogados do Brasil.

Ao término do *quarto ciclo*, o graduando encontra-se habilitado para compreender a demanda de atualização e aprofundamento em temas relevantes do conhecimento da prática judicial entre profissionais graduados em Direito. Os aspectos ligados às carreiras profissionais recebem particular atenção. Dessa forma, as temáticas discutidas envolvem questões da globalização, das relações econômicas, seus impactos políticos e o papel dos operadores do Direito diante da realidade em constante transformação.

No *quinto e último ciclo* do curso, composto pelos dois semestres finais (9º e 10º semestres), encontram-se, junto à complementação e aperfeiçoamento dos conteúdos dogmáticos obrigatórios, disciplinas que reforçam o vigo multidisciplinar e global do curso nas disciplinas Direito Ambiental, Direito Internacional Privado e Governança Global. Ademais, as disciplinas eletivas confirmam a pluralidade e a flexibilidade com que nosso currículo se apropria da diversidade que caracteriza o saber jurídico no século XXI.

O ciclo final tem por objetivo consolidar o repertório de conhecimentos oferecidos ao graduando ao longo de todo o curso. Nesse sentido, busca-se capacitar o egresso para as escolhas que são próprias à finalização do curso, como é o caso da preparação do exame da Ordem dos Advogados do Brasil, em sua segunda fase, que, por ter uma proposta de avaliação prática-profissional, exige do aluno a demonstração de habilidades técnicas da escrita técnica e jurídica.

1.4 Perfil Profissional do Egresso

Em termos gerais, cada um dos cursos oferecidos pelo Centro Universitário procura caracterizar o seu egresso como um profissional que, na perspectiva de

participação colaborativa, tenha um domínio técnico de sua área e, ao mesmo tempo, seja um profissional generalista, empreendedor e com sólida visão social, capaz de gerir do pequeno ao grande negócio.

Assim, Instituição propõe-se a formar profissionais com perfil empreendedor e com capacidade de responder às demandas de uma sociedade cada vez mais dinâmica, tecnológica e globalizada, contribuindo para a promoção de valores humanistas, o respeito pela diversidade, o desenvolvimento socioeconômico sustentável do país e sua inserção no cenário internacional.

As habilidades e competências intelectuais e técnicas devem corresponder também uma nova postura ética, que o recoloca nos centros de produção de conhecimento e decisão, tanto na área pública quanto na área privada, como cidadão responsável e consciente das novas demandas nacionais e internacionais.

Ao perfil institucional do egresso (descritas no PPI do Centro Universitário Armando Alvares Penteado), somam-se as seguintes competências e habilidades específicas do Curso Direito:

- compromisso com a ética, a cidadania e a qualidade da prestação da justiça;
- visão globalizada das relações econômicas, políticas e culturais;
- consciência de sua responsabilidade social, política e ambiental;
- consciência de seu papel em uma sociedade em permanente transformação e da necessidade de buscar de uma formação continuada;
- formação interdisciplinar, envolvendo diferentes campos do saber e diferentes áreas das ciências jurídicas;
- raciocínio prático apto a julgar, persuadir, prevenir e/ou decidir conflitos;
- capacidade de trabalhar em equipe, estando apto a liderá-la;
- domínio da leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos;
- criatividade e senso crítico na interpretação e utilização das fontes do Direito, bem como na busca das soluções mais justas e adequadas para problemas;
- adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

- domínio de tecnologia e métodos atualizados para compreensão e aplicação do Direito.

Estas habilidades e competências intelectuais e técnicas do bacharel em Direito devem corresponder também uma nova postura ética, que o recoloca nos centros de produção de conhecimento e decisão, tanto na área pública quanto na área privada, como cidadão responsável e consciente das novas pautas nacionais e internacionais.

Com isso, propõe-se a formar bacharéis com perfil empreendedor e com capacidade de responder às demandas de uma sociedade cada vez mais dinâmica, tecnológica e globalizada, contribuindo para a promoção de valores humanistas, respeito pela diversidade, desenvolvimento socioeconômico sustentável do país e sua inserção no cenário internacional.

Em suma, o egresso do curso de Direito deverá aliar uma sólida base técnica à formação humanística, e apresentar competências, de um profissional globalizado, interdisciplinar, responsável pelas mudanças sociais, demonstrando habilidades e competências, como as seguintes:

- compromisso com a ética, a cidadania e a qualidade da prestação da justiça, assim como a consciência de seu papel individual em sociedade – habilidades desenvolvidas por meio dos ensinamentos contidos em disciplinas como, Temas Contemporâneos de Direito, Teorias do Poder e da Justiça, Direito e Estratificação na Sociedade Brasileira e Direitos humanos;
- visão globalizada das relações econômicas, políticas e culturais – competência trabalhada em diversas disciplinas, tais como: Direito, Arte e Expressão, História do Direito, Direito Econômico, Economia, Direito e Desenvolvimento e, ainda, em Direitos Constitucionais Fundamentais;
- consciência de sua responsabilidade social, política e ambiental – habilidades desenvolvidas por disciplinas como Direitos Humanos, Formas Consensuais de Solução de Conflitos e Direito Ambiental.
- formação interdisciplinar, domínio da leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos; pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- criatividade e senso crítico na interpretação e utilização das fontes do Direito, bem como na busca das soluções mais justas e adequadas para problemas;

adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

O perfil do egresso do curso de Direito considera as determinações das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso, Resolução CNE/CES no 5, de 17 de dezembro de 2018, atualizada pela Resolução CNE/CES no 2, de 19 de abril de 2021. Para atender ao perfil profissional pretendido para os futuros profissionais formados no curso de Direito do Centro Universitário Armando Álvares Penteado entende-se ser imprescindível fornecer os instrumentais necessários para inseri-los na visão ampla do mundo atual, sem deixar de enfatizar a necessidade de considerar as riquezas da realidade regional.

1.5 Requisitos e Formas de Acesso

O ingresso dos alunos é realizado por Processo Seletivo, sendo efetivado por diferentes modalidades:

- Avaliação Tradicional: As provas são realizadas no segundo semestre do ano para ingressantes em fevereiro, e no primeiro semestre para ingressantes em agosto.
- Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): Os alunos podem ingressar de acordo com a inscrição e pontuação no ENEM
- International Baccalaureate (IB), ABITUR e Diplômê Du Baccalauréat (BAC): Mediante obtenção de pontuação mínima nas respectivas certificações, carta motivadora/*personal statement* e demais requisitos correspondentes listados no edital do Processo Seletivo escolhido.
- Transferência: O processo de transferência ocorre no final de janeiro para o preenchimento de vagas remanescentes de fevereiro, e no final de julho para preenchimento de vagas remanescentes de agosto nas seguintes situações:
 - Aproveitamento de estudos – destinado aos portadores de Diploma de Curso Superior ou àqueles que tenham interrompido seus estudos no Ensino Superior;
 - Transferência externa – destinado aos alunos de outras instituições interessados em fazer transferência para o Curso de Direito, mediante análise de disciplinas cursadas.

- Transferência *ex-officio* – se opera independentemente da época e disponibilidade de vaga, sendo assegurada aos servidores públicos federal e seus dependentes transferidos no interesse da Administração, na forma da legislação específica (Lei nº 9.536/97) e art. 49, parágrafo único da Lei nº 9.394/96.

O processo seletivo de ingresso é precedido de edital divulgado na Instituição (de forma presencial) ou no site oficial, obedecendo a critérios e normas de seleção e admissão que levam em conta os currículos do Ensino Fundamental e Médio.

1.5.1. Perfil Desejado do Ingressante

O perfil do ingressante está diretamente relacionado com as modalidades de ingresso estabelecidas pelo Processo Seletivo, nas quais são priorizados o raciocínio e a habilidade argumentativa do aluno, e não sua capacidade de memorização de grande quantidade de informações.

Nesse sentido, o ingressante deve apresentar, de um modo geral, habilidades e competências no domínio da linguagem, demonstrando sua capacidade para argumentar de maneira fundamentada, em particular por meio da expressão escrita.

Também compõem o perfil desejado do ingressante as seguintes habilidades e competências:

- capacidade de leitura e compreensão de textos;
- capacidade de produção de textos adequados às diferentes necessidades e circunstâncias, fazendo uso de recursos expressivos e retóricos, tais como coerência, clareza, precisão lexical e argumentação exaustiva;
- habilidade de análise, síntese e crítica; e
- percepção do conhecimento e do processo de aprendizado não só como instrumentos úteis para o mercado de trabalho, mas principalmente como valores básicos para compreensão da comunidade em que vive.

1.6 Matriz Curricular

A organização curricular definida para o Curso de Direito está em consonância com a legislação específica, ou seja, a **Resolução CNE/CES n. 5, de 17 de**

dezembro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, alterada pela **Resolução CNE/CES n. 2 de 19 de abril de 2021**; o curso segue o regime modular semestral, com diplomação em 5 anos, com uma carga horária total de **4470 h/a**, isto é, 3725 horas-relógio, integralizadas em, no mínimo 10 semestres².

Trata-se de um curso sedimentado na contínua avaliação, no acompanhamento das discussões sobre as Diretrizes Curriculares e na reflexão sobre o contexto educacional do país, a fim de propiciar aos estudantes conhecimentos, habilidades e perfil profissional que permitam sua inserção diferenciada no mundo do trabalho.

A estrutura curricular, dividida em semestres, baseia-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e nas legislações expedidas pelo MEC, em especial, no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, na Portaria Normativa, nº 11, de 20 de junho de 2017 e no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 que permite a oferta de disciplinas na modalidade a distância.

Como é possível notar nos quadros expostos a seguir:

Série: 1 - 1º semestre		Aulas Semanais			Carga Horária
Disciplina	Nome	Teórica	Prática		
GRA0010	Antropologia do Direito	2,0	36	0	36
GRA0011	Direito, Arte e Expressão: Teatro	4,0	72	0	72
GRA0012	Economia Política	2,0	36	0	36
GRA0013	Fundamentos de Direito Civil	2,0	36	0	36
GRA0014	Fundamentos de Direito Constitucional	2,0	36	0	36
GRA0015	História do Direito	2,0	36	0	36
GRA0016	Introdução à Análise Jurídica	4,0	72	0	72
GRA0017	Temas Contemporâneos de Direito	2,0	36	0	36
GRA0018	Teorias do Poder e da Justiça	4,0	72	0	72
Total de Carga Horária das Disciplinas :					432
Programa de Desenvolvimento de Competências Individuais					18
Total da Carga Horária Obrigatória da Série :					450

² Conforme previsão do Art. 47, § 2º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), “os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino.”.

Série: 2 - 2º semestre		Aulas Semanais	Teórica	Prática	Carga Horária
Disciplina	Nome				
GRA0139	Direito Civil: Pessoas e Bens	4,0	72	0	72
GRA0136	Direito e Estratificação na Sociedade Brasileira	2,0	36	0	36
GRA0137	Direitos Constitucionais Fundamentais	2,0	36	0	36
GRA0144	Direitos Humanos	2,0	36	0	36
GRA0143	Economia, Direito e Desenvolvimento	2,0	36	0	36
GRA0142	Formas Consensuais de Solução de Conflitos	2,0	36	0	36
GRA0140	Fundamentos de Direito Penal: Teoria do Crime	4,0	72	0	72
GRA0138	Hermenêutica e Aplicação do Direito	4,0	72	0	72
GRA0141	Organização Constitucional Político-Administrativa	2,0	36	0	36

Total de Carga Horária das Disciplinas : **432**

Programa de Desenvolvimento de Competências Individuais	18
---	----

Total da Carga Horária Obrigatória da Série : **450**

Série: 3 - 3º semestre		Aulas Semanais	Teórica	Prática	Carga Horária
Disciplina	Nome				
GRA0576	Direito Civil: Fatos e Negócios Jurídicos	4,0	72	0	72
GRA0577	Filosofia do Direito	2,0	36	0	36
GRA0578	Fundamentos de Direito do Trabalho	2,0	36	0	36
GRA0579	Fundamentos de Direito Penal: Teoria da Pena	4,0	72	0	72
GRA0580	Fundamentos de Direito Processual Civil	4,0	72	0	72
GRA0581	Fundamentos de Direito Processual Penal	2,0	36	0	36
GRA0582	Poderes do Estado e Democracia	2,0	36	0	36

Total de Carga Horária das Disciplinas : **360**

Programa de Desenvolvimento de Competências Profissionais	36
---	----

Total da Carga Horária Obrigatória da Série : **396**

Série: 4 - 4º semestre		Aulas Semanais	Teórica	Prática	Carga Horária
Disciplina	Nome				
GRA0583	Crimes Contra a Pessoa e o Patrimônio	4,0	72	0	72
GRA0584	Direito Civil: Teoria das Obrigações	4,0	72	0	72
GRA0585	Direito do Trabalho: Individual e Coletivo	4,0	72	0	72
GRA0586	Processo Civil: Processo de Conhecimento	4,0	72	0	72
GRA0587	Processo Penal: Inquérito e Ação Penal	2,0	36	0	36
GRA0588	Psicologia e Questões Antidiscriminatórias	2,0	36	0	36

Total de Carga Horária das Disciplinas : **360**

Programa de Desenvolvimento de Competências Profissionais	36
---	----

Total da Carga Horária Obrigatória da Série : **396**

Série: 5 - 5º semestre		Aulas	Teórica	Prática	Carga
Disciplina	Nome	Semanais			Horária
GRA0589	Crimes Contra a Dignidade Sexual e a Fé Pública	4,0	72	0	72
GRA0590	Direito Civil: Obrigações e Responsabilidade Civil	4,0	72	0	72
GRA0591	Fundamentos de Direito Empresarial e das Sociedades Empresariais	4,0	72	0	72
GRA0592	Fundamentos de Direito Internacional Público	2,0	36	0	36
GRA0593	Processo Civil: Processo de Instrução e Decisão	4,0	72	0	72
GRA0594	Processo Penal: Competência, Provas e Prisões Cautelares	2,0	36	0	36

Total de Carga Horária das Disciplinas : **360**

Programa de Desenvolvimento de Competências Profissionais	36
---	----

Total da Carga Horária Obrigatória da Série : **396**

Série: 6 - 6º semestre		Aulas	Teórica	Prática	Carga
Disciplina	Nome	Semanais			Horária
GRA0595	Crimes Contra Administração Pública e Direito Penal Especial	4,0	72	0	72
GRA0596	Direito Civil: Contratos	2,0	36	0	36
GRA0597	Direito Empresarial: Obrigações Mercantis e Contratos	2,0	36	0	36
GRA0598	Direito Previdenciário e Seguridade Social	2,0	36	0	36
GRA0600	Processo Civil: Cumprimento de Sentença e Execução	2,0	36	0	36
GRA0601	Processo Penal: Procedimentos e Nulidades	4,0	72	0	72
GRA0602	Regulação da Sociedade Internacional	2,0	36	0	36

Total de Carga Horária das Disciplinas : **324**

Programa de Desenvolvimento de Competências Profissionais	36
---	----

Programa de Práticas Jurídicas Curriculares: Núcleo de Prática Jurídica I	36
---	----

Total da Carga Horária Obrigatória da Série : **396**

Série: 7 - 7º semestre		Aulas	Teórica	Prática	Carga
Disciplina	Nome	Semanais			Horária
GRA0603	Direito Civil: Coisas	4,0	72	0	72
GRA0604	Direito Empresarial: Societário	2,0	36	0	36
GRA0605	Fundamentos de Direito Administrativo	2,0	36	0	36
GRA0607	Processo Civil: Meios de Impugnação às Decisões Judiciais	4,0	72	0	72
GRA0608	Processo Penal: Recursos, Ações de Impugnação e Execução	4,0	72	0	72

Total de Carga Horária das Disciplinas : **288**

Programa de Desenvolvimento de Competências Profissionais	36
---	----

Programa de Práticas Jurídicas Curriculares: Núcleo de Prática Jurídica II	36
--	----

Total da Carga Horária Obrigatória da Série : **360**

Série: 8 - 8º semestre		Aulas Semanais	Teórica	Prática	Carga Horária
Disciplina	Nome				
GRA0609	Direito Administrativo: Licitações, Contratos e Responsabilidade	4,0	72	0	72
GRA0610	Direito Civil: Famílias	2,0	36	0	36
GRA0611	Direito do Consumidor	2,0	36	0	36
GRA0612	Direito Empresarial: Falência e Recuperação	2,0	36	0	36
GRA0613	Fundamentos de Direito Tributário	4,0	72	0	72
GRA0615	Processo Civil: Precedente e Processo Coletivo	2,0	36	0	36

Total de Carga Horária das Disciplinas : **288**

Programa de Desenvolvimento de Competências Profissionais	36
---	----

Programa de Práticas Jurídicas Curriculares: Núcleo de Prática Jurídica III	36
---	----

Total da Carga Horária Obrigatória da Série : **360**

Série: 9 - 9º semestre		Aulas Semanais	Teórica	Prática	Carga Horária
Disciplina	Nome				
GRA0616	Direito Administrativo: Serviços, Intervenções e Controle	4,0	72	0	72
GRA0617	Direito Ambiental	2,0	36	0	36
GRA0618	Direito Civil: Sucessões	2,0	36	0	36
GRA0619	Direito Financeiro	2,0	36	0	36
GRA0620	Direito Tributário: Tributos em Espécie	4,0	72	0	72
GRA0621	Ética Profissional	2,0	36	0	36
GRA0623	Trabalho de Curso - Fundamentos de Metodologia e Pesquisa	1,0	18	0	18

Total de Carga Horária das Disciplinas : **306**

Programa de Desenvolvimento de Competências Profissionais	36
---	----

Programa de Práticas Jurídicas Curriculares: Núcleo de Prática Jurídica IV	36
--	----

Total da Carga Horária Obrigatória da Série : **378**

Série: 10 - 10º semestre		Aulas Semanais	Teórica	Prática	Carga Horária
Disciplina	Nome				
GRA0625	Direito Digital	2,0	36	0	36
GRA0641	Direito Internacional Privado	2,0	36	0	36
GRA0628	Governança Global	2,0	36	0	36
GRA0629	Jurisdição Constitucional	2,0	36	0	36
GRA0630	Multidisciplinariedade e Inovação em Direito	2,0	36	0	36
GRA0633	Trabalho de Curso - Pesquisa e Produção Textual	1,0	18	0	18

Total de Carga Horária das Disciplinas : **198**

Programa de Desenvolvimento de Competências Profissionais	36
---	----

Programa de Práticas Jurídicas Curriculares: Núcleo de Prática Jurídica V	36
---	----

Total da Carga Horária Obrigatória da Série : **270**

Assim, a matriz apresenta a Carga Horária de 3672 h somando todas disciplinas e Programas vinculados aos seus respectivos semestres/respectivas séries.

Verifica-se ainda que, além das disciplinas regulares, a matriz curricular do curso prevê a realização de atividades obrigatórias para o curso, nomeadamente, as Práticas Jurídicas Curriculares, que podem ser divididas em Atividades do Núcleo de Prática Jurídica e Estágio Externo Supervisionado, além do Trabalho de Curso; Práticas Extensionistas e Atividades Complementares, que têm o caráter de estudos transversais e interdisciplinares para o enriquecimento do repertório e do perfil do formado.

Estas últimas acentuam a importância do envolvimento dos estudantes de graduação com as questões mais abrangentes da sociedade, sejam políticas, culturais ou científicas, contribuindo para sua formação ampliada. Elas são apresentadas sob múltiplos formatos (palestras, encontros, oficinas, visitas técnicas, exposições artístico-culturais, etc.) e, com seu desenvolvimento, busca-se, fundamentalmente, complementar e enriquecer a matriz curricular.

Conforme ilustra a imagem a seguir, o Curso de Direito do Centro Universitário Armando Álvares Penteado, alcança, finalmente, o **Total Geral da Carga horária do Curso (4.470 h)**, que agrega as demais atividades obrigatórias do curso, detalhadas nos itens próprios do presente projeto pedagógico.

Total Geral da Carga Horária das Séries :		3.672
Atividades Complementares		50
Práticas Extensionistas		448
Programa de Práticas Jurídicas Curriculares		
- Atividades do Núcleo de Prática Jurídica		180
- Estágio Externo Supervisionado		120
Total		300
Total Geral da Carga Horária do Curso :		4.470

1.6.1 Justificativa da Matriz curricular

A estrutura curricular para o curso de Direito estabelece expressamente as condições para sua efetiva conclusão e integralização curricular. Sua justificativa

considera as determinações das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso, Resolução CNE/CES no 5, de 17 de dezembro de 2018, atualizada pela Resolução CNE/CES no 2, de 19 de abril de 2021. Assim, o curso está organizado para alcançar seus objetivos tendo em vista, além das legislações vigentes aplicadas ao ensino superior, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), como já descrito no presente Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

1.6.1.1 O Projeto Pedagógico Institucional

O estudo do perfil do aluno ingressante e, também, do perfil desejado para o egresso do curso contribuiu para a construção de um currículo que considerasse os seguintes aspectos:

- o perfil da Instituição, seu histórico e sua aproximação com as Artes;
- a necessidade de pensar a trajetória formativa do aluno de forma transdisciplinar;
- a contemplação de componentes curriculares inovadores, ágeis e com formatos diferenciados;
- a necessidade de estabelecer, como princípio, que o aluno precisa desenvolver o papel de protagonista de seu processo de aprendizagem e deve ter, na Instituição, uma referência para auxiliar sua trajetória de acordo com seu projeto individual de formação;
- a previsão de situações de aprendizagem que considerem o desenvolvimento de competências socioemocionais (*soft skills*) de forma que o aluno possa desenvolver sua formação de forma integral para além das competências e habilidades específicas de sua área.

Neste sentido, o PPC do curso reforça o previsto no Projeto Pedagógico Institucional para os cursos de Graduação, que prevê a combinação entre diferentes tipos de componentes curriculares que permitem ao aluno traçar sua trajetória formativa de forma personalizada e de acordo com seu projeto de vida profissional e pessoal.

No Curso de Direito, a matriz prevê componentes fixos e flexíveis conforme descrição a seguir:

- Quanto aos “Componentes Fixos”:

O desenho do Projeto Pedagógico Institucional prevê disciplinas obrigatórias no currículo que constituirão a linha mestra de sua formação, ou seja, são aqueles componentes curriculares previstos nas Diretrizes Curriculares de cada curso e específicas para o profissional de determinada área, bem como disciplinas que são características do Centro Universitário Faap e que desenvolvem competências, habilidades e atitudes alinhadas ao perfil institucional do egresso da instituição.

Neste sentido, estão previstos 2 (dois) tipos de componentes **curriculares fixos**:

- **Componentes Curriculares Fixos relacionados às Diretrizes Curriculares Nacionais e à área de formação do aluno:** constituem a linha mestra do currículo, em consonância com as Diretrizes Curriculares de cada curso e específicas para o profissional da área do curso.
- **Componentes Curriculares Fixos com identidade institucional:** são constituídos por disciplinas propostas pelo NDE, relacionados à área de formação do aluno e que diferenciam o curso proposto pela instituição, no sentido de atender ao perfil institucional do egresso.

- Quanto aos “Componentes Flexíveis”

O projeto pedagógico institucional que orienta os cursos de Graduação propõe que o aluno desenvolva o protagonismo de seu processo de aprendizagem, desenvolva sua autonomia para a escolha de trajetórias de formação e se conscientize da necessidade de aprender a aprender, de forma que a curiosidade, a busca por atualização e formação pessoal e profissional possa ser incorporada ao longo de sua vida, extrapolando o período de vigência do curso de Graduação.

Neste sentido, foram previstos componentes flexíveis que permitam que o aluno faça escolhas ao longo de sua trajetória e possa optar por disciplinas e experiências de aprendizagem relacionadas ao seu projeto de vida profissional e pessoal, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e livre escolha. É importante destacar que durante o processo de escolha, os alunos podem contar com o apoio de um professor mentor que auxilia na orientação do percurso e na curadoria das atividades, dos eventos, das disciplinas, entre outros.

São **componentes flexíveis** previstos na matriz curricular Curso de Direito:

- **PDCP (Programa de Desenvolvimento de Competências Profissionais):** Elenco de disciplinas flexíveis, que podem ser escolhidas

pelo aluno, possibilitando trajetórias individualizadas e que contribuem para o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas à sua formação profissional, de forma complementar.

- **PDCI (Programa de Desenvolvimento de Competências Individuais):** Elenco de experiências de aprendizagem, propostas e atualizadas a cada semestre, voltadas para o desenvolvimento de competências e habilidades comportamentais (soft skills), novidades em sua área ou campo de formação, permitindo que o aluno tenha diferenciais em seu currículo com atualizações rápidas e com foco na empregabilidade. composto por workshops, concursos, desafios, clube de leitura, oficinas, palestras, entre outros.

1.6.1.2 O projeto pedagógico Institucional e sua relação com o Curso Direito

A matriz curricular do Curso de Direito foi concebida de modo a conciliar matérias que são obrigatórias por lei com disciplinas e atividades que privilegiam abordagens inovadoras e a articulação de saberes, como, as atividades classificadas como disciplinas flexíveis e outros formatos de atividades (que não são disciplinas e que são pensados para desenvolver habilidades e capacidades individuais, tornando o curso dinâmico e atual.

Nesse sentido, o Curso de Direito conta com uma grande parcela de Disciplinas Obrigatórias pois as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso são bastante detalhadas e são vinculantes. Além disso, como será exposto mais adiante, o Curso precisa atender três grandes eixos ou núcleos designados pela referida DCN, quais sejam: formação geral, formação técnico-jurídica e formação prático-profissional.

Contudo, embora a matriz seja constituída, em maior parte, por essa estrutura densa, que é obrigatória por lei, entende-se que o Direito se constitui como uma ciência dinâmica, e as disciplinas optativas, bem como, as atividades desenvolvidoras de capacidades individuais, cumprem a função de flexibilidade e agilidade na atualização de conteúdos, também contempladas pelo PPI desta Instituição, acompanhando, dessa maneira, a própria característica da ciência jurídica, que é viva e mutante.

Os componentes curriculares fixos com identidade institucional são constituídos por disciplinas fixas e que conferem um diferencial ao curso,

principalmente porque conjugam diferentes áreas do saber, como é o caso de “Direito, Arte e Expressão: Teatro”, “Temas Contemporâneos de Direito”, “Poderes do Estado e Democracia”, “Economia, Direito e Desenvolvimento”, “Multidisciplinariedade e Inovação em Direito”, “Governança Global”.

Os componentes flexíveis configuradas para o Programa de Desenvolvimento de Competências Profissionais (PDCP) são constituídos por **disciplinas eletivas** e possibilitam que o aluno transite entre áreas, inclusive oferecidas por outros cursos, enriquecendo não só em termos de conteúdo, mas de flexibilidade na medida em que ele pode escolher livremente as disciplinas oferecidas como optativas e também as atividades de caráter geral que serão oferecidas pela Instituição.

Além de todas as disciplinas oferecidas, o Curso de Direito sugere como disciplinas no âmbito do PDCP, as seguintes: Medicina Legal e Criminalística, Artes, Sociedade e Direito, Direito Desportivo, Direito e Políticas Públicas, Direito Eleitoral, Tutela de Interesses Difusos e Coletivos, Direito Econômico e Concorrencial, Propriedade Intelectual, Direitos dos Seguros e Mercados Financeiros e Questões Atuais de Ciências Criminais.

Os componentes flexíveis que são parte do Programa de Desenvolvimento de Competências Individuais (PDCI) se constituem como atividades que não se configuram como disciplinas tradicionais e que, como dito, abrem um leque para que o aluno possa agregar à sua formação, indo além do conhecimento técnico, pois se destinam a lapidar as chamadas habilidades socioemocionais, como é o caso de “Oratória” e de “Linguagem em Direito”, sugeridas pelo curso de Direito, entre outras oferecidas pela Instituição.

Por fim, vale ressaltar que a matriz do Curso de Direito do Centro Universitário FAAP atende os **três grandes eixos estabelecidos pela DCN para os Cursos de Direito**³: (i) formação geral, (ii) formação técnico-jurídica e (iii) formação prático-profissional:

I - Formação geral, que tem por objetivo oferecer ao graduando os elementos fundamentais do Direito, em diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico, das ciências sociais e das novas tecnologias da informação, abrangendo estudos

³ Resolução CNE/CES n. 5, de 17 de dezembro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, alterada pela Resolução CNE/CES n. 2 de 18 de abril de 2021.

que, em atenção ao PPC, envolvam saberes de outras áreas formativas, tais como: Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia;

II - Formação técnico-jurídica, que abrange, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a sua evolução e aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se, necessariamente, dentre outros condizentes com o PPC, conteúdos essenciais referentes às áreas de Teoria do Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito Processual; Direito Previdenciário, Direito Financeiro, Direito Digital e Formas Consensuais de Solução de Conflitos; e (NR)

III - Formação prático-profissional, que objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, especialmente nas atividades relacionadas com a prática jurídica e o TC, além de abranger estudos referentes ao letramento digital, práticas remotas mediadas por tecnologias de informação e comunicação. (NR)

Os conteúdos curriculares previstos estão diretamente ligados com os objetivos do Curso, articulando ao mesmo tempo, os perfis do ingressante e do egresso, de quem é esperado interesse em aprender e desenvolver atributos como o empreendedorismo, em Direito Empresarial e Governança Global, postura ética com cidadania em Direito Constitucional, em Direitos Humanos e Ética profissional. Também desenvolver pensamento crítico com as disciplinas de Introdução à Análise Jurídica e Filosofia do Direito, entre outras, que propulsionam a capacidade de responder às demandas de uma sociedade cada vez mais dinâmica, tecnológica e globalizada, contribuindo para a promoção de valores humanistas, respeito pela diversidade, desenvolvimento socioeconômico sustentável do país e sua inserção no cenário internacional. Assim, o currículo do curso encontra-se centrado na área de Direito Empresarial e suas interfaces com as demais áreas do Direito, incluindo os pilares de governança empresarial e suas dimensões ambiental, social e econômica, formando assim um aluno com um perfil completo e preparado para enfrentar os desafios do mercado jurídico contemporâneo.

1.6.1.3 Os requisitos legais relacionados às temáticas voltadas à discussão sobre direitos humanos, direito ambiental, sustentabilidade, diversidade, valores democráticos

O Curso de Direito promove diferentes ações institucionais, por meio de seus diversos setores, com temáticas voltadas à discussão sobre direitos humanos, direito ambiental, sustentabilidade, diversidade, valores democráticos, de forma a potencializar a formação de cidadãos crítico-reflexivos, atentos aos problemas sociais e capazes de buscar soluções;

Os valores declarados pela Instituição, quais sejam a excelência acadêmica, o comprometimento com a arte e a cultura, o respeito à cidadania e ao comportamento ético e social, o compromisso com a sociedade e com a qualidade de vida e a visão de futuro centrada na inovação social sustentável, permitiram que o Centro Universitário Armando Álvares Penteado tivesse, em seu horizonte, a necessidade de incluir temas que pudessem auxiliar na formulação de respostas aos problemas sistêmicos da contemporaneidade.

Desta forma, há um cuidado com o atendimento aos requisitos legais determinados nas seguintes normativas:

- **do Decreto nº 4.281, de 23 de junho de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental;**

- O curso de Direito integra a Educação Ambiental nos conteúdos e metodologias das disciplinas ofertadas, de modo transversal, contínuo e permanente, conforme disposto na Lei nº 9.795/1999, no Decreto nº 4.281/2002 e na Resolução CNE/CP nº 2/2012, podendo ser destacadas as seguintes disciplinas, que tratam diretamente sobre o tema:

- *- Direito, Economia e Desenvolvimento (2º semestre)*
- *- Direito Ambiental (9º semestre)*

- **da Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena;**

- Antropologia do Direito (1º semestre)*
- História do Direito (1º semestre)*

- *Direito e Estratificação na sociedade brasileira (2º semestre)*
- *Direitos Humanos (2º semestre)*
- *Direitos Constitucionais Fundamentais (2º semestre)*
- *Artes, Sociedade e Direito (optativa, 3º semestre)*
- *Psicologia e questões antidiscriminatórias (4º semestre)*
- **do Decreto 5.626/2005 que Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras;**
 - *Libras (optativa para o aluno)*
- **da Resolução CNE nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;**
 - *História do Direito (1º semestre)*
 - *Direito e Estratificação na sociedade brasileira (2º semestre)*
 - *Direitos Constitucionais Fundamentais (2º semestre)*
 - *Direitos Humanos (2º semestre)*
 - *Filosofia do Direito (3º semestre)*
- **Parecer CNE/CP nº 09, de 30/09/2003, que aprecia a Indicação CP 04/2002 que propõe a formulação de orientações aos sistemas de ensino a respeito da prevenção ao uso e abuso de drogas pelos alunos de todos os graus de ensino.**

Tendo em vista a importância, a relevância dos requisitos legais e a necessidade de garantir sua discussão, estabeleceu-se que sua abordagem deve ser obrigatória e realizada de forma transversal em todos os cursos de Graduação oferecidos na Instituição. Nesse sentido, todos os projetos pedagógicos dos cursos da Instituição preveem a abordagem dos temas referentes aos requisitos legais durante a trajetória formativa dos alunos de Graduação. Além da aplicação nos projetos de Graduação, a Instituição e seus diversos setores também incentivam e promovem atividades de educação, lazer, cultura e cidadania, assim como ações de conscientização ligadas à preservação do patrimônio histórico e arquitetônico. Todas essas atividades realizadas de forma extracurricular fortalecem o processo formativo

dos alunos da Instituição e também da comunidade, na medida em que muitas atividades podem ser realizadas com a inscrição de pessoas externas.

Outra possibilidade de desenvolvimento dos alunos nas temáticas relativas aos requisitos legais dá-se por meio da realização das Atividades Complementares, previstas no presente projeto pedagógico e que possibilitam a participação dos alunos e seu envolvimento com temas e abordagens contemporâneas por meio de atividades de cunho acadêmico, científicas e culturais.

Tais atividades podem ser realizadas em diversos formatos: palestras, oficinas, visitas técnicas, monitorias, exposições de arte e visitas a museus, filmes, peças teatrais, iniciação científica, cursos extracurriculares, congresso, seminários, simpósios e outros.

E, por fim, como já mencionado, os alunos podem cursar a disciplina "LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais", prevista como componente curricular na modalidade de Disciplina Optativo, com carga horária de 36 h/a, conforme preceitua o Decreto n. 5.626/2005, na busca do atendimento a necessidades especiais.

1.7 Ementas e Bibliografias

São apresentadas, a seguir, separadas por semestres, as ementas e as bibliografias dos conteúdos abordados em cada uma das disciplinas que compõem a matriz curricular do Curso de Direito.

1º Semestre

Fundamentos de Direito Civil		Carga Horária: 36 h/a
<p>Ementa: Noção e funções do direito. Ramos do direito e características gerais do direito civil. Conceito de “famílias” do direito: a importância do direito comparado. Direito civil comparado: sistema romano-germânico, common law e sistema muçulmano. Codificações de direito privado. Relações entre o Código Civil e o ordenamento jurídico desde o século XIX. Sistema do Código Civil brasileiro. Categorias fundamentais do Código Civil 2002.</p>		
Bibliografia Básica:		Bibliografia Complementar:
<p>BIBLIOGRAFIA</p> <p>AMARAL, Francisco. Direito civil: introdução. 5.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.</p> <p>DAVID, René. Os grandes sistemas do direito contemporâneo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.</p> <p>MORAES, Bernardo Bissoto Queiroz de. Manual de Introdução ao Digesto. São Paulo: YK Editora, 2017.</p>		<p>ALVES, José Carlos Moreira. Direito Romano. 14.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.</p> <p>BITTAR, Eduardo Carlos B. (Org). História do direito brasileiro: leituras da ordem jurídica nacional. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>GILISSEN, John. Introdução histórica ao direito. 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.</p> <p>RÁO, Vicente. O direito e a vida dos direitos. 6. ed. São Paulo: R. dos Tribunais, 2004.</p> <p>SOARES, Guido Fernando Silva. Common law: introdução ao direito dos EUA. 2. ed. São Paulo: R. dos Tribunais, 2000.</p>

Fundamentos de Direito Constitucional		Carga Horária: 36 h/a
<p>Ementa: Estado. Tipo de Estado. Formação Histórica e Jurídica do Estado. Constituição. As Constituições Brasileiras e Fatos Políticos Antecedentes. Poder Constituinte. Modelos de Estado. Tripartição dos Poderes. Sistema Eleitoral.</p>		
Bibliografia Básica:		Bibliografia Complementar:
<p>BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. São Paulo: Malheiros, 2013.</p> <p>MENDES, Gilmar Ferreira. Tratado de direito constitucional. v.2. 2.. São Paulo: Saraiva, 2012.</p> <p>MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 10. São Paulo: Saraiva,</p>		<p>BULOS, Uadi Lammêgo. Constituição federal anotada. 11. São Paulo: Saraiva, 2015.</p> <p>LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. São Paulo: Malheiros, 2014.</p> <p>_____. Direito constitucional esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2018. Minha Biblioteca.</p> <p>TEMER, Michel. Elementos de direito constitucional. São Paulo: Malheiros, 2014.</p>

2015.	
-------	--

Introdução à Análise Jurídica		Carga Horária: 72 h/a
Ementa: Direito Positivo. Dogmática Jurídica. Perspectivas da dogmática jurídica: a distinção entre análise imediata e mediata do direito positivo. A análise lógico-conceitual do direito. A análise empírico-instrumental do direito. Análise normativa. Análise argumentativa do direito. Desafios da análise jurídica no Brasil contemporâneo.		
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:	
BOBBIO, Norberto. Teoria do ordenamento jurídico . 2.ed. São Paulo: Edipro, 2014. FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação . 7.ed. São Paulo: Atlas, 2013. KELSEN, Hans. Teoria pura do direito: introdução a problemática científica do direito . 7.ed. São Paulo: R. dos Tribunais, 2011.	DIMOULIS, Dimitri. Manual de introdução ao estudo do direito . 6.ed. São Paulo: R. dos Tribunais, 2014. HART, H. L. A.. O conceito de direito . 5.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. KÜMPEL, Vitor Frederico. Introdução ao estudo do direito: lei de introdução ao código civil e hermenêutica jurídica . São Paulo: Método, 2009. LUMIA, Giuseppe. Elementos de teoria e ideologia do direito . São Paulo: Martins Fontes, 2003. NINO, Carlos Santiago. Introdução à análise do Direito . São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.	

Teorias do Poder e da Justiça		Carga Horária: 72 h/a
Ementa: Direito, poder e justiça. Teorias clássicas. A ruptura. Teorias contemporâneas.		
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:	
BITTAR, Eduardo Carlos Bianca; ALMEIDA, Guilherme de Assis. Curso de filosofia do direito . 10.ed. Atlas: São Paulo, 2012. LEBRUN, Gerard. O que é poder . São Paulo: Brasiliense (Ebook), 2017. SANDEL, Michael. Justiça: o que é fazer a coisa certa . 15.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.	ARISTÓTELES, . Ética a Nicomaco . São Paulo: Atlas, 2009. BOBBIO, Norberto. Direito e Poder . São Paulo: UNESP, 2008. FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Estudos de filosofia do direito: reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito . 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009. PLATÃO, . A República . Fortaleza: UFC, 2009. ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens . São Paulo: Martins Fontes, 2010.	

História do Direito	Carga Horária: 36 h/a
---------------------	-----------------------

Ementa: O direito e os saberes jurídicos. Histórico e evolução do direito. O direito lusitano. A formação do direito brasileiro. Quadro jurídico brasileiro atual.	
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:
<p>ALTAVILA, Jayme de. Origem dos direitos dos povos. 11.ed. São Paulo: Ícone, 2006.</p> <p>BITTAR, Eduardo C. B. (Org.). História do direito brasileiro: leituras da ordem jurídica nacional. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>GILISSEN, John. Introdução histórica ao direito. 7.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.</p>	<p>Sófocles, Antígona. Rio de Janeiro: Difel, 2001.</p> <p>MACIEL, José Fábio Rodrigues; AGUIAR, Renan. História do direito. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.</p> <p>VENÂNCIO FILHO, Alberto. Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1982.</p> <p>WIEACKER, Franz. História do direito privado moderno. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.</p> <p>WOLKMER, Antonio Carlos (Org.). Fundamentos de história do direito. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.</p>

Antropologia do Direito	Carga Horária: 36 h/a
Ementa: A antropologia como campo de conhecimento. Cultura: o conceito e suas relações com o direito. Natureza humana, cultura e direito. Antropologia e direito. Cultura, direito e diversidade.	
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:
<p>ASSIS, Olney Queiroz; KÜMPEL, Vitor Frederico. Manual de antropologia jurídica: de acordo com o provimento n. 136/2009. São Paulo: Saraiva, 2011.</p> <p>IAMUNDO, Eduardo. Sociologia e antropologia do direito. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>PAULINO, Gustavo Smizmaul. Antropologia jurídica. São Paulo: Saraiva, 2010.</p>	<p>BARBOSA, Marco Antonio. Autodeterminação: direito à diferença. São Paulo: Plêiade, Fapesp, 2001.</p> <p>LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.</p> <p>MALINOWSKI, Bronislaw. Crime e costume na sociedade selvagem. São Paulo: Imprensa Oficial, 2003.</p> <p>SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. Sortilégio de saberes: curandeiros e juizes nos tribunais brasileiros (1900-1990). São Paulo: IBCCrim, 2004.</p> <p>SHIRLEY, Robert W.. Antropologia Jurídica. São Paulo: Saraiva, 1987.</p>

Economia Política	Carga Horária: 36 h/a
Ementa: Princípios da Ciência Econômica. Ciência Econômica e Direito. Fundamentos da Microeconomia. Fundamentos da Macroeconomia.	
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:
<p>KRUGMAN, Paul R.; WELLS, Robin. Introdução à economia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.</p> <p>MANKIW, N. Gregory. Introdução à</p>	<p>BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia. 5.ed. São Paulo: Pearson, 2011.</p> <p>LOPES, Luiz Martins, org.; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Manual de macroeconomia:</p>

<p>economia. São Paulo: Cengage Learning, 2014.</p> <p>_____. Macroeconomia. 7.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.</p>	<p>nível básico e nível intermediário. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.</p> <p>MONTELLA, Maura. Micro e macroeconomia: uma abordagem conceitual e prática -recurso online. ISBN 9788522474462.. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Economia: micro e macro. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p>
---	--

Direito Arte e Expressão: Teatro		Carga Horária: 72 h/a
<p>Ementa: Teatro. Teatro e Direito. Jogos tradicionais e jogos teatrais. Dramaturgia e criação de cenas. Técnica vocal. Técnicas Corporais. Literatura dramática. A produção teatral contemporânea. Improvisação. O edifício teatral.</p>		
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:	
<p>BERTHOLD, Margot. História mundial do teatro. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.</p> <p>MAGALDI, Sabato. Iniciação ao teatro. 7.ed. São Paulo: Ática, 1998.</p> <p>PEIXOTO, Fernando. O que é teatro. 14.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.</p>	<p>DURRENMATT, Friedrich. A visita da velha senhora: comédia trágica em três atos. São Paulo: Abril Cultural, 1976.</p> <p>GOMES, Dias. O santo inquirido. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2014.</p> <p>PENNA, Martins. O juiz de paz na roça. São Paulo: Martin Claret, 2014.</p> <p>Sófocles, Antígona. Rio de Janeiro: Difel, 2001.</p> <p>SPOLIN, Viola. Improvisação para o teatro. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.</p>	

Temas contemporâneos de Direito		Carga Horária: 36 h/a
<p>Ementa: Moralidade e legalidade. Aplicação da lei. Efetivação de direitos fundamentais. Justiça criminal e processo penal.</p>		
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:	
<p>DOWER, Nélon Godoy Bassil. Instituições de direito público e privado. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.</p> <p>MORAES, Alexandre de. Constituição do Brasil interpretada e legislação consitutcional. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de direito público e privado. 15.ed. São Paulo: Atlas, 2015.</p>	<p>COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.</p> <p>FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 41.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.</p> <p>KUMPEL, Vitor Frederico. Introdução ao Estudo do Direito – Lei de introdução ao Código Civil e Hermenêutica Jurídica. 2a edição. Rio de Janeiro: GEN / Forense, 2009.</p> <p>MORAES, Alexandre de (Coord.); KIM, Richard Pae (Cord.). Cidadania: o novo conceito jurídico e a sua relação com os direitos fundamentais individuais e</p>	

	<p>cole. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>SANDEL, Michael J.. Justiça: o que é fazer a coisa certa. 15.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.</p>
--	--

2º Semestre

Direito e Estratificação da Sociedade Brasileira		Carga Horária: 36 h/a
<p>Ementa: Fundamentos do pensamento sociológico: Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber. Pluralismo jurídico e estratificação social: Pierre Bourdieu e Boaventura de Souza Santos. Criminalidade e Estado punitivo: Alba Zaluar e Camila Caldeira Nunes Dias.</p>		
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:	
<p>LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. Sociologia Geral, 8ª edição. Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788597019971. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597019971/.</p> <p>ROCHA, José Manuel de S. Sociologia Jurídica: Fundamentos e Fronteiras. Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559644605. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559644605/.</p> <p>SILVA, Felipe G.; RODRIGUEZ, José R. Manual de sociologia jurídica. Editora Saraiva, 2019. E-book. ISBN 9788547219109. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547219109/.</p>	<p>AUGUSTINHO, Aline Michele N.; RODRIGUES, Ana Ligia M.; BARRETO, Jocélia S.; BES, Pablo. Sociologia contemporânea. Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595027855. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595027855/.</p> <p>DURKHEIM, Émile. Filosofia Moral. Grupo GEN, 2015. E-book. ISBN 978-85-309-6411-5. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-6411-5/.</p> <p>DIAS, Reinaldo. Sociologia do direito: a abordagem do fenômeno jurídico como fato social. Grupo GEN, 2014. E-book. ISBN 9788522485123. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522485123/.</p>	

Direito Civil: Pessoas e Bens		Carga Horária: 72 h/a
<p>Ementa: Pessoa natural. Personalidade. Capacidade. Incapacidades. Emancipação. Nome, estado e domicílio da pessoa natural. Ausência. Direitos da Personalidade. Pessoa Jurídica. Personalidade, domicílio, responsabilidade civil e desconsideração das pessoas jurídicas. Objeto do Direito. Bens.</p>		
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:	
<p>FARIAS, Cristiano Chaves de. e ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil: parte geral e LINDB. 14.ed. São Paulo: Atlas, 2016.</p> <p>NADER, Paulo. Curso de direito civil - parte geral, v. 1. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.</p>	<p>COELHO, Fabio Ulhoa. Curso de direito civil - parte geral, v.1. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2016.</p> <p>DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. Teoria geral do direito civil, v. I. 33.ed. São Paulo: Saraiva, 2016.</p> <p>GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro. Parte Geral, v. I. 15.ed. São Paulo:</p>	

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito civil - parte geral, v. I. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2016.	Saraiva, 2018. PAMPLONA, Rodolfo e GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo curso de direito civil - parte geral, v.I. 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
---	---

Direitos Constitucionais Fundamentais		Carga Horária: 36 h/a
Ementa: Formação histórica dos direitos fundamentais. Direitos fundamentais. Direitos individuais e coletivos. O choque entre direitos fundamentais e o papel da hermenêutica constitucional. Direito de propriedade. Política de desenvolvimento urbano. Política agrícola e fundiária e reforma agrária. Ações constitucionais. Direitos sociais. Direitos do trabalhador. Direitos de nacionalidade. Direitos políticos.		
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:	
BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modo. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Curso de Direito Constitucional. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional positivo. 38. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.	BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 32.ed. São Paulo: Malheiros, 2017. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 40.ed. São Paulo: Saraiva, 2015. LENZA, Pedro. Direito Constitucional esquematizado. 20.ed. São Paulo: Saraiva, 2016. MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2016. MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 32.ed. São Paulo: Atlas, 2016.	

Organização Constitucional Político-Administrativa		Carga Horária: 36 h/a
Ementa: Papel e funções do Estado. A perspectiva da unidade estatal. Descentralização do poder político. Formas de Estado: estrutura de competências verticais. Modelos contemporâneos: unitário, federal, regional. Organização Político-administrativa do Estado Brasileiro. Sistema eleitoral. Federação brasileira: características. Os entes federativos: União, Estados membros, Distrito Federal e Municípios. Estrutura administrativa e divisão de competências.		
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:	
BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 28.ed. São Paulo: Malheiros, 2013. SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 36.ed. São Paulo: Malheiros, 2013. TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2015.	BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de direito constitucional. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2014. MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2015. MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 31.ed. São Paulo: Atlas, 2015. NEREY JR., Nelson e ABOUD, Georges. Direito Constitucional brasileiro- curso completo. 1.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. TEMER, Michel. Elementos de direito	

	constitucional . 24.ed. São Paulo: Malheiros, 2014.
--	--

Fundamentos de Direito Penal: Teoria do Crime		Carga Horária: 72 h/a
Ementa: Direito Penal. Conceito - Evolução Histórica - Fontes - Interpretação da Lei Penal - Eficácia da Lei Penal no Tempo e no Espaço - Conflito Aparente de Normas - Teoria Geral do Crime - Fato Típico - Antijuridicidade e Causas de Exclusão - Culpabilidade		
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:	
BITTENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal - Volume 1 . São Paulo: Saraiva, 2017. ESTEFAN, André. Direito penal 1: parte geral . 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. MASSON, Cleber. Direito Penal - volume 1 - parte geral . São Paulo: Método, 2017.	CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: parte geral . São Paulo: Saraiva, 2017. COSTA JUNIOR, Paulo José da. Direito penal: curso completo . São Paulo: Saraiva, 2004. NORONHA, Edgard Magalhães. Direito penal - volume I . São Paulo: Saraiva, 1995. NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal: parte geral . São Paulo: Revista dos Tribunais, TOLEDO, Francisco de Assis. Princípios básicos de direito penal . São Paulo: Saraiva, 1998.	

Hermenêutica e Aplicação do Direito		Carga Horária: 72 h/a
Ementa: A estrutura normativa do sistema jurídico brasileiro. A tipologia das normas e das leis no processo legislativo constitucional. A norma internacional e sua inserção no ordenamento jurídico brasileiro. Os conflitos normativos: antinomias reais e aparentes. A Hermenêutica como estudo e como técnica de interpretação das leis. A função do Poder Judiciário e conflito com o Poder Legislativo nacional. Estudo de teóricos contemporâneos em matéria de Hermenêutica Jurídica. O papel da argumentação jurídica nos tribunais: Direito, linguagem e retórica. A semiótica Jurídica: o papel da etimologia e filologia no processo de formação histórica e dogmática da linguagem jurídica.		
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:	
FERRAZ JR., Tércio Sampaio. Introdução ao estudo do Direito. Técnica, Decisão e Dominação . 9.ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2016. KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito . 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. SOLON, Ari. Hermenêutica jurídica radical . São Paulo/Buenos Aires/ Madrid: Marcial Pons, 2017. ALEXY, Robert. Teoria da Argumentação Jurídica . São Paulo: Ed.Landy, 2001.	ALEXY, Robert. Teoria da Argumentação Jurídica . São Paulo: Ed.Landy, 2001. ARAUJO, Clarice von Oerten de. Semiótica Jurídica . São Paulo: Quartier Latin, 2006. GRAU, Eros R.. Ensaio e Discurso sobre a interpretação/aplicação do direito . 4.ed. São Paulo: Malheiros, 2006. RODRIGUEZ, Victor G.. Argumentação Jurídica. Técnicas de persuasão e lógica informal . São Paulo: Martins Fontes, 2005. SCHECAIRA, Fábio P. e STRUCHINER, Noel. Teoria da Argumentação Jurídica . Rio de Janeiro: PUC / Ed. Contraponto, 2016.	

Formas Consensuais de Solução de Conflitos		Carga Horária: 36 h/a
Ementa: Teoria do Conflito, Negociação, Conciliação, Mediação e Arbitragem.		
Bibliografia Básica:		Bibliografia Complementar:
<p>ALMEIDA, Tania. Caixa de ferramentas em mediação. Aportes práticos e teóricos. São Paulo: Dash, 2014.</p> <p>CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e processo: um comentário à lei n. 9.307/96. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>LEMES, Selma Maria Ferreira. Árbitro - Princípio da Independência e da Imparcialidade. São Paulo: LTR, 2001.</p>		<p>FISHER, Roger; URY, William; PATTON, Bruce. Como chegar ao sim: como negociar acordos sem fazer concessões. Rio de Janeiro: Solomon, 2014.</p> <p>LEMES, Selma Maria Ferreira; BALBINO, Inez (coords.). Arbitragem. Temas Contemporâneos. São Paulo: Quartier Latin, 2012.</p> <p>SAMPAIO, Lia Regina Castaldi; BRAGA NETO, Adolfo. O que é mediação de conflitos. São Paulo: Brasiliense, 2007.</p> <p>URY, William. Como chegar ao sim com você mesmo. Rio de Janeiro: Sextante, 2015.</p> <p>WALD, Arnoldo; LEMES, Selma Maria Ferreira (coord.). Arbitragem comercial internacional: a convenção de Nova Iorque e o direito brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2011.</p>

Economia, Direito e Desenvolvimento		Carga Horária: 36 h/a
Ementa: Relações entre direito e economia. Introdução à análise econômica do direito. Evolução histórica do sistema de mercado. Estado, direito e economia. Características e crises do modelo de mercado. Conceito e teorias do direito econômico. Direito e desenvolvimento. Conceito de desenvolvimento sustentável. Direito e sustentabilidade.		
Bibliografia Básica:		Bibliografia Complementar:
<p>ALMEIDA, Luiz Carlos Barnabé de. Introdução ao Direito Econômico. 4.ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502138889/.</p> <p>MASSO, Masso Fabiano Del. Direito Econômico Esquematizado. 4. ed. Grupo GEN: 2016. [Minha Biblioteca]. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2016.</p> <p>NUSDEO, Fábio. Curso de economia: introdução ao direito econômico. 3a. edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.</p>		<p>COASE, R. The problem of social cost. Journal of Law and Economics, n. 3, 1960.</p> <p>COOTER, Robert e ULLEN, Thomas. Direito e Economia. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.</p> <p>GRAU, Eros Roberto. A ordem econômica na constituição de 1988. São Paulo: Malheiros, 2008.</p> <p>MANKIWI, N. Gregory. Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2001.</p> <p>REI, Fernando (Coord.). Direito e desenvolvimento: uma abordagem sustentável. São Paulo: Saraiva, 2013.</p>

Direitos Humanos		Carga Horária: 36 h/a
Ementa: A proteção internacional da Pessoa Humana e os Direitos Humanos. As Declarações e as Cartas dos Direitos Humanos. Os Pactos Internacionais dos Direitos Humanos. Os Grupos Protegidos pelo Direito Internacional Humanitário. Os Tribunais e as Cortes Internacionais para a proteção da Pessoa Humana. Os grandes Sistemas Internacionais de Proteção da Pessoa Humana. O Brasil e os Direitos Humanos.		
Bibliografia Básica:		Bibliografia Complementar:
<p>COMPARATO, Fabio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 9ª. São Paulo: Saraiva, 2015.</p> <p>DIMOULIS, Dimitri. O caso dos denunciadores invejosos: introdução prática às relações entre direito, moral e justiça. 9ª. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.</p> <p>RAMOS, André de Carvalho. Curso de direitos humanos. 5ª. São Paulo: Saraiva, 2017.</p> <p>ANJOS FILHO, Robério Nunes dos. Direito ao Desenvolvimento. São Paulo: Saraiva, 2013.</p>		<p>BITTAR, Eduardo C. B.. Ética, educação, cidadania e direitos humanos: estudos filosóficos entre cosmopolitismo e responsabilidade. Barueri: Manole, 2004.</p> <p>GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Comentários à convenção americana sobre direitos humanos: pacto de San José da Costa Rica. 2ª. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.</p> <p>MORAES, Alexandre de (Coord.); KIM, Richard Pae (Cord.). Cidadania: o novo conceito jurídico e a sua relação com os direitos fundamentais individuais e colet. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>PIOVESAN, Flávia. Dos direitos humanos e o direito constitucional internacional. 4ª. São Paulo: Max Limonad, 2000.</p>

3º Semestre

Direito Civil: Fatos e Negócios Jurídicos		Carga Horária: 72 h/a
Ementa: Teoria do Fato Jurídico. Fato - Ato - Negócio Jurídico. Princípios Gerais. Planos do Negócio Jurídico. Representação. Defeitos do Negócio Jurídico. Teoria das Invalididades. Atos Ilícitos. Prescrição e decadência. Forma e Prova do Negócio Jurídico.		
Bibliografia Básica:		Bibliografia Complementar:
<p>AMARAL, Francisco. Direito civil: introdução. 3 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.</p> <p>GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: parte geral. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.</p> <p>VENOSA, Silvio de Salvo. Direito civil: parte geral. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2014.</p>		<p>MARCHI, Eduardo C. Silveira; MORAES, Bernardo Bissoto Queiroz de; RODRIGUES, Dárcio Roberto Martins. Comentários ao código civil brasileiro: estudo comparativo e tradução de suas fontes romanas: parte. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>MELLO, Marcos Bernardes de. Teoria do fato jurídico: plano da existência. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.</p> <p>MORAES, Bernardo Bissoto Queiroz de. Manual de introdução ao digesto. São Paulo: YK, 2017.</p>

Fundamentos de Direito Penal: Teoria da Pena	Carga Horária: 72 h/a
---	-----------------------

Ementa: Das Fases da Realização do Crime. Do Concurso de Agentes. Das Penas. Do Concurso de Crimes. Da Suspensão Condicional da Pena. Do Livramento Condicional. Efeitos da Condenação. Reabilitação. Medidas de Segurança. Ação Penal. Extinção da Punibilidade. Prescrição.	
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:
<p>BITTENCOURT, Cesar Roberto. Tratado de direito penal - Volume 1 - Parte Geral. Saraiva: São Paulo, 2017.</p> <p>DOTTI, René Ariel. Curso de direito penal: parte geral. 5.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.</p> <p>ESTEFAM, André. Direito penal 1: parte geral. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2018.</p> <p>MASSON, Cleber. Direito Penal - Volume 1 - Parte Geral. 6.ed. São Paulo: Método,</p>	<p>GRECO, Rogério. Código Penal Comentado. 12.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2018.</p> <p>MIRABETE, Renato Fabrini. Manual de Direito Penal - Volume 1 - Parte Geral. 30.ed. São Paulo: Atlas,</p> <p>NORONHA, Magalhães. Direito penal - Volume 1. São Paulo: Saraiva,</p> <p>PRADO, Luis Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro - Volume 1. 8.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais.</p>

Fundamentos de Direito do Trabalho	Carga Horária: 36 h/a
Ementa: Fundamentos do direito do trabalho. Evolução e desenvolvimento de seus institutos. Integração do Direito do Trabalho com as demais disciplinas jurídicas. Classificação do Direito do Trabalho. Princípios fundamentais do Direito do Trabalho. Flexibilização do Direito do Trabalho. Direito Internacional Público e Privado do Trabalho.	
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:
<p>MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. São Paulo: Atlas, 2014.</p> <p>NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao Direito do Trabalho. São Paulo: LTR, 2014.</p> <p>SUSSEKIND, Arnaldo. Instituições do Direito do Trabalho. São Paulo: LTR, 2005.</p>	<p>DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: LTR,</p> <p>FREDIANI, Yone. Direito do Trabalho. São Paulo: Manole, 2010.</p> <p>MARTINS, Sergio Pinto. Comentários à CLT. São Paulo: Atlas, 2014.</p> <p>MOURA, Marcelo. Curso de direito do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2014.</p>

Fundamentos de Direito Processual Civil	Carga Horária: 72 h/a
Ementa: Direito processual civil - Lei processual. Princípios constitucionais e processuais. Jurisdição, competência e seus órgãos. Funções essenciais à justiça. Ação e exceção.	
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:

<p>BARBOSA, José Carlos Moreira. O novo processo civil brasileiro. 29ª. São Paulo: Forense, 2012.</p> <p>BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de direito processual civil (Vol. Único). 4ª. São Paulo: Saraiva, 2018.</p> <p>THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. 57ª. São Paulo: Forense, 2016.</p> <p>BERMUDES, Sergio. Introdução ao processo civil. 5ª. Rio de Janeiro: Forense, 2010.</p>	<p>CÂMARA, Alexandre Freitas. O novo processo civil brasileiro. 3ª. São Paulo: Atlas, 2017.</p> <p>GUERRERO, Luis Fernando. Os métodos de solução de conflitos e o processo civil - Coleção Atlas de Processo Civil. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>MONTENEGRO FILHO, Misael. Processo Civil sintetizado. 14ª. São Paulo: Método, 2017.</p> <p>NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo CPC - código de processo civil. 3ª. São Paulo: Método, 2015.</p>
--	--

Fundamentos de Direito Processual Penal		Carga Horária: 36 h/a
Ementa: Introdução ao processo penal. A atuação do Estado na área penal e processual penal. Aplicação da lei penal no espaço e no tempo. Princípios constitucionais da área processual penal. Princípios meramente processuais.		
Bibliografia Básica:		Bibliografia Complementar:
<p>NUCCI, Guilherme de Souza. Código de processo penal comentado. 13ª. Minha biblioteca,</p> <p>_____. Princípios Constitucionais Penais e Processuais Penais. 4ª. Forense, 2015.</p> <p>BADARÓ, Gustavo Henrique. Processo Penal. 3ª. São Paulo: RT, 2015.</p> <p>DINAMARCO, Candido Rangel; GRINOVER, Ada Pelegrini; ARAÚJO CINTRA, Antonio Carlos de. Teoria Geral do Processo. 31ª. Malheiros, 2015.</p>	<p>FERNANDES, Antonio. Processo Penal Constitucional. 7ª. 2012.</p> <p>NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal e Execução Penal. 12ª. Forense, 2015.</p> <p>NICOLLET, André. Manual de Processo Penal. 1ª. São Paulo: RT, 2015.</p> <p>GRECO FILHO, Vicente. Manual de Processo Penal. 10ª. Saraiva, 2013.</p>	

Filosofia do Direito		Carga Horária: 36 h/a
Ementa: Filosofia do Direito. Raciocínio jurídico. Direito, pós-modernidade e democracia. Desobediência civil, justiça e direito natural. Positivismo jurídico, realismo jurídico e pós-positivismo. Tridimensionalidade do Direito. Hermenêutica e aplicação do Direito.		
Bibliografia Básica:		Bibliografia Complementar:
<p>ADEODATO, João Mauricio Leitão. Filosofia do direito: uma crítica à verdade na ética e na ciência. 5ª. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>BATALHA, Carlos Eduardo; SCHAHIN,</p>	<p>BOBBIO, Norberto. O Positivismo Jurídico: Lições de Filosofia do Direito. São Paulo: Ícone, 1995.</p> <p>DWORKIN, Ronald. Levando os Direitos a Sério. 3ª. São Paulo: Martins Fontes, 2010.</p> <p>GARCIA, Maria. Desobediência Civil: Direito</p>	

Marcos Renato. Filosofia do Direito: os 10+. . São Paulo: Saraiva, 2012.	Fundamental. 2ª. São paulo: Atlas, 2004. REALE, Miguel. Filosofia do Direito. 20ª. São Paulo: Saraiva, 2011. REALE, Miguel. Teoria Tridimensional do Direito. 5ª. São Paulo: Saraiva, 1994.
--	---

Poderes do Estado e Democracia		Carga Horária: 36 h/a
Ementa: Organização horizontal do poder: estrutura organizacional e funções dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Poder Executivo: atribuições; atividade legislativa; responsabilidade do Presidente. Poder Legislativo: Processo Legislativo; prerrogativas e responsabilidade parlamentar; fiscalização financeira e orçamentária. Poder Judiciário: organização interna; Poder Judiciário da União e dos Estados membros. CNJ. Funções essenciais à Justiça. Sistema constitucional das crises e a defesa do Estado e das instituições democráticas: estado de defesa e estado de sítio.		
Bibliografia Básica:		Bibliografia Complementar:
MARTINS, Flavio. Curso de direito constitucional . 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.		CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. Coimbra: Almedina, 2008.
FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2014.		DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 2016.
SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2014.		FILHO, João Trindade Cavalcante. Processo Legislativo Constitucional. JusPodivm, 2016.
		FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2014.
		MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2019.
		PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. Direito constitucional descomplicado. 12. ed. São Paulo: Método, 2014.

ELETIVA (3): Medicina Legal e Criminalística		Carga Horária: 36 h/a
Ementa: Investigação Criminal. Polícia Judiciária. Inquérito Policial. Investigação Defensiva. Ciências Forenses: Criminalística, Medicina Legal e Criminologia. Perícias e peritos. O laudo pericial. Noções de Medicina Legal (Papiloscopia, Traumatologia, Sexologia, Tanatologia, Toxicologia, Psicopatologia forenses). Noções de Criminalística. Policiologia Científica. Vitimologia.		
Bibliografia Básica:		Bibliografia Complementar:
ALMEIDA JÚNIOR, A.; COSTA JÚNIOR, João Baptista de Oliveira e. Lições de medicina legal . 22 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.		CROCE, Delton; CROCE JÚNIOR, Delton. Manual de medicina legal . 5. São Paulo: Saraiva, 2004.
DEL-CAMPO, Eduardo Roberto A. Medicina legal I . 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.		ESPINDULA, Alberi. Perícia criminal e cível: uma visão geral para peritos e usuários da perícia . 3. Campinas: Millennium, 2009.
_____. Medicina legal II . 2 ed. São		FÁVERO, Flaminio. Medicina legal: introdução ao estudo da medicina legal, identidade,

Paulo: Saraiva, 2012. DIAS, Gabriel Bulhões Nóbrega. Manual prático de investigação defensiva: Um novo paradigma na advocacia criminal brasileira. 2 ed. Florianópolis: Ematis, 2020. LIMA, Renato Brasileiro. Manual de Processo Penal. Salvador: Jus Podivm. 11 ed. 2022.	traumatologia. 8. São Paulo: Martins, 1966. FRANÇA, Genival Veloso de. Medicina legal. 8. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. ZARZUELA, José Lopes; MATUNAGA, Minoru; THOMAZ, Pedro Lourenço. Laudo pericial: aspectos técnicos e jurídicos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
---	--

4º Semestre

Direito Civil: Teoria das Obrigações		Carga Horária: 72 h/a
Ementa: Inadimplemento das obrigações. Mora. Perdas e danos. Juros legais. Cláusula penal. Arras. Responsabilidade Civil. Elementos. Excludentes. Responsabilidade por ato próprio. Responsabilidade por ato de outrem. Responsabilidade pelo fato de coisas. Responsabilidade pela guarda ou fato de animais. Responsabilidade profissional. Responsabilidade nos transportes. Responsabilidade por dano ambiental. Responsabilidade no ambiente virtual. Dano e reparação.		
Bibliografia Básica:		Bibliografia Complementar:
Direito Civil: Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil – v. 2 / Flávio Tartuce. – 14. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530984038/cfi/6/10!/4/16/8@0:0		Instituições de direito civil: teoria geral das obrigações – vol. II / Caio Mário da Silva Pereira; revista e atualizada por Guilherme Calmon Nogueira da Gama. – 32. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530990619/cfi/6/10!/4/34/2@0:0
Direito civil brasileiro, volume 2: teoria geral das obrigações / Carlos Roberto Gonçalves. – 16. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019 https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553608256/cfi/4!/4/4@0.00:0.0		Curso de direito civil : teoria geral das obrigações e responsabilidade civil / Álvaro Villaça Azevedo. – 13. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019 https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553609697/cfi/4!/4/4@0.00:11.2
Direito civil: obrigações e responsabilidade civil / Sílvio de Salvo Venosa. – 20. ed. – São Paulo: Atlas, 2020. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024678/cfi/6/10!/4/16/2@0:83.7		Novo curso de direito civil, volume 2 : obrigações / Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho. – 21. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553617685/cfi/5!/4/2@100:0.00
		Curso de direito civil: obrigações, volume 2 / Paulo Nader. – 9. ed., – Rio de Janeiro: Forense, 2019. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530986650/cfi/6/10!/4/38/2@0:11.9
		Direito civil : volume 2 : obrigações / Paulo Lôbo. – 7. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019 https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553607907/cfi/4!/4/2@100:0.00

Crimes Contra a Pessoa e o Patrimônio		Carga Horária: 72 h/a
Ementa: Código Penal: crimes contra a pessoa, patrimônio, propriedade imaterial, e organização do trabalho.		
Bibliografia Básica:		Bibliografia Complementar:
<p>NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.</p> <p>PRADO, Luiz Régis. Curso de direito penal vol. II - parte especial. 15 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.</p> <p>BITENCOURT, Mário Luiz. Direito penal: parte especial. São Paulo: Saraiva, 1973.</p>		<p>GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte especial vol II. 14 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2017.</p> <p>HUNGRIA, Nélson; FRAGOSO, Heleno Cláudio. Comentários ao Código Penal, vols. V e VI. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979.</p> <p>NORONHA, Edgard Magalhães. Direito Penal, vol. II. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 1973.</p> <p>REALE JR., Miguel; et all. Código Penal Comentado. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.</p> <p>SARRUBBO, Mário Luiz. Direito penal: parte especial. Barueri: Manole, 2012.</p>

Direito do Trabalho: Individual e Coletivo		Carga Horária: 72 h/a
Ementa: Direito Individual do Trabalho. Elementos da relação de emprego. Contrato de trabalho. Remuneração. Indenização. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Direito Tutelar do Trabalho. Identificação profissional. Duração do trabalho. Períodos de descanso. Férias. Proteção contra a discriminação no trabalho. Saúde e segurança no trabalho. Inspeção do trabalho. Direito Coletivo do Trabalho. Liberdade Sindical. Organização e estrutura sindical. Conflitos coletivos de trabalho. Negociação coletiva. Greve.		
Bibliografia Básica:		Bibliografia Complementar:
<p>GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Curso de direito do trabalho. 8. Rio de Janeiro: Forrense, 2014.</p> <p>NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao Direito do Trabalho. São Paulo: LTR, 2014.</p> <p>BARROS, Alice Monteiro de. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2013.</p>		<p>CALVO, Adriana. Manual de direito do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de Direito de Trabalho. São Paulo: LTr, 2014.</p> <p>GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Curso de direito do trabalho. Rio de Janeiro: Forense, 2014.</p> <p>SILVA, Homero Batista Mateus da. Curso de direito do trabalho aplicado: direito coletivo do trabalho. São Paulo: R. dos Tribunais, 2015.</p> <p>SÜSSEKIND, Arnaldo et al. Instituições de direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2005.</p>

Processo Civil: Processo de Conhecimento I	Carga Horária: 72 h/a
---	-----------------------

Ementa: Sujeitos e atos processuais. Processo. Processo de conhecimento.	
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:
MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Comentários ao Código de Processo Civil: do processo de conhecimento. São Paulo: RT, 2014. VEZZONI, Marina. Direito Processual Civil - Coleção Sucesso Concursos Públicos e OAB. Barueri: Manole, 2011. BUENO, Cassio Scarpinella. "Amicus Curiae" no CPC brasileiro: Um terceiro enigmático. São Paulo: Saraiva, 2012.	GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Direito Processual Civil Esquematizado. 5ª. São Paulo: Saraiva, 2015. GONÇALVES, Marcos Vinicius Rios. Novo Curso de Direito Processual Civil: Teoria geral de Processo de Conhecimento 1ª parte. São Paulo: RT, 2014. MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel; ARENHART, Sergio Cruz. Novo Curso de Processo Civil - Vol 2- Tutela dos direitos mediante procedimento comum. São Paulo: RT, 2015. THEODORO JUNIOR, Humberto. Código de Processo Civil Anotado. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

Processo Penal: Inquérito e Ação Penal	Carga Horária: 36 h/a
Ementa: Investigação Criminal e Ação Penal. Jurisdição. Competência. Conexão. Continência. Atividade Jurisdicional. Juiz de Direito. Ministério Público. Auxiliares da Justiça. Incidentes Processuais. Provas. As partes no Processo Penal.	
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:
LOPES JUNIOR, Aury. Direito Processual Penal. 12ª. São Paulo: Saraiva, 2015. NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal e Execução Penal. 12ª. São Paulo: Forense, 2015. ASSIS MOURA, Maria Thereza Rocha. Justa Causa para a Ação Penal, Doutrina e Jurisprudência. 1ª. São Paulo: RT, 2001.	BADARÓ, Gustavo Henrique. Processo Penal. 3ª. São Paulo: RT, 2015. FERNANDES, Antonio Scarance. Processo Penal Constitucional. 7ª. São Paulo: RT, 2012. NICOLLIT, André. Manual de processo Penal. 1ª. São Paulo: RT, 2015. PACELLI, Eugenio. Curso de Processo Penal. 19ª. São Paulo: Atlas, 2015. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual do Processo Penal. 16ª. São Paulo: Saraiva, 2013.

Psicologia e Questões Antidiscriminatórias	Carga Horária: 36 h/a
Ementa: Igualdade e discriminação. Grupos discriminados. Razões e efeitos da discriminação. Identidade, subjetividade e discriminação.	
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:

<p>ÁLVARO, José. L. Psicologia Social. Grupo A. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580555998/</p> <p>LIMA, Marcus.Eugênio. O. Psicologia Social do Preconceito e do Racismo. Editora Blucher, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555500127/</p> <p>TORRES, Cláudio. V.; NEIVA, Elaine. R. Psicologia Social. Grupo A, 2011. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536326528/</p>	<p>CHANTER, Tina. Gênero. Grupo A, 2011. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536325828/</p> <p>DESLANDES, Keila. Homotransfobia e direitos sexuais. Grupo Autêntica, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788551303078/.</p> <p>LIMA, Marcus.Eugênio. O. Processos psicossociais de exclusão social. Editora Blucher, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555060393/.</p> <p>SCARANO, Renan.Costa. V.; DORETO, Daniella. T.; ZUFFO, Sílvia.; AL., et. Direitos humanos e diversidade. Grupo A, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595028012/</p>
---	---

ELETIVA (4): Artes, Sociedade e Direito		Carga Horária: 36 h/a
<p>Ementa: O imaginário jurídico. Relação entre formas jurídicas e formas artísticas. As linhas de pesquisa sobre Artes e Direito. Percepções, imagens e narrativas artísticas do fenômeno jurídico. Nem belo, nem justo: Artes e Direito nos séculos XX e XXI. Arte e censura: a liberdade de expressão artística na sociedade contemporânea. Arte e crime: a judicialização da arte na sociedade contemporânea.</p>		
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:	
<p>BARROSO, Priscila Farfan; NOGUEIRA, Hudson. História da Arte. Porto Alegre: Ed. SAGAH, 2018. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595022980/cfi/0!/4/4@0.00:0.00</p> <p>BITTAR, Eduardo C. B. Semiótica, Direito e Arte: entre teoria da justiça e teoria do direito. São Paulo: Ed. Almedina, 2020. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556270807/cfi/0!/4/2@100:0.00</p> <p>FRANCA FILHO, Marcílio, LEITE, Geilson Salomão, PAMPLONA FILHO, Rodolfo Pamplona (coordenadores). Antimanual de Direito e Arte. São Paulo: Ed. Saraiva, 2016. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502228344/cfi/0</p> <p>GOMBRICH, E. H. História da Arte. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2019. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521636670/cfi/6/2!/4/2@0.00:0.00</p> <p>STRECK, Lênio Luiz; TRINDADE, André</p>	<p>MAMEDE, Gladston; FRANCA FILHO, Marcílio Toscano; RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. (org.). Direito da Arte. São Paulo: Atlas, 2015. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522491575/cfi/0!/4/2@100:0.00</p> <p>NEVES, José Roberto de Castro. O Espelho Infiel: Uma história humana da arte e do direito. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2020.</p> <p>OLIVIERI, Cris; NATALE, Edson (org.). Direito, Arte e Liberdade. São Paulo: Ed. Sesc, 2018.</p> <p>OST, François. Contar a Lei: as fontes do imaginário jurídico. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2004.</p> <p>SCHREIBER, Anderson (coordenador). Direito e Mídia. São Paulo: Atlas, 2013. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522477494/cfi/0!/4/2@100:0.00</p> <p>TORGO, Sebastião; COELHO, Nuno M. M. S. (org.). Direito, Filosofia e Arte. São Paulo: Ed. Rideel, 2012.</p>	

<p>Karam (org.). Direito e Literatura – Da realidade da ficção à ficção da realidade. São Paulo: Ed. Atlas, 2013. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522478538/cfi/0!/4/2@100:0.00</p>	
---	--

5º Semestre

Fundamentos de Direito Internacional Público Carga Horária: 36 h/a	
Ementa: Os Tribunais ou Cortes Internacionais. Sujeitos de Direito Internacional: o Estado, as Organizações Internacionais e o indivíduo. Fontes do Direito Internacional Público: Fontes tradicionais do Direito Internacional, Fontes Modernas e Novas Formas de Criação do Direito Internacional. Aplicação do Direito Internacional. Na ordem Jurídica interna e internacional.	
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:
<p>MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Curso de direito internacional público. 9.. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.</p> <p>MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de direito internacional público. 15.. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.</p> <p>REZEK, José Francisco. Direito internacional público: curso elementar. 15.. São Paulo: Saraiva, 2014.</p>	<p>ACCIOLY, Hildebrando. Manual de direito internacional público. 20. São Paulo: Saraiva, 2012.</p> <p>ROSENAU, James N., ORG.; CZEMPIEL, Ernst-OTTO; BATH, Sergio. Governança sem governo: ORDEM E TRANSFORMACAO NA POLITICA MUNDIAL. Brasília: UNB, Imprensa Oficial, 2000.</p> <p>VARELLA, Marcelo Dias. Direito internacional público. 4.. São Paulo: Saraiva, 2012.</p>

Processo Civil: Processo de Instrução e Decisão Carga Horária: 36 h/a	
Ementa: Fase Instrutória - Teoria Geral e Provas. Fase Decisória. Coisa Julgada.	
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:
<p>GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios A.. Curso de Direito Processual Civil. 13ª. São Paulo: Saraiva.</p> <p>MORAES, Alexandre de (org). Constituição da República Federativa do Brasil. 47ª. São Paulo: Ed. Atlas, 2019.</p> <p>NEGRÃO, Theotônio et alii. Código de Processo Civil e legislação processual em vigor. 49ª. São Paulo: Saraiva Jur., 2018.</p>	<p>MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel; ARENHART, Sergio Cruz. Novo Curso de Processo Civil - Vol 2- Tutela dos direitos mediante procedimento comum. São Paulo: RT, 2015.</p> <p>THEODORO JUNIOR, Humberto. Código de Processo Civil Anotado. Rio de Janeiro: Forense, 2015.</p>

Direito Civil: Obrigações e Responsabilidade Civil		Carga Horária: 72 h/a
Ementa: Inadimplemento das obrigações. Mora. Perdas e danos. Juros legais. Cláusula penal. Arras. Responsabilidade Civil. Elementos. Excludentes. Responsabilidade por ato próprio. Responsabilidade por ato de outrem. Responsabilidade pelo fato de coisas. Responsabilidade pela guarda ou fato de animais. Responsabilidade profissional. Responsabilidade nos transportes. Responsabilidade por dano ambiental. Responsabilidade no ambiente virtual. Dano e reparação.		
Bibliografia Básica:		Bibliografia Complementar:
<p>BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte especial : dos crimes contra a pessoa (V.2). 14. São Paulo: Saraiva, 2014.</p> <p>_____. Tratado de direito penal: parte especial : dos crimes contra a pessoa (obra completa). 15. São Paulo: Saraiva, 2015.</p> <p>GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte especial. 12. Niterói: Impetus, 2015.</p>		<p>DELMANTO, Celso et al.. Código penal comentado. 8. São Paulo: Saraiva, 2010.</p>

Crimes Contra a Dignidade Sexual e a Fé Pública		Carga Horária: 72 h/a
Ementa: Parte especial do Código Penal - Crimes: dignidade sexual; crimes sexuais; a família; a incolumidade pública; saúde pública; paz pública; fé pública; administração; administração da justiça; e, finanças públicas.		
Bibliografia Básica:		Bibliografia Complementar:
<p>NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Penal: parte especial: arts. 213 a 361 do código penal, vol. 3, 4ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 2020.</p> <p>Link de acesso: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530988753/epubcfi/6/10%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright%5D!/4/2/4%400:0</p> <p>BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal, volume 4 (crimes contra a dignidade sexual até crimes contra a fé pública) 14ª edição, São Paulo: Saraiva Educação, 2020.</p> <p>Link de acesso: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553617067</p> <p>PRADO, Luis Régis. Curso de Direito Penal Brasileiro: parte geral e parte</p>		<p>MARCÃO, Renato. Gentil, Plínio. Crimes contra a dignidade sexual, 2. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2015</p> <p>Link de acesso: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502228009/pageid/4</p> <p>REALE JR., Miguel., et ali. Direito Penal: jurisprudência em debate, 2a ed., São Paulo: Saraiva, 2016.</p> <p>Link de acesso: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502635845/recent</p>

especial, 18ª Ed., Rio de Janeiro: Forense, 2020. Link de acesso: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788530990114	
---	--

Fundamentos de Direito Empresarial e das Sociedades Empresariais		Carga Horária: 72 h/a
Ementa: Fundamentos de Direito Empresarial. Fundamentos das Sociedades Empresárias. A Sociedade Simples. A Sociedade Empresária Limitada. Os Grupos de Empresas e Consórcios. As Operações Societárias.		
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:	
ALMEIDA, Marcus Elidius Michelli de. Aspectos Jurídicos da Sociedade Limitada . São Paulo: Quartier Latin, 2004. MARTINS, Fran. Curso de direito comercial . Rio de Janeiro: Forense, 2017. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788530978075 . REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial . São Paulo: Saraiva, 2014.	COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial: direito de empresa . São Paulo: Saraiva, 2015. TOMAZZETTE, Marlon. Curso de direito empresarial, v. 1: teoria geral e direito societário . São Paulo: Saraiva, 2017. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/978853600618 . _____. Curso de direito empresarial, v. 2: títulos de crédito . São Paulo: Saraiva, 2018. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/978853609161 . _____. Curso de direito empresarial, v. 3: falência e recuperação de empresas .	

Processo Penal: Competência, Provas e Prisões Cautelares		Carga Horária: 36 h/a
Ementa: Da Sentença. Dos Ritos Procedimentais. Da Teoria Geral dos Recursos. Dos Recursos em Espécie. Do Recurso de Apelação. Do Recurso em Sentido Estrito. Do Habeas Corpus Da Revisão Criminal.		
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:	
GRECO FILHO, Vicente. Manual de Processo Penal . 10ª. São Paulo: Saraiva, 2013. MACHADO, Antonio Alberto. Teoria Geral do Processo Penal . 2ª. São Paulo: Atlas, OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. Curso de	CAPEZ, Fernando. Processo Penal Simplificado . 20ª. Saraiva, BRITO, Alexis Couto de. Processo Penal Brasileiro . 2ª. Atlas, ISHIDA, Valter Kenji. Prática Jurídica de Habeas Corpus . 2ª. Atlas,	

<p>Processo Penal. 17ª. São Paulo: Atlas, 2013.</p>	<p>NUCCI, Guilherme de Souza. Código de processo penal comentado. Rio de Janeiro: Gen, 2014.</p> <p>CHOUKR, Fauzi Hassan. Código de processo penal: comentários consolidados e crítica jurisprudencial. SÃO PAULO: Saraiva, 2014.</p>
--	---

ELETIVA (5): Direito Desportivo		Carga Horária: 72 h/a
<p>Ementa: Conceito e Classificação do Direito Desportivo. Evolução Histórica do Desporto e da Legislação Nacional. Organização do Desporto Brasileiro. Natureza das Entidades Desportivas. Estrutura Associativa e Societária das Entidades e Prática Desportiva. Aspectos Jurídicos do Clube Empresa A Estrutura Jurídica das Ligas, Federações e Confederação. Os Regulamentos Privado no Desporto. As Relações de Trabalho no Desporte. Conceito de Direito Federativo e Transferência de Atletas. A Formação Desportiva. Teoria Geral dos Contratos Desportivos. Estatuto do Torcedor. Justiça Desportiva. Tributação no Desporte. Leis de Incentivo ao Esporte. O Direito Aplicado a Grandes Eventos Desportivos. E-Sports – o direito aplicado ao desporto eletrônico.</p>		
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:	
<p>CAÚS, Cristiano Direito aplicado à gestão de esportes [livro eletrônico] / Cristiano Caús, Marcelo Góes; prefácio de José Carlos Brunoro. – São Paulo: Trevisan Editora, 2013. (https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788599519561/cfi/2!/4/4@0.00:2.5)</p> <p>GONÇALVES, Patrick da Silveira. Esporte I (futebol de campo) [recurso eletrônico] / Patrick da Silveira Gonçalves, Rodrigo de Azevedo Franke; [revisão técnica: Marcelo Guimarães Silva]. – Porto Alegre: SAGAH, 2019. (https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788533500006/cfi/1!/4/4@0.00:4.9.3)</p>	<p>CARLAN, Paulo. O esporte como conteúdo da educação física escolar: estudo de caso de uma prática pedagógica / Paulo Carlan. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2018. – 256 p. - (Coleção educação física e ensino). (https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788541902779/cfi/3!/4/4@0.00:57.6)</p> <p>GESTÃO DO ESPORTE – casos brasileiros e internacionais / organização Patricia de Salles Vance, Vânia Maria Jorge Nassif e Lisa Pike Masteralexis. - 1. ed. - Rio de Janeiro : LTC, 2015. (https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2944-3/cfi/6/10!/4/2@0:0)</p> <p>MELO FILHO, Álvaro. O desporto na ordem jurídico-constitucional brasileira. São Paulo: Malheiros. 1995. (Número de localização Biblioteca FAAP: 796.026 M528d)</p> <p>OLIVEIRA, Leonardo Andreotti P. de(Coord). Direito do Trabalho e Desporto. São Paulo: Quartier Larin. 2014 (Número de localização Biblioteca FAAP 342.6 D598 2014)</p> <p>AMADO, João Leal. Vinculação versus Liberdade. O Processo de Constituição e Extinção da Relação Laboral do Praticante Desportivo. Coimbra. 2002. Editora Coimbra</p> <p>MACHADO, Luiz Alberto Das quadras para a vida [livro eletrônico]: lições do esporte nas relações pessoais e profissionais / Luiz Alberto Machado, Guga Machado. --São Paulo: Trevisan Editora, 2018. (https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595450295/cfi/2!/4/4@0.00:18.1)</p> <p>MELO FILHO, Álvaro; SANTORO, Luiz Felipe. Direito do Futebol – Marcos Jurídicos e Linhas Mestras. São Paulo: Quartier Latin, 2019.</p> <p>EZABELLA, Felipe Legrazie. O Direito Desportivo e a</p>	

	<p>Imagem do Atleta. São Paulo, Thompson IOB, 2006.</p> <p>BELMONTE, A. de S. Belmonte; VIEIRA DE MELO, Luis Philippe; BASTOS, Guilherme Augusto Caputo (org). Direito do Trabalho Desportivo: aspectos jurídicos da Lei Pelé frente às alterações da Lei 12.395/2011. São Paulo: LTr, 2013.</p> <p>FLÁVIO GOMES, Luiz. Estatuto do Torcedor Comentado. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais. 2011</p> <p>SILVA, Felipe Ferreira. Tributação no Futebol: Clubes e Atletas. São Paulo, Editora All Print, 3ª Edição. 2010.</p>
--	---

6º Semestre

Direito Civil: Contratos	Carga Horária: 36 h/a
<p>Ementa: Histórico e evolução do contrato no direito brasileiro. Requisitos contratuais de validade. Critérios de classificação contratual. Princípios contratuais. Formação dos Contratos. Estipulação em Favor de Terceiro. Promessa de Fato de Terceiro. Vícios Redibitórios. Evicção. Contratos Aleatórios. Contrato Preliminar. Contrato com Pessoa a Declarar. Modalidades de extinção dos contratos. Contrato de compra e venda. Contrato de troca ou permuta. Contrato estimatório. Contrato de doação. Contrato de locação de coisas. Contratos de empréstimo: comodato e mútuo. Contrato de prestação de serviços. Contrato de empreitada. Contrato de depósito. Contrato de mandato.</p>	
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:
<p>DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria das obrigações contratuais e extracontratuais. 31. São Paulo: Saraiva, 2015.</p> <p>GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: contratos e atos unilaterais. 11. São Paulo: Saraiva, 2014.</p> <p>VENOSA, Silvio de Salvo. Direito civil: contratos em espécie. 14. São Paulo: Atlas, 2014.</p>	<p>FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil: contratos: teoria geral e contratos em espécie. 5. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: contratos : teoria geral. 11. São Paulo: Saraiva, 2015.</p> <p>MELO, Marco Aurélio Bezerra de. Direito dos contratos. São Paulo: Atlas, 2015.</p>

Crimes Contra Administração Pública e Direito Penal Especial	Carga Horária: 72 h/a
---	-----------------------

Ementa: Dos crimes contra a Administração Pública (Título XI do Código Penal). Lei nº 11.343/06 (Lei de Drogas). Lei nº 9.613/1998 (Lei de Prevenção à “Lavagem de Dinheiro”).	
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:
<p>ANDREUCCI, Ricardo Antonio. Legislação penal especial. 14ª. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.</p> <p>MASSON, Cleber. Direito Penal: parte especial (arts. 213 a 359-H) – vol. 3. 10ª. Rio de Janeiro: Forense: São Paulo: Método, 2020.</p> <p>PRADO, Luiz Regis. Curso de direito penal brasileiro: parte geral e parte especial. 18ª. Rio de Janeiro: Forense, 2020.</p>	<p>CALLEGARI, André Luís, WEBER, Ariel Barazzetti. Lavagem de dinheiro. 2ª. São Paulo: Atlas, 2017.</p> <p>CARVALHO, Salo de. A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/0. 8ª. São Paulo: Saaiva, 2016.</p> <p>MASSON, Cleber, MARÇAL, Vinícius. Lei de Drogas: aspectos penais e processuais. Rio de Janeiro:Forense: São Paulo: Método, 2019.</p> <p>NUCCI, Guilherme de Souza. Leis penais e processuais penais comentadas: volume 1. 13ª. Rio de Janeiro: Forense, 2020.</p> <p>_____. Leis penais e processuais penais comentadas: volume 2. 13ª. Rio de Janeiro: Forense, 2020.</p>

Direito Empresarial: Obrigações Mercantis e Contratos	Carga Horária: 36 h/a
Ementa: Teoria Geral do Direito Contratual. Compra e Venda entre empresários. Contratos de Colaboração. Contratos relativos à propriedade intelectual. Contratos Bancários. Contratos Bancários Impróprios. Seguro. Outros Contratos Empresariais. Títulos de Créditos. Letra de Câmbio. Nota Promissória. Cheque. Duplicata. Títulos de crédito impróprios.	
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:
<p>- COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial, volumes 1 e 3. São Paulo: Saraiva.</p> <p>- MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial - Contratos e Obrigações Comerciais, volumes 2 e 3. Rio de Janeiro: Editora Forense. 19ª. Edição (https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530986421/cfi/6/2!/4/2/2@0:0.00)</p>	<p>- NEGRÃO, Ricardo. Curso de Direitos Comercial e de Empresa, volume 2. São Paulo: Saraiva. (https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553609604/cfi/3!/4/4@0.00:67.4)</p> <p>- MAXIMILIAN, Paulo. Contratos Bancários. Rio de Janeiro: Editora Forense. 4ª. Edição (https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-6671-3/cfi/6/8!/4/2/4@0:45.9)</p> <p>- MAMEDE, Gladston. Direito Empresarial Brasileiro - Títulos de Crédito. São Paulo: Editora Atlas. 11ª. Edição (https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020267/cfi/6/10!/4/2/4@0:0)</p> <p>- FRADERA, Véra Maria Jacob de e outros. Contratos Empresariais. São Paulo: Saraiva (https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502214842/cfi/0!/4/4@0.00:32.4)</p> <p>- SANTOS, Alexandre Davi. Comentários à Nova Lei de Franquias. São Paulo: Almedina. (https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556270326/cfi/4!/4/4@0.00:31.2)</p>

Direito Previdenciário e Seguridade Social		Carga Horária: 36 h/a
Ementa: Evolução histórica da Seguridade Social e autonomia do Direito Previdenciário. Estrutura constitucional da Seguridade Social. Princípios de Seguridade Social. Segurados da Previdência Social. Financiamento da Seguridade Social. Plano de Benefícios do Regime Geral de Previdência Social.		
Bibliografia Básica:		Bibliografia Complementar:
IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário . 20ª. Rio de Janeiro: Impetus, 2015		BALERA, Wagner. Sistema de Seguridade Social . 7ª. São Paulo: LTr, 2014.
MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da Seguridade Social . 35ª. São Paulo: Atlas, 2015.		BERNARDO, Lenadro Ferreira; FRACALOSSI, William. Direito previdenciário na visão dos Tribunais . 3ª. São Paulo: Método, 2012.
VIANNA, João Ernesto Aragonés. Curso de Direito Previdenciário . 7ª. São Paulo: Atlas, 2014.		SOUZA, Lilian Castr de. Direito previdenciário . 7ª. São Paulo: Atlas, 2012.
		SANTOS, Marisa Ferreira dos; LENZA, Pedro (Coord.). Direito previdenciário esquematizado . 5ª. São Paulo: Saraiva, 2015.
		HORVATH JUNIOR, Miguel. Direito previdenciário . 10ª. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

Processo Civil: Cumprimento de Sentença e Execução		Carga Horária: 36 h/a
Ementa: Processo de execução. Princípios do processo executivo. Espécies de execução. Condições da ação executiva. Títulos executivos judiciais. Execução de título judicial: cumprimento de sentença. Execução de título extrajudicial. Defesa à execução de título judicial. Defesa à execução de título extrajudicial. Satisfação do credor na execução de quantia certa: penhora, avaliação, alienação, adjudicação. Execução de alimentos. Execução contra a Fazenda Pública.		
Bibliografia Básica:		Bibliografia Complementar:
ASSIS, Araken de. Manual da execução . 16ª. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.		WAMBIER, Teresa Arruda Alvim et al.. Primeiros comentários ao novo código de processo civil: artigo por artigo: lei 13.105, de 16 de març . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

Processo Penal: Procedimentos e Nulidades		Carga Horária: 72 h/a
Ementa: Ritos procedimentais do processo penal. Conceito e tipos de nulidades no processo penal.		
Bibliografia Básica:		Bibliografia Complementar:
BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. Processo penal . 2ª. Rio de Janeiro:		OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de processo penal . 19ª. São Paulo: Atlas, 2015.

Campus Jurídico, 2014.	TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal . 35ª. São Paulo: Saraiva, 2013.
------------------------	---

Regulação da Sociedade Internacional		Carga Horária: 36 h/a
Ementa: Meios de Solução de Conflitos. Soluções diplomáticas. Soluções políticas. Soluções jurídicas. Comércio Internacional e promoção do desenvolvimento. Direito comunitário. Utilização do patrimônio comum da humanidade e dos espaços internacionalizados. Direito Internacional do Meio Ambiente. Patrimônio cultural. Direito à denominação de origem.		
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:	
<p>ACCIOLY, Hildebrando. Manual de Direito Internacional Público. 21ª. São Paulo: Saraiva, 2014.</p> <p>HUSEK, Carlos Roberto. Curso de direito internacional público. 11. São Paulo: LTr, 2012.</p> <p>REZEK, José Francisco. Direito Internacional Público: curso elementar. 15ª. São Paulo: Saraiva, 2014.</p>	<p>BAPTISTA, Luiz Olavo. Contratos internacionais. São Paulo: Lex, 2011.</p> <p>CAPARROZ, Roberto. Col. Saberes do Direito - Direito Internacional Público. 4ª. Rio de Janeiro: Forense, 2009.</p> <p>COSTA, José Augusto Fontoura. Pockets Jurídicos, vol 35 - Direito Internacional Público. 1ª. São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>GUERRA, Sidney. Curso de Direito Internacional Público. 7ª. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>URY, William e Fisher Roger; PATTON Bruci. Como chegar ao Sim. 3ª. São Paulo: Sariva, 2014.</p>	

ELETIVA (6): Direito e Políticas Públicas		Carga Horária: 36 h/a
Ementa: Estado Democrático de Direito na Constituição Federal de 1988 e políticas públicas. Direitos sociais e políticas públicas. A Administração Pública diante das demandas sociais. Orçamento público. Formulação e execução de políticas públicas. Judicialização de políticas públicas. Espécies de políticas públicas.		
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:	
<p>BUCCI, M.P. D. (2021). FUNDAMENTOS PARA UMA TEORIA JURÍDICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (2nd edição). Editora Saraiva. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786555595758</p> <p>Gonçalves, G. C., Affonso, L.M. F., Teixeira, V. R., & al., E. (2017). <i>Elaboração e implementação de políticas públicas</i>. Grupo A. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595021952</p> <p>Secchi, L., Coelho, F.D. S., & Pires, V. (2019). <i>Políticas Públicas: Conceitos, Casos Práticos, Questões de Concursos</i> (3rd edição). Cengage Learning Brasil. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522128976</p>	<p>Bucci, M.P. D., & Seixas, D. C. (2017). <i>Judicialização da saúde - DIG</i>. Editora Saraiva. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788547211295</p> <p>DIAS, J. Carlos. e SIMÕES, Sandro Alex de Souza (coord.). <i>Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento</i>. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2013.</p> <p>Fonte, F.D. M. (2021). <i>Políticas públicas e direitos fundamentais</i> (3rd edição). Editora Saraiva. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786555597417</p> <p>Gomes, E.C.D. S. (2015). <i>O Direito dos Gastos Públicos no Brasil</i>. Grupo Almedina (Portugal). https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788584930708</p> <p>Reinaldo, D., & Matos, Fernanda Costa de (2012). <i>Políticas públicas: princípios, propósitos e processos</i>.</p>	

	<p>Grupo GEN. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522484478</p> <p>Secchi, L. (2016). Análise de Políticas Públicas: Diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. Cengage Learning Brasil. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522125470</p>
--	---

7º Semestre

Direito Civil: Coisas	Carga Horária: 72 h/a
<p>Ementa: A disciplina tem o propósito de viabilizar a compreensão dos direitos reais, de suas distinções relativas ao direito das obrigações e dos principais institutos jurídicos ligados ao tema. Direitos reais em espécie, direitos reais sobre coisa alheia e direitos reais de garantia são o foco principal, além de relevantes considerações acerca do fenômeno possessório.</p>	
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:
<p>VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: reais. V. 4. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2019. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020854/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml0%5D!/4/2/2%5Bvst-image-button-815803%5D%400:0.00></p> <p>GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: direitos reais. V.5. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553617722/pageid/0></p> <p>PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil: direitos reais. revista, atualizada e ampliada por Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho. 27. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530985424/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml0%5D!/4/2/2%5Bvst-image-button-42448%5D%400:0.00></p>	<p>GOMES, Orlando. Direitos Reais. 21. ed. rev. e atual. por Luiz Edson Fachin. – Rio de Janeiro: Forense, 2012. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-4392-9/pageid/0></p> <p>VENOSA. Sílvio de Salvo. Código civil comentado: direito das coisas, posse, direitos reais, propriedade, artigos 1.196 a 1.368. V. XII / São Paulo : Atlas, 2003. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522477036/pageid/0></p> <p>RIZZARDO, Arnaldo. Direito das coisas. 8. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530972837/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml01%5D!/4/2/2%5Bvst-image-button-372989%5D%400:0.00></p> <p>LISBOA, Roberto Senise. Manual de direito civil, v. 4 : direitos reais e direitos intelectuais. 7. ed. – São Paulo : Saraiva, 2013.</p> <p>GODOY, Cláudio Luiz Bueno de et al. Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência. coordenação Cezar Peluso. 13. ed. Barueri: Manole, 2019.</p>

Direito Empresarial: Societário	Carga Horária: 36 h/a
<p>Ementa: Noções de Sociedades Anônimas. Direitos e Responsabilidades dos Acionistas. Órgãos da S.A. Deveres e Responsabilidades dos Diretores. Conselho Fiscal. Livros Obrigatórios. Dissolução e Liquidação da Sociedade Anônima. Grupos de empresas e Consórcio. Subsidiária integral.</p>	
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:
<p>COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial: direito de empresa. 19ª. São</p>	<p>CARVALHOSA, Modesto. Comentários à lei de sociedades anônimas. 3ª. São Paulo: Saraiva, 2003.</p>

Paulo: Saraiva, 2015. FINDELSTEIN, Maria Eugenia. Direito empresarial . 7ª. São Paulo: Atlas, 2012. REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial . 34ª. São Paulo: Saraiva, 2015.	COMPARATO, Fábio Konder; SALOMÃO FILHO, Calixto. O poder de controle na sociedade anônima . 5ª. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
--	---

Processo Civil: Meios de Impugnação às Decisões Judiciais		Carga Horária: 72 h/a
Ementa: Dos processos nos tribunais. Competência originária dos tribunais. Composição. Funcionamento. O duplo grau de jurisdição. Regras de julgamento. Ações rescisória e de reclamação. Teoria geral dos recursos. Princípios fundamentais. Recursos em espécie: apelação, agravo de instrumento, agravo interno, embargos de declaração e recursos excepcionais aos tribunais superiores.		
Bibliografia Básica:		Bibliografia Complementar:
ABELHA, Marcelo. Manual de Direito Processual Civil, editora Forense. BUENO, Cássio Scarpinella, Manual de Direito Processual Civil, editora Saraiva. DIDIER JUNIOR, Fredie e CUNHA, Leonardo Carneiro. Curso de direito processual civil, volume 3; editora juspodivm.		BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Comentários ao CPC, volume V, editora Forense; CARVALHO, Fabiano. Ação rescisória: decisões rescindíveis; editora Revista dos Tribunais; SIMARDI, Luis Eduardo. Embargos de declaração: efeitos infringentes, prequestionamento e outros aspectos. Editora RT. ASSIS, Araken. Manual dos recursos; editora RT.

Processo Penal: Recursos, Ações de Impugnação e Execução		Carga Horária: 72 h/a
Ementa: Teoria geral dos recursos. Recursos em espécie. Recurso especial e extraordinário. Ações autônomas de impugnação.		
Bibliografia Básica:		Bibliografia Complementar:
BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. Processo Penal . 2ª. Rio de Janeiro: Campus Jurídico, 2014.		LOPES JUNIOR, Aury. Direito processual penal . 12ª. São Paulo: Saraiva, 2015. NUCCI, Guilherme de Souza. Código de processo penal comentado . 13ª. Rio de Janeiro: Gen, 2014.

Fundamentos de Direito Administrativo		Carga Horária: 36 h/a
Ementa: O Direito Administrativo. A Administração Pública direta e indireta. As Entidades Paraestatais. Princípios constitucionais e infraconstitucionais relevantes para o direito administrativo. Os poderes administrativos. O ato administrativo. Os agentes públicos.		
Bibliografia Básica:		Bibliografia Complementar:

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo . 29. São Paulo: malheiros, 2017.	CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo . 27. São Paulo: Atlas, 2014.
NOHARA, Irene Patrícia. Direito administrativo . São Paulo: Atlas, 2011.	DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo . 27. São Paulo: Atlas, 2014.
PESTANA, Márcio. Direito administrativo brasileiro . 4. São Paulo: Atlas, 2014.	MARRARA, Thiago (Org.). Princípios de direito administrativo: legalidade, segurança jurídica, impessoalidade, publicidade, m . São Paulo: Atlas, 2012.
	MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno . 19. São Paulo: R. do Trabalho, 2015.
	OLIVEIRA, Régis Fernandes de. Ato administrativo . 6. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

ELETIVA (7): Direito Eleitoral		Carga Horária: 36 h/a
Ementa: Democracia e soberania popular. Direitos políticos e partidos políticos na CF/88. Atlas da legislação eleitoral. Da Administração da Justiça Eleitoral. Processo eleitoral (Escolha e Registro de candidaturas; Propaganda eleitoral; e Prestação de contas). Ações e representações eleitorais sensíveis.		
Bibliografia Básica:		Bibliografia Complementar:
GONÇALVES, Luiz Carlos dos Santos. Direito Eleitoral. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2018. (obra elaborada por membro do Ministério Público Federal com larga experiência na área eleitoral tendo funcionado, inclusive, como Procurador Regional Eleitoral em São Paulo). https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597017540/cfi/6/2/4/2/2@0:0		AFONSO DA SILVA, Luís Virgílio. Sistemas eleitorais – tipos, efeitos jurídico-políticos e aplicação ao caso brasileiro . São Paulo: Malheiros, 1999. (obra elaborada por professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo rica em informações de direito comparado). VELLOSO, Carlos Mário da Silva e AGRA, Walber de Moura. Elementos de Direito Eleitoral . São Paulo: Saraiva, 2009. (obra elaborada por ex-Ministro do STF e do TSE e por consagrado professor de direito no Estado de Pernambuco com largas experiências na área eleitoral). https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555590944/cfi/6/2/4/2/2@0.00:0.00

ELETIVA (7): Tutela de Interesses Difusos e Coletivos		Carga Horária: 36 h/a
Ementa: O aparecimento dos direitos difusos (transindividuais) na contemporaneidade. Sociedade de massa. Interesses difusos. Interesses coletivos. Interesses individuais homogêneos. Lei da Ação Popular. Lei de Improbidade administrativa. Lei da Ação Civil Pública. Estatuto da Criança e do Adolescente. O processo coletivo.		
Bibliografia Básica:		Bibliografia Complementar:
Eurico, FERRARESI. Ação Popular, Ação Civil Pública e Mandado de Segurança Coletivo. Grupo GEN, 2008. [Minha Biblioteca]. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/		BORBA, Joselita Nepomuceno. Efetividade da tutela coletiva. São Paulo: Ltr, 2008. DELGADO, José Augusto. Interesses difusos e

<p>books/978-85-309-5596-0/cfi/0!/4/2@100:0.00</p> <p>SOUZA, Motauri C. Interesses difusos em espécie : direito ambiental, direito do consumidor e probidade administrativa, 3ª Edição.. Editora Saraiva, 2013. [Minha Biblioteca]. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502203365/cfi/0!/4/4@0.00:0.00</p> <p>Edilson, Vitorelli,, e Zaneti Jr., Hermes Casebook de Processo Coletivo – Vol. I. Grupo Almedina (Portugal), 2020. [Minha Biblioteca]. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556271279/cfi/0!/4/2@100:0.00</p>	<p>coletivos: evolução conceitual. Doutrina e Jurisprudência do STF.</p> <p>GAVRONSKI, Alexandre Amaral. Das origens ao futuro da Lei de Ação Civil Pública: O desafio de garantir acesso à justiça com efetividade. In: MILARÉ, Edis (Coord). A ação civil pública após 20 anos: efetividade e desafios. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2005.</p>
---	---

8º Semestre

Direito Civil: Famílias		Carga Horária: 36 h/a
<p>Ementa: Princípios do Direito de Família. Casamento. Impedimentos Matrimoniais. Causas Suspensivas. Processo de Habilitação, Celebração e Provas do Casamento. Invalidez do Casamento. Eficácia do Casamento. Regime de Bens. Dissolução da Sociedade Conjugal. Da Proteção da Pessoa dos Filhos. Alienação Parental. Relações de Parentesco. Filiação. Reconhecimento dos filhos. Adoção. Poder Familiar. Alimentos. Bem de Família. Tutela e Curatela.</p>		
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:	
<p>GONÇALVES, Carlos Alberto. Direito civil brasileiro – direito de família. 17.ed. São Paulo: Saraiva, 2020. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553615995/cfi/0!/4/4@0.00:65.4></p> <p>VENOSA. Sílvio de Salvo. Direito Civil: família e Sucessões. vol.VI. 20.ed. São Paulo: Atlas, 2020. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024777/cfi/6/8!/4/2/4@0:3.93></p> <p>TARTUCE, Flavio. Direito civil, v.5 – Direito de Família. 15.ed. São Paulo: Gen/Forense, 2020. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530989385/cfi/6/2!/4/2/2@0:53.0></p>	<p>GAGLIANO, Pablo Stolze e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil- Direito de família. v. 6, 10.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.(https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553617807/cfi/5!/4/4@0.00:0.00)</p> <p>LÔBO, Paulo. Famílias. v. 5, 6.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553616909/cfi/3!/4/4@0.00:0.00)</p> <p>PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. 27. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530984984/cfi/6/10!/4/2/4@0:0)</p> <p>VILLAÇA AZEVEDO, Álvaro. Curso de direito civil – Direito de família. 2. Ed., São Paulo: Saraiva Educação, 2019. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553609727/cfi/4!/4/4@0.00:0.00)</p>	

Direito Empresarial: Falência e Recuperação

Carga Horária: 36 h/a

Ementa: Estudo sobre a falência e a recuperação de empresas, passando pela crise econômico-financeira, os mecanismos de recuperação empresarial, incluindo o plano de recuperação, a assembleia de credores e os mecanismos da recuperação extrajudicial, sendo a falência abordada em seus aspectos gerais.	
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:
<p>CAMPINHO, Sérgio: Falência e Recuperação de Empresa. 11ª. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2020.</p> <p>COELHO, Fábio Ulhoa: Curso de Direito Comercial, v. 03, 19ª Ed. São Paulo, Tomsom Reuters Brasil, 2020.</p> <p>TOMAZETTE, Marlon. Curso de Direito Empresarial, vol. 3 – Falência e Recuperação de Empresas. (https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/bos/9788553600632)</p> <p>SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência, 2ª. ed., São Paulo: Saraiva Educação, 2021</p> <p>Costa, Daniel Carnio: Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência: Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005 / Daniel Carnio Costa, Alexandre Correa Nasser de Melo – Curitiba: Juruá, 2021.</p>	<p>COELHO, Fábio Ulhoa. Comentários à Lei de Falências e Recuperação. 13ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.</p> <p>COELHO, Fábio Ulhoa: Novo Manual de Direito Comercial. 31ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.</p> <p>FINKELSTEIN, Maria E. Manual de Direito Empresarial, 8ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN,</p> <p>SACRAMONE, Marcelo. Manual de Direito Empresarial. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. (https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553618248/).</p>

Processo Civil: Precedente e Processo Coletivo		Carga Horária: 36 h/a
Ementa: Precedentes – técnica na aplicação dos precedentes - procedimentos para formação de precedentes – controle dos precedentes. Processo coletivo – teoria geral – procedimentos judiciais e procedimentos extrajudiciais – ação civil pública – ação popular – mandado de segurança coletivo.		
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:	
<p>Cassio Scarpinella Bueno, Curso Sistematizado de Direito Processual Civil, vol. 2, Saraiva, 2020</p> <p>https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553617746/recent</p> <p>- Alexandre Freitas Câmara, O Novo Processo Civil Brasileiro, Atlas, 2019.</p> <p>https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597019575/cfi/6/2!/4/2@0:0</p> <p>- Antonio do Passo Cabral e Ronaldo Cramer, Comentários ao Código de</p>	<p>Fábio Victor da Fonte Monnerat, Súmulas e Precedentes Qualificados, Saraiva, 2019</p> <p>https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553615612/cfi/66!/4/2@100:0.00</p> <p>- Aurélio Viana e Dierle Nunes, Precedentes – a mutação no ônus argumentativo, Forense, 2018</p> <p>https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530978112/cfi/6/10!/4/12/2@0:62.9</p> <p>- Rogério Rudiniki Neto, Processo Coletivo Passivo: uma proposta de sistematização e operacionalização,</p>	

<p>Processo Civil, Forense, 2017</p> <p>https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530971441/cfi/6/2];vnd.vst.idref=html00!</p>	<p>Almedina, 2018</p> <p>https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584933679/cfi/9!/4/4@0.00:54.4</p> <p>- Fredie Didier Jr. e Hermes Zanetti Jr., Curso de direito processual civil, vol. 4, JusPodivm, 2016.</p> <p>-Rodolfo de Camargo Mancuso, Ação civil pública, Revista dos Tribunais, 2015.</p>
---	--

Direito Administrativo: Licitações, Contratos e Responsabilidade		Carga Horária: 72 h/a
Ementa: A estrutura do Estado brasileiro e suas relações jurídicas. Processos Administrativos. Licitação. Contratos Administrativos. Bens públicos. Serviço público. Poder de polícia. Limitações do direito de propriedade. Responsabilidade do Estado. Controle da administração pública.		
Bibliografia Básica:		Bibliografia Complementar:
<p>MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2019.</p> <p>PESTANA, Marcio. Licitações Públicas no Brasil. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>PESTANA, Marcio. Direito Administrativo Brasileiro. 4ª. São Paulo: Atlas, 2014.</p> <p>https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024982/cfi/6/2!/4/2</p>		<p>Direito Administrativo. Diogo de Figueiredo Moreira Neto https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-5372-0/cfi/6/2!/4/2/2@0:0</p> <p>Direito Administrativo. Maria Sylvia Zanella di Pietro https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530984830/cfi/6/2!/4/2/2@0:0</p> <p>Direito Administrativo. Irene Patrícia Nohara https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597025262/cfi/6/2!/4/2/2@0:0.00</p> <p>Processo Administrativo. Irene Patrícia Nohara e Thiago Marrara https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522467211/cfi/0!/4/2@100:0.00</p> <p>Curso de Direito Administrativo. Alexandre Santos de Aragão. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-4882-5/cfi/0!/4/4@0.00:13.2</p>

Fundamentos de Direito Tributário		Carga Horária: 72 h/a
Ementa: Tributação. Conceito de tributo. Espécies tributárias. Princípios, regras de competência e imunidades. Função da Lei Complementar no Direito Tributário.		
Bibliografia Básica:		Bibliografia Complementar:
<p>ATALIBA, Geraldo. Hipótese de incidência tributária. São Paulo: Malheiros, 2010.</p> <p>AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo, Saraiva, 2010.</p>		<p>ÁVILA, Humberto. Teoria da igualdade tributária. São Paulo: Malheiros, 2008.</p> <p>FERRAGUT, Maria Rita. Responsabilidade Tributária e o Código Civil de 2002. São Paulo: Noeses, 2009.</p>

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2010.	SANTI, Eurico Marcos Diniz de. Curso de Direito Tributário e Finanças Públicas: do fato à norma, da realidade ao conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2008
	TORRES, Ricardo Lobo. Normas de Interpretação e Integração do Direito Tributário. 3ª Ed. Rio de Janeiro: 2000

Direito do Consumidor		Carga Horária: 36 h/a
Ementa: Proteção Constitucional, Ordem econômica e direito das relações de consumo. Sujeitos, objetos e configuração da relação de consumo. Repressão de abusos no mercado consumidor. Direitos básicos no microsistema jurídico do CDC. Tutela Civil e Reparação de danos ao Consumidor. Informação, oferta e proteção contratual. Tutela coletiva		
Bibliografia Básica:		Bibliografia Complementar:
Filomeno, J.G.B. Curso Fundamental de Direito do Consumidor , 3ª edição. [Minha Biblioteca]. Retirado de https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522490653/		DONNINI, Ferraz, R. Responsabilidade Civil Pós Contratual - No direito civil, no direito do consumidor, no direito do. [Minha Biblioteca]. Retirado de https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502140356/
NUNES, Rizzato. Curso de direito do consumidor . [Minha Biblioteca]. Retirado de https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553607532/		CORDOVIL, Leonor. Série Gvlaw - Direito, gestão e prática: direito do consumidor: a visão da empresa e da jurisprud. [Minha Biblioteca]. Retirado de https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502228436/
TARTUCE, Flávio, NEVES, Assumpção, D. A. Manual de Direito do Consumidor - Volume Único, 7ª edição. [Minha Biblioteca]. Retirado de https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530978426/		Khouri, , P.R.R.A. Direito do consumidor: contratos, responsabilidade civil e defesa do consumidor em juízo , 6ª edic. [Minha Biblioteca]. Retirado de https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522486472/
		SOUZA, de, M. C. Interesses difusos em espécie : direito ambiental, direito do consumidor e probidade administrativa . [Minha Biblioteca]. Retirado de https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502203365/

ELETIVA (8): Direito Econômico e Concorrencial		Carga Horária: 36 h/a
Ementa: Atuação do Estado no Domínio Econômico. Planejamento Estatal e parâmetros normativos criados pelo Estado de Direito no delineamento das práticas econômicas e concorrenciais. Direito da Concorrência. Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Legislação brasileira e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Ordem Econômica Internacional.		

Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:
<p>BAGNOLI, Vicente. Direito econômico. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2013. 9788522484331. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522484331/.</p> <p>FONSECA, M.A.R. D. Planejamento e desenvolvimento econômico. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2006. 9788522108466. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522108466/</p> <p>HERREN, A. F. Direito Econômico. São Paulo: Atlas, 2019. 9788597021974. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021974/.</p>	<p>GRAU, Eros Roberto. A Ordem Econômica na Constituição de 1988. 17a ed. São Paulo: Malheiros, 2015.</p> <p>MENDONÇA, José Vicente Santos de. Direito Econômico. Belo Horizonte.: Editora Fórum, 2014.</p> <p>NUSDEO, Fabio. Curso de Economia: Introdução ao Direito Econômico. 9a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.</p> <p>SCHAPIRO, M. G. Série Gvlaw: Direito Econômico - Direito Econômico. 1ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. 9788502205314. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502205314/.</p>

9º Semestre

Trabalho de Curso – Fundamentos de Metodologia e Pesquisa	Carga Horária: 18 h/a
<p>Ementa: Conhecimento e níveis de conhecimento. Ciência e Método. Métodos Científicos e técnicas de pesquisa. Pesquisa Científica e suas modalidades. Compreensão dos procedimentos científicos a partir de um estudo de um problema de pesquisa. Projeto de pesquisa.</p>	
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:
<p>FEFERBAUM, Marina; QUEIROZ, Rafael Mafei R. Metodologia da Pesquisa em Direito - Técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses. Editora Saraiva, 2019. 9788553615544. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553615544/. Acesso em: 27 fev. 2022.</p>	<p>ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 15a ed. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2000. 170 p. Título original: Como se fa una tesidilaurea.</p>

Direito Civil: Sucessões	Carga Horária: 36 h/a
<p>Ementa: Disposições gerais -Conceito e espécies de sucessão. Conceito de herança. Princípio de saisine . Administração da herança. Cessão de direitos hereditários. Vocação hereditária. Capacidade para suceder. Aceitação e renúncia da herança. Dos excluídos da sucessão. Indignidade e deserdação. Herança jacente e vacante. Petição de herança. Sucessão legítima - Ordem de vocação hereditária. Herdeiros necessários. Sucessão testamentária -Testamento - formas de testamento. Capacidade para testar. Nulidade e anulabilidade do testamento. Formas de Testamento .Disposições testamentárias. Regras proibitivas.Regras permissivas.Regras interpretativas.Legados.Conceito, espécies e efeitos dos legados.Caducidade dos legados.Direito de crescer entre herdeiros e legatários.Substituições vulgar, fideicomissária e compendiosa.Redução das disposições testamentárias.Revogação e rompimento do testamento.Testamenteiro.Inventário e partilha -Sonogados e bens colacionados.</p>	
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:

<p>Carvalho, Luiz Paulo Vieira de Direito das sucessões / Luiz Paulo Vieira de Carvalho. – 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2019. ISBN 978-85-97-01731-1</p> <p>Scalquette, Ana Cláudia Silva Famílias & sucessões / Ana Cláudia Silva Scalquette. --8. ed. --São Paulo : Almedina, 2020. Bibliografia. ISBN 978-65-5627-002-9</p> <p>Venosa, Sílvio de Salvo Direito civil: sucessões / Sílvio de Salvo Venosa. – 18. ed. – São Paulo: Atlas, 2017. (Coleção Direito Civil; 6) ISBN 978-85-97-01483-9</p>	<p>Carvalho, Dimas Messias de Direito das sucessões / Dimas Messias de Carvalho. – 6. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020.</p> <p>Gonçalves, Carlos Roberto Responsabilidade civil / Carlos Roberto Gonçalves. – Direito civil brasileiro vol. 7 – 14. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020. 584 p. Bibliografia ISBN 978-85-536-1601-5</p> <p>Tartuce, Flávio Direito Civil: direito das sucessões – v. 6 / Flávio Tartuce. – 13. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020. ISBN 978-85-309-8939-2</p> <p>Tepedino, Gustavo Fundamentos do direito civil: direito das sucessões / Gustavo Tepedino, Ana Luiza Maia Navares, Rose Melo Vencelau Meireles; [coordenação Gustavo Tepedino]. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021. (Fundamentos do direito civil; 7)</p> <p>Sucessões / Orlando Gomes; – 17. ed. [revisada e atualizada por] Mario Roberto Carvalho de Faria – Rio de Janeiro: Forense, 2019. ISBN 978-85-309-8603-2</p>
--	--

Direito Administrativo: Serviços, Intervenções e Controle		Carga Horária: 72 h/a
Ementa: Serviço público. Conceito. Serviço Público e Atividade Econômica. Formas de prestação (delegação legal e contratual). Concessão comum e especial (PPP). Intervenção estatal. Espécies. Intervenção sobre a propriedade. Controle. Conceito. Espécies. Autocontrole e controle externo.		
Bibliografia Básica:		Bibliografia Complementar:
<p>PESTANA, Márcio. Direito Administrativo Brasileiro, São Paulo: Atlas;</p> <p>CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo, São Paulo: Atlas.</p>		<p>BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo, São Paulo: Malheiros;</p> <p>JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo, São Paulo: RT.</p>

Direito Tributário: Tributos em Espécie		Carga Horária: 72 h/a
Ementa: Normas gerais em matéria tributária. CTN. Obrigação, crédito e lançamento tributários. Prescrição e decadência. Responsabilidade tributária. Impostos federais, estaduais e municipais. Contribuições sociais e especiais. Espécies de tributos: PIS, CONFINS, ICMS, ISS, ITCMD e ITBI.		
Bibliografia Básica:		Bibliografia Complementar:
<p>CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2010.</p> <p>MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 32ª ed. rev. atual. e amp. São Paulo: Malheiros, 2011.</p> <p>PAULSEN, Leandro, MELO, José</p>		<p>BARRETO, Aires Fernandino. Curso de Direito Tributário Municipal. São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>BARRETO, Paulo Ayres. Contribuições – Regime Jurídico, Destinação e Controle. São Paulo: Noeses, 2006.</p> <p>FERRAGUT, Maria Rita. Responsabilidade Tributária e o Código Civil de 2002. São Paulo: Noeses, 2009.</p>

Eduardo Soares de, PAULSEN, Leandro. Impostos Federais, Estaduais e Municipais. Livraria do Advogado, 6ª edição, 2011.	MACHADO, Costa e QUEIROZ, Mary Elbe (coords.). Código Tributário Nacional Interpretado. São Paulo: Manole, 2010. OLIVEIRA, Ricardo Mariz de. Fundamentos do Imposto de Renda. São Paulo: Quartier Latin, 2008.
--	---

Direito Financeiro		Carga Horária: 36 h/a
Ementa: Necessidades Públicas e atividade financeira do Estado . Normas constitucionais orçamentarias e financeiras . Procedimento legislativo relativo as leis orçamentarias. Superavit primario e gastos publicos . Lei de Responsabilidade fiscal.		
Bibliografia Básica:		Bibliografia Complementar:
MARTINS, Ives Gandra da Silva; NASCIMENTO, Carlos Valder do. Comentários a lei de responsabilidade fiscal. São Paulo: Saraiva, 2014. OLIVEIRA, Régis Fernandes de. Curso de direito financeiro. São Paulo: RT, 2014. BITENCOURT, Cezar Roberto; BRENDA, Juliano. Crimes contra o sistema financeiro nacional e contra o mercado de capitais. São Paulo: Saraiva, 2014.		COSTA JÚNIOR, Paulo José da; QUEIJO, Maria Elizabeth; MACHADO, Charles Marcildes. Crimes do colarinho branco. São Paulo: Saraiva, 2002. GRIECO, Francisco de Assis. O Brasil e a nova economia global. São Paulo: Aduaneiras, 2001. HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário. São Paulo: Atlas, 2013. PAULA, Áureo Natal de. contra o sistema financeiro nacional e o mercado de capitais: comentários à Lei 7.492/86 e aos artigos. Curitiba: Juruá, 2006. SALLES, Marcos Paulo de Almeida. O consumidor e o sistema financeiro: um comentário à lei 8.078/90. São Paulo: Acadêmica, 1991.

Direito Ambiental		Carga Horária: 36 h/a
Ementa: Histórico do Direito Ambiental e suas Características. Instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente. Estudos de casos. Regime da Responsabilidade Administrativa, Civil e Penal em matéria ambiental. Código Florestal.		
Bibliografia Básica:		Bibliografia Complementar:
ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. – 20. ed. – São Paulo: Atlas, 2019 < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597016819/cfi/6/8!/4/2/4@0:3.69 > PHILIPPI JR., Arlindo; FREITAS, Vladimir Passos de; SPÍNOLA, Ana Luiza S. Direito Ambiental e Sustentabilidade. Editora Manole, 2016. < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788520439241 >		ANTUNES, Paulo de Bessa Manual de direito ambiental. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2015. < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597001525/cfi/4!/4/4@0.00:7.60 > RODRIGUES, MARCELO ABELHA DIREITO AMBIENTAL ESQUEMATIZADO. – 6. ED. – SÃO PAULO : SARAIVA EDUCAÇÃO, 2019. HTTPS://INTEGRADA.MINHABIBLIOTECA.COM.BR/#/BOOKS/9788553608577/CFI/4!/4/4@0.00:11.1 MORATO LEITE, J. MANUAL DE DIREITO AMBIENTAL. — SÃO PAULO : SARAIVA, 2015. HTTPS://INTEGRADA.MINHABIBLIOTECA.COM.BR/#

SIRVINSKAS, L. P. Manual de direito ambiental. Editora Saraiva, 2017. < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788547228262 >.	/BOOKS/9788502622524/CFI/4!/4/4@0.00:17.0 GRANZIERA, MARIA LUIZA MACHADO; REI, F. DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL: AVANÇOS E RETROCESSOS. GRUPO GEN, 2015. < HTTPS://INTEGRADA.MINHABIBLIOTECA.COM.BR/#/BOOKS/9788522497911/ >
--	---

Ética Profissional		Carga Horária: 36 h/a
Ementa: Princípios fundamentais. Deveres do Advogado. Impossibilidade de mercantilização da profissão. Advocacia Pública. Relações com o cliente. Relações com colegas e demais operadores do Direito. Atuação institucional do advogado na OAB. Sigilo profissional. Publicidade profissional. Honorários profissionais. Sanções disciplinares.		
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:	
Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB, Paulo Lôbo, 11ª ed., Ed. SaraivaJur, São Paulo. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547228668/cfi/0!/4/4@0.00:61.4	Código Civil, 4ª ed., Ed. Manole. São Paulo: 2018. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520455029/cfi/0!/4/4@0.00:67.4	
Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, Theotônio Negrão et alii, 49ª ed., Ed. SaraivaJur. São Paulo: 2018. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553172870/cfi/0!/4/4@0.00:12.3	Código Civil Comentado, 14ª ed. Ed. Manole. São Paulo, 2020. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520464328/cfi/0!/4/2@100:0.00	
Constituição da República Federativa do Brasil, organizador Alexandre de Moraes, 47ª ed., Ed. Atlas. São Paulo: 2019. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597022551/cfi/6/2!/4/2/2@0:29.9		

ELETIVA (9): Direito da Propriedade Intelectual		Carga Horária: 36 h/a
Ementa: A propriedade privada de bens imateriais. Os dois subsistemas do regime jurídico: Propriedade Industrial e Direito Autoral. Conceito de autoria. Evolução dos privilégios de exclusividade em normas e regras institucionalizadas. Tratados Internacionais, OMPI, TRIPs (OMC). Os direitos da Propriedade Industrial: patentes, marcas, desenhos industriais, repressão às falsas indicações geográficas e à concorrência desleal. Licenças compulsórias. Contrafação de marcas. Procedimentos do INPI. Lei de Inovação. Outras formas de proteção sui generis, Lei de Cultivares.		
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:	

<p>Netto, J.C. C. (2019). Direito autoral no Brasil (3rd edição). Editora Saraiva. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553611089</p> <p>Vicente, D. M. (2020). A Tutela Internacional da Propriedade Intelectual. Grupo Almedina (Portugal). https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788584936205</p> <p>Santos, M.J.P. D. (2013). Série GVlaw: propriedade intelectual: Direito autoral, 1ª Edição. Editora Saraiva. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502205345</p>	<p>Silveira, N. (2018). Propriedade intelectual: propriedade industrial, direito de autor, software, cultivares, nome empresarial, título de estabelecimento, abuso de patentes 6a ed. (6th edição). Editora Manole. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788520457535</p> <p>Silveira, N. (2014). Propriedade Intelectual: Propriedade Industrial, Direito de Autor, Software, Cultivares, Nome Empresarial, Abuso de Patentes (5th edição). Editora Manole. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788520448618</p> <p>Zanini, L.E.D. A. (2015). Direito de Autor, 1ª edição.. Editora Saraiva. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502230231</p>
--	---

10º Semestre

Trabalho de Curso – Pesquisa e Produção Textual		Carga Horária: 18 h/a
Ementa:		
Elaboração do Trabalho de conclusão de curso pautado nas Normas aprovadas pelo Colegiado do Curso, utilizando conhecimentos teóricos, metodológicos e éticos sob orientação docente; desenvolvimento de habilidades relativas às diferentes etapas do processo de pesquisa; elaboração e apresentação do relatório de pesquisa.		
Bibliografia Básica:		Bibliografia Complementar:
FEFERBAUM, Marina; QUEIROZ, Rafael Mafei R. Metodologia da Pesquisa em Direito - Técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses. Editora Saraiva, 2019. 9788553615544. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553615544/ . Acesso em: 27 fev. 2022.		ECO, Umberto. Como se faz uma tese . 15a ed. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2000. 170 p. Título original: Como se fa una tesidilaurea.

Direito Internacional Privado		Carga Horária: 36 h/a
Ementa: O conflito interespacial de normas e aplicação do direito estrangeiro nas relações jurídicas de direito privado. A condição jurídica do cidadão estrangeiro nas políticas de proteção dos Direitos Humanos no âmbito do DIP. Princípios, institutos e fontes do Direito Internacional Privado. Jurisdição Internacional. O sistema do comércio internacional e os instrumentos dos contratos internacionais.		
Bibliografia Básica:		Bibliografia Complementar:

<p>BASSO, Maristela. Curso de Direito Internacional Privado. 6ª. Ed. São Paulo: Gen/Atlas, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597023060/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml0%5D!/4/2/2%5Bvst-image-button-527656%5D%400:0.0978.</p> <p>STRENGER, Irineu. Comércio do Direito Internacional. 3a. ed. São Paulo: Atlas, 2005.</p>	<p>Rechsteiner, Beat. Direito internacional privado: Teoria e Prática. 20ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553608225/.</p>
--	--

Direito Digital		Carga Horária: 36 h/a
<p>Ementa: Ética e Privacidade Na Era da Inteligência Artificial. Admirável Futuro Novo. O que é O Virtual? Entendendo O Ciberespaço. Constitucionalismo Digital. Novas Perspectivas dos Direitos da Personalidade. Fundamentos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). ANPD: Regulações e Penalidades. Normas Técnicas Para Segurança e Privacidade da Informação (ISO 27001, 27002 e 27701). Gestão de Segurança da Informação: Prevenção, Contenção e Continuidade. Privacy By Design e By Default: A Ciência de Dados Guiada Pela Privacidade. Economias de Compartilhamento e Ecossistema de Startup. Os Desafios do Data Protection Officer (DPO). Direito Penal Informático e os crimes no contexto digital.</p>		
Bibliografia Básica:		Bibliografia Complementar:
<p>Alfeo, R. P. V. Algoritmos e o Direito. São Paulo: Almedina, 2020. 9788584935673. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584935673/.</p> <p>PINHEIRO, Patricia Peck. Direito Digital. Editora Saraiva, 2016. [Minha Biblioteca].</p> <p>HOFFMANN-RIEM, Wolfgang. Teoria Geral do Direito Digital. Grupo GEN, 2020. [Minha Biblioteca].</p>	<p>FIORILLO, Celso A. Pacheco. Princípios constitucionais do direito da sociedade da informação : a tutela jurídica do meio ambiente digital, 1ª edição. Editora Saraiva, 2014. [Minha Biblioteca].</p> <p>PINHEIRO, Patricia Peck. Segurança Digital - Proteção de Dados nas Empresas. Grupo GEN, 2020. [Minha Biblioteca].</p> <p>WHITE, Andrew. Mídias digitais e sociedade (Digital media and society), 1ª edição.. Editora Saraiva, 2017. [Minha Biblioteca].</p>	

Jurisdição Constitucional		Carga Horária: 36 h/a
<p>Ementa: O CONSTITUCIONALISMO. A JURISDIÇÃO EM GERAL. A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL NO BRASIL. O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE. AÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO. AÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. MODULAÇÃO DE EFEITOS. EFEITO VINCULANTE.</p>		
Bibliografia Básica:		Bibliografia Complementar:

<p>BARROSO, L. Roberto. <i>Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo</i>. Editora Saraiva, 2018</p> <p>https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610112/cfi/0!/4/2@100:0.00</p> <p>MORAES, A. <i>Direito Constitucional, 35ª edição</i>. Grupo GEN, 2019.</p> <p>https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020915/cfi/6/2!/4/2/2@0:0</p> <p>STRECK, L. <i>Jurisdição Constitucional</i>. Grupo GEN, 2019. [Minha Biblioteca]. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530987497/cfi/6/2!/4/2/2@0:0.0815</p>	<p>BARCELLOS, Ana P. <i>Curso de Direito Constitucional, 2ª edição</i>. Grupo GEN, 2019.</p> <p>https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530983918/cfi/6/2!/4/2/2@0:0</p> <p>TAVARES, A R. <i>Curso de direito constitucional</i>. Editora Saraiva, 2018.</p> <p>https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553609451/cfi/0!/4/2@100:0.00</p> <p>LENZA, Pedro. <i>Direito constitucional esquematizado</i>. Editora Saraiva, 2018.</p> <p>https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553602285/cfi/0!/4/2@100:0.00</p>
---	--

Governança Global	Carga Horária: 36 h/a
<p>Ementa: Multilateralismo nas relações internacionais e os novos padrões de relacionamentos entre os países. Novos regimes e organizações internacionais. Problemas e soluções comuns; Atores internacionais; agendas globais.</p>	
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:
<p>AMARAL JUNIOR, A. (ORG). <i>Direito internacional e desenvolvimento</i>. Barueri, SP : Manole, 2005. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520443286/cfi/5!/4/4@0.00:9.75</p> <p>LESSA, Antônio Carlos. <i>Política Internacional Contemporânea: Mundo em Transformação, 1ª edição</i>. São Paulo: Saraiva, 2006. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502114974/cfi/4!/4/4@0.00:0.00</p> <p>SEITENFUS, Ricardo <i>Relações internacionais / Ricardo Seitenfus. – 2. ed. – Barueri, SP: Manole, 2013.</i> https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520444870/cfi/5!/4/4@0.00:22.0</p>	<p>Alcindo Gonçalves, Daniel Freire e Almeida, Fernando Rei (Organizadores). Governança global: desafios e complexidade. Santos (SP) : Editora Universitária Leopoldianum, 2021. E-book disponível em: <https://www.unisantos.br/wp-content/uploads/2021/03/governanca-global-2021-e-book.pdf>.</p>

Multidisciplinariedade e Inovação em Direito		Carga Horária: 36 h/a
Ementa: Discussão mediante seminários de temas atuais que reclamam uma abordagem multidisciplinar ou novas leituras pela Ciência do Direito. Exemplo: Direito ao esquecimento; Eutanásia; Aborto e Saúde Pública; Direito à informação; Adoção por casais homoafetivos; Efetiva Proteção e Preservação do Meio Ambiente; Deslocados ambientais; Redução da Maioridade Penal; Famílias Simultâneas; Legalização do Uso de Drogas.		
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:	
<p>Piovesan, F. (2018). Direitos humanos e o direito constitucional internacional (18th edição). Editora Saraiva. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553600274</p> <p>Sampaio, F.J. T. (2019). Introdução ao Estudo do Direito (11th edição). Grupo GEN. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597021417</p> <p>Varella, M. D. (2017). Direito internacional público (7th edição). Editora Saraiva. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788547229344</p>	<p>Nunes, R. (2018). Curso de direito do consumidor (13th edição). Editora Saraiva. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553607532</p> <p>Pinheiro, C. (2018). Manual de Psicologia Jurídica (4th edição). Editora Saraiva. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553610402</p> <p>Secchi, L., Coelho, F.D. S., & Pires, V. (2019). Políticas Públicas: Conceitos, Casos Práticos, Questões de Concursos (3rd edição). Cengage Learning Brasil. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522128976</p>	

ELETIVA (10): Direito dos Seguros e Mercados Financeiros		Carga Horária: 36 h/a
Ementa: Estrutura, Regulamentação e Fiscalização dos Mercados de Seguros, Financeiros e de Capitais. Seguros, Contratos específicos. Coberturas. Seguros de Pessoas e de Danos. Contratos e garantias bancárias. Instituições do Mercado de Seguros e Financeiro. Características Institucionais e Conceitos Básicos do Instituto de Seguro e Mercado Financeiro em sentido lato. Governança Corporativa. Órgãos Reguladores. SUSEP, ANS, CMN, BACEN, CVM.		
Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:	
<p>Gravina, M. S. Direito dos Seguros. São Paulo: Almedina, 2020. 9786556270425. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556270425/.</p> <p>Junior, F.S.D. S. Série GVLAW - Direito, gestão e prática: mercado de capitais, 1ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. 9788502190306. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502190306/.</p> <p>Santos, A.P. D. Série EDB - Mercado de capitais, 1ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2012. 9788502181014. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502181014/.</p>	<p>ALVIM, PEDRO. Contrato de Seguro. Rio de Janeiro. Forense, 1983.</p> <p>EIZIRIK, Nelson. Mercado de capitais: Regime Jurídico. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.</p> <p>LIMA; ANDREZO, Iran; Andréia. Mercado Financeiro; aspectos conceituais e históricos. 3ª. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>SALOMÃO NETO, Eduardo. Direito Bancário. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil. Contratos. 18ª ed. Atlas. 2018</p>	

ELETIVA (10): Questões atuais de Ciências Criminais		Carga Horária: 36 h/a
Ementa: Alterações promovidas no Código Penal pela Lei nº 13.964/19. Lei dos Crimes Hediondos. Lei de Execução Penal. Lei de Interceptação Telefônica. Lei das Organizações Criminosas. Lei de Identificação Criminal. Estatuto do Desarmamento. Lei de Abuso de Autoridade. Outras alterações legislativas recentes.		
Bibliografia Básica:		Bibliografia Complementar:
COSTA JUNIOR, Paulo José da. Direito penal: curso completo. São Paulo: Saraiva, 2004. NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2017. PRADO, Luiz Régis. Curso de direito penal vol. II - parte especial. 15 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.		CAMPOS, Marcelo da Silveira. Crime e Congresso Nacional: uma análise da política criminal aprovada de 1989 a 2006. 1.ed. - São Paulo. IBCCRIM, 2010. PINHO, Ana Cláudia Bastos de; DELUCHEY, Jean-François; GOMES, Marcus Alan de Melo (Coord.). Tensões contemporâneas da repressão criminal. Porto Alegre: livraria do advogado, 2014.

1.8 Estratégias metodológicas

A metodologia de ensino proposta para o Centro Universitário Armando Álvares Penteado está fundamentada pela filosofia que propõe um diálogo contínuo entre as produções clássicas e as vertentes pedagógicas contemporâneas, todas elas voltadas para o processo de aprendizagem.

O curso de Direito adota conta com um corpo docente altamente qualificado e com sólida experiência de mercado em suas áreas de atuação, permitindo a efetiva construção dialética entre a teoria e a prática de forma natural.

Nos processos educativos são utilizadas diversas metodologias de ensino e de aprendizagem, tais como:

- aulas expositivas;
- aprendizagem baseada em problemas;
- aprendizagem baseada em projetos;
- situações simuladas;
- grupos operativos;
- construção de casos;

- seminários;
- aula-laboratório (ateliers; oficinas);
- visitas técnicas;
- aulas externas;
- atividades mediadas por tecnologias;
- uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC);
- uso de ferramentas de educação à distância;
- avaliações que simulam provas e concursos públicos.

As metodologias ativas são valorizadas no âmbito do ensino há muito tempo e, atualmente, um grupo de professores, em regime de tempo integral, dedica-se ao estudo, à divulgação de novas possibilidades de interação e à disseminação das melhores práticas internas, contribuindo para a formação continuada dos professores e colaboradores. Nas disciplinas oferecidas na modalidade a distância, a metodologia para desenvolver os conteúdos é construída junto com a Equipe Multidisciplinar de modo a buscar diferentes recursos digitais e de comunicação a fim de atingir os objetivos, as necessidades do corpo docente, especificidades do componente curricular.

O processo de ensino e aprendizagem é permeado pela utilização dos recursos tecnológicos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) como: videoaulas, utilização de material didático especialmente desenvolvido para cada disciplina, leituras programadas de textos, análise de situações-problema, realização de atividades individuais, projetos, fóruns de discussão, chats, estudos dirigidos, tarefas e orientação individualizada e, sempre que necessário, webconferências.

Todo o planejamento das atividades teóricas e práticas disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem é apresentado ao aluno de forma que ele assuma seu papel como protagonista de sua formação e busque atingir os objetivos previstos na disciplina ou unidades.

De acordo com o perfil da Instituição, as estratégias de aprendizagem focam na experiência dos professores e na aplicação dos conhecimentos e saberes na prática profissional. Os cases são propostos para discussão nos fóruns e para análise e

estudos nas atividades avaliativas dissertativas, bem como em questões objetivas inspiradas em provas aplicáveis às carreiras da área. Destaca-se ser essa uma orientação da equipe multidisciplinar que é analisada pelo professor autor responsável pela disciplina e incorporada com base nos objetivos de aprendizagem e escopo do componente curricular.

1.9 Procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem

A avaliação é parte essencial do processo educativo. A realização da avaliação possibilita aferir os resultados alcançados no processo ensino-aprendizagem, diagnosticar questões relevantes para os objetivos e competências propostos e identificar alterações que sejam necessárias.

O processo de avaliação deve considerar o raciocínio e a análise, em contraste com a simples memorização.

Os resultados das avaliações devem ser sempre acompanhados pelo corpo docente e pela coordenação do curso. A verificação desses resultados permite que mudanças nas técnicas de ensino possam ser realizadas no decorrer do semestre em busca de melhores resultados na relação ensino-aprendizado.

A avaliação deve ser desenvolvida preferencialmente pela utilização de instrumentos diversos, tais como provas escritas, execução de projetos, relatórios, trabalhos individuais ou em grupo, seminários, provas práticas e outros nos quais são observados as atitudes e os conhecimentos adquiridos pelo aluno durante a sua formação.

O processo avaliativo atende às determinações do Regimento Interno no sentido de definir os aspectos institucionais, mas conta com a possibilidade de garantir as especificidades de cada curso de acordo com o projeto pedagógico de cada curso.

Em síntese, o sistema de avaliação do desempenho escolar está estruturado por disciplina, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento. O critério de avaliação para as disciplinas do curso é composto pela soma de três notas: **N1 (30%) + N2 (30%) + N3 (40%)**. As notas são obtidas por meio das provas bimestrais oficiais, sendo a N2 composta por atividades e trabalhos ao longo do semestre (avaliação continuada). Estes são definidos pelo professor, de acordo com as características próprias de cada disciplina.

A frequência às aulas e às demais atividades escolares é obrigatória, vedado o abono de faltas. Independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtenha frequência mínima de setenta e cinco por cento às aulas e demais atividades escolares de cada disciplina.

A verificação e o registro de frequência são de responsabilidade única do professor.

Compete ao professor da disciplina elaborar os exercícios escolares, sob a forma de provas e trabalhos, bem como julgar os seus resultados. Os exercícios escolares, em número mínimo de uma prova escrita por período letivo, visam à avaliação progressiva do aproveitamento do aluno.

A cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota, expressa em grau de zero a dez.

O aluno que deixar de comparecer a uma das duas provas nas datas fixadas, poderá realizar uma prova substitutiva em período definido no Calendário Escolar.

Partindo da premissa de que só é possível a realização dos objetivos educacionais quando as avaliações são eficazes, a principal da Instituição meta é realizar, até o final da vigência do PDI, uma ampla discussão com o corpo docente para analisar a eficácia do sistema de avaliação.

Essa discussão será realizada tendo por base questões levantadas pelo Núcleo Docente Estruturante que enfatizem a assimilação da avaliação como um processo e não como um momento da aprendizagem.

1.10 Estágio curricular supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado é componente curricular **obrigatório** para o Curso de Direito conforme determinação da Diretriz Curricular Nacional vigente. É ato educativo escolar supervisionado que inclui atividades essencialmente práticas voltadas ao desenvolvimento técnico e comportamental nas diversas áreas profissionais. Tem como finalidade complementar a formação acadêmica e de cidadania.

O Programa de Estágio Curricular justifica-se pela necessidade de adaptação do aluno ao dia a dia da vida profissional. A premissa do programa é que o estudante possa aplicar os conceitos absorvidos em sala de aula na vida prática, a fim de cumprir o preceito de que o curso visa formar profissionais com sólida conexão entre a teoria e a prática.

A atividade de Estágio Supervisionado (curricular e obrigatório) deve abranger o planejamento, o desenvolvimento e a respectiva avaliação das atividades realizadas e é um componente direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados inerentes ao perfil do egresso.

O Estágio Curricular tem sua regulamentação elaborada pela coordenação do Núcleo de Prática Jurídica e aprovada pelo Núcleo Docente Estruturante. O cumprimento de conteúdo e de carga horária do Estágio são requisitos para aprovação e obtenção do diploma.

Nesse sentido, o Estágio Supervisionado do Curso de Direito é composto por dois tipos de atividades: **(i) Núcleo de Prática Jurídica (180 horas) e (ii) Estágio Externo (120 horas).**

Conforme será detalhado a seguir, para cumprir com o Estágio Curricular Supervisionado o aluno deverá realizar ambos os tipos, totalizando 300 (trezentas) horas de atividades.

1.10.1. Núcleo de Prática Jurídica (180 horas)

O acadêmico também desenvolve as atividades de estágio na própria instituição por meio do **Núcleo de Prática Jurídica (NPJ)**, que está estruturado e operacionalizado com regulamentação própria. O Núcleo de Prática Jurídica tem por principais objetivos a organização e a promoção das atividades práticas do corpo discente, tendo em vista o aperfeiçoamento da formação profissionalizante buscada neste curso.

Todas as atividades são supervisionadas por um professor indicado pelo Coordenador de Núcleo de Prática Jurídica, com participação de professores supervisores, em razão das áreas relativas às respectivas atividades práticas, ouvido o Núcleo Docente Estruturante.

O Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito do Centro Universitário FAAP oferece ao acadêmico uma ampla estrutura em instalações adequadas às necessidades inerentes ao ensino prático das atividades profissionais, visando a transmitir a vivência dos profissionais do Direito de acordo com a realidade social em contínua transformação.

As atividades profissionais são desenvolvidas ao longo de todo o curso, sendo que as obrigatórias são iniciadas no 6º (sexto) semestre, todas essencialmente práticas proporcionando ao acadêmico a sua participação em situações simuladas e até mesmo reais da vida e de trabalho vinculadas, por semestre, a distintas áreas de formação em Direito: Direito Civil e Processual Civil; Direito Penal e Processual Penal; Direito do Trabalho e Processual do Trabalho; Direito Constitucional; Direito Tributário e Empresarial.

Cada atividade semestral contará no mínimo, com 36 horas, totalizando 180 horas, sob a supervisão de professores por área e por projetos sob coordenação do Núcleo de Prática de Jurídica. O detalhamento das atividades terá regulamento próprio.

As atividades serão desenvolvidas nos prédios 2 e 6, com espaços para práticas reais e simuladas, sala de supervisores e coordenação, laboratório de informática, sala de atendimento ao público, recepção e triagem, cartório, sala de audiência etc. Além do espaço físico, as atividades dispõem de suporte veicular para transporte dos acadêmicos e professores supervisores em atividades externas.

1.10.2. Estágio Externo (120 horas)

Esta atividade é marcadamente desenvolvida pela colocação do acadêmico em escritórios, empresas, órgãos públicos, organizações públicas ou privadas e outros centros de atuação do operador do Direito para realização de estágio.

O **estágio externo** exige o mínimo de 120 (cento e vinte) horas para a composição da carga horária total do curso e é realizado do 3º até o 10º semestre, e as atividades são validadas pelo Coordenador do Núcleo de Prática dos relatórios de acompanhamento de estágio (RAE) e da análise do termo de realização, com

documentos comprovantes do estágio, acompanhado do parecer do profissional, operador do direito, responsável pelas atividades no período.

As atividades de Estágio são avaliadas ao final de cada ciclo, utilizando-se para cômputo das atividades 10 horas/mês trabalhadas e são reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos obtidos pelos alunos.

Como mais uma opção de estágio externo, a Instituição mantém convênio com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, oferecendo aos alunos o Juizado Especial Cível – FAAP, onde os discentes desenvolvem estágio na qualidade de conciliadores e orientadores de questões reais da população, sob a orientação de um professor supervisor dos trabalhos.

Para que o Estágio seja considerado válido, o aluno deverá apresentar os seguintes documentos:

1. Termo de Compromisso de Estágio (TCE): documento que oficializa o estágio ajustado entre empresa, aluno e Instituição de Ensino, em que constam todas as informações acordadas entre as partes para o cumprimento dele.
2. Plano de Estágio: planejamento das atividades a serem desenvolvidas pelo estudante durante o estágio.
3. Relatório de Acompanhamento do Estágio (RAE): instrumento de avaliação, pelas três partes (empresa, aluno e Instituição de Ensino), das atividades desenvolvidas pelo estudante, bem como das condições oferecidas pela concedente para o desenvolvimento do estágio.
4. Termo de Rescisão/Realização do Estágio: documento final sobre atividades desenvolvidas, avaliação de desempenho do aluno e total de horas estagiadas.

O Estágio é acompanhado pelo professor supervisor e por um supervisor da parte concedente, sendo comprovado pelos Relatórios de Acompanhamento de Estágio (RAE) e pelo Termo de Rescisão/Realização, que serão avaliados e deverão receber a aprovação final do coordenador do curso.

O Setor de Gestão de Carreiras oferece todo respaldo para orientação sobre mercado de trabalho, áreas de atuação, preparação para processos seletivos, informações sobre legislação, e realiza seleções internas para possíveis indicações às companhias.

Além disso, o setor cultiva parceria com empresas dos mais diversos segmentos, oferecendo oportunidades de estágios, vagas efetivas e programas de trainee, além de todo o respaldo para a orientação profissional, desde a confecção de currículos, preparação para processos seletivos, informações sobre o mercado de trabalho, áreas de atuação, legislação e realizações de seleções internas para possíveis indicações às companhias.

São realizados workshops e treinamentos durante todo o ano, voltados para o incremento da jornada profissional, além de oferecer gratuitamente o programa de coaching de carreira a todos os alunos e ex-alunos da instituição.

Resumo de serviços oferecidos pelo Gestão de Carreiras da FAAP:

- prospecção e divulgação de oportunidades: de estágio, programas de trainee e efetivo pelo portal FAAP www.faap.br/carreiras;
- realização de palestras, *workshops*, *lives*, plantões e eventos de recrutamento;
- orientação profissional sobre elaboração de currículo, participação de processos seletivos, “dicas” sobre vestuário e postura, mudanças de área, além de palestras sobre escolha de carreira para Ensino Médio;
- formalização e suporte para estágios nacionais e internacionais conforme a legislação, além da orientação aos alunos sobre cumprimento das horas;
- realização de seleções internas para indicação às empresas solicitantes;
- oferecimento do Programa de Coaching de Carreira para alunos e antigos alunos;
- aulas de etiqueta corporativa e mercado de trabalho para intercambistas;
- informações sobre atualidades do mercado de trabalho.

O estágio realizado nos 1º e 2º semestres entra como atividades extra-curriculares.

OBS.: O aluno tem acesso ao Regulamento de Estágio pelo site da FAAP - Gestão de Carreiras, pelo Canvas e pelo site da FAAP – Nossos Cursos - Graduação (Portaria 23) – Direito – Menu Acesso Rápido

1.11 Trabalho de Curso

O Trabalho de Curso (TC) é uma das características que tornam os cursos da IES uma experiência diferenciada para seus alunos. Durante dois semestres os alunos desenvolvem um trabalho de pesquisa, de maior profundidade, orientados por um professor orientador especialmente alocado para tanto e com orientação metodológica.

O objetivo geral do Trabalho de Curso é estimular a pesquisa, o estudo e a produção de trabalhos teórico-práticos que aprofundem e consolidem a formação acadêmica, oferecendo ao aluno a oportunidade de vivenciar uma investigação científica que lhe permita:

- desenvolver novos conhecimentos;
- aprofundar temas;
- exercitar o estudo aprofundado, a interpretação e a crítica; e
- consultar bibliografia especializada; aplicar método de pesquisa.

Os alunos da Instituição podem consultar o Manual de Trabalho de Conclusão de Curso que é disponibilizado no site institucional e no ambiente virtual de aprendizagem, no qual estão descritas as normativas dos trabalhos.

O TC atende às determinações previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito e do Regimento no sentido definir os aspectos institucionais, e seus Regulamentos garantem a entrega de produtos que sejam coerentes com a especificidade de cada curso, conforme descrito no projeto pedagógico de cada curso.

Para a conclusão do curso de graduação em Direito, será obrigatória a apresentação escrita e defesa oral do Trabalho de Curso, perante banca examinadora, de acordo com o Regulamento específico.

A elaboração e defesa do TC têm por finalidade: proporcionar aos alunos do Direito a oportunidade de demonstrar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso, a capacidade de realização de pesquisa científica, segundo critérios ditados pela

Metodologia Científica e a capacidade de interpretação e crítica sobre tema jurídico pertinente ao programa desenvolvido durante o curso.

No início do 9º semestre deverá entregar anteprojeto assinado pelo Professor Orientador, devendo finalizar o trabalho no 10º semestre, conforme calendário letivo.

Durante os dois semestres, nas datas estipuladas o aluno deverá entregar relatórios parciais que serão avaliados, sendo que essas notas farão parte da Avaliação Final do TC.

O aluno poderá indicar o seu orientador, observados os critérios de aceitação estabelecidos pelos professores e cada professor poderá orientar até o máximo de 6 (seis) alunos.

O professor orientador deverá escolher seus orientandos dentro do prazo estabelecido pela Coordenação de Pesquisa, sendo-lhe facultado o direito, quando entender necessário, de entrevistar o candidato, analisar seu projeto de pesquisa, bem como utilizar outros critérios classificadores, inclusive testes ou provas.

A elaboração do TCC, cuja entrega deverá ser feita no prazo estipulado compreende as seguintes fases:

- escolha do tema, do orientador e do anteprojeto de monografia no início do 9º semestre;
- elaboração de 4 (quatro) relatórios a serem entregues no decorrer do 9º e 10º semestre, conforme data e cronograma estabelecidos pela Coordenação de Pesquisa;
- concordância expressa do orientador para a apresentação final do trabalho;
- defesa da monografia perante banca examinadora constituída do orientador e dois professores convidados.

O professor-orientador deverá:

- atender aos alunos nos horários previamente estabelecidos na Instituição, fora do horário de aulas do aluno;
- controlar a frequência na data da orientação, reunindo material apresentado em uma pasta da qual constará o nome dos seus orientandos.

- presidir a banca examinadora da defesa da monografia do aluno sob sua orientação.

A banca examinadora poderá ser integrada por docentes externos, convidados a critério do orientador. E, cada sessão de defesa de monografia terá a duração de 40 minutos.

A nota final, de 0 (zero) a 10 (dez), será o resultado da média das notas atribuídas pelos membros da banca examinadora.

O trabalho que não atender aos requisitos mínimos de adequação científica, ou seja, tiver nota menor que 6, será reprovado e o aluno fará o processo de orientação por mais um semestre. O trabalho que estiver adequado, mas necessitar de ajuste fundamental no seu conteúdo, poderá ser reformulada pelo aluno, por uma só vez, com a anuência do professor orientador, e entregue como “versão revisada”, não sendo necessária realização de nova banca.

1.12 Atividades do Curso

1.12.1 Atividades Complementares

A formação do perfil do egresso pressupõe que, além das atividades propostas no âmbito do curso, os alunos sejam estimulados a buscar um conjunto de atividades complementares consideradas essenciais para a sua formação.

Essas atividades, são aquelas que, guardando relação de conteúdo e forma com atividades do curso, representam estudos de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do repertório e do perfil do formado.

Tais atividades devem oportunizar a ampliação das demais atividades do currículo, trabalhando conteúdos diversos que lhe permitam enriquecer o conhecimento propiciado pelo curso.

As Atividades Complementares possuem um regulamento próprio com o detalhamento e a composição delas, as regras de aproveitamento, a regulação e o procedimento para protocolo e validação das atividades. Vale mencionar que após a efetivação do pedido, a solicitação do aluno precisa ser encaminhada aos Coordenadores de Curso para validação, os quais analisam as atividades de acordo

com o regulamento do seu curso. Após a validação, são registradas no sistema acadêmico Lyceum, e é encaminhada ao aluno, via e-mail, resposta sobre a validação ou não da atividade.

No Curso do Direito, no âmbito da Matriz Curricular 2022.1, o presente Projeto Pedagógico **exige 50 horas no total de Atividades Complementares** e sua integralização é condição indispensável à colação de grau, em consonância com a Resolução CNE/CES nº 2 de 18 de junho de 2007.

São consideradas aquelas cujos os tipos, detalhados em regulamento próprio, que procura contemplar seguintes modalidades distintas, como: (i) a produção de pesquisa e trabalhos escritos sobre diferentes assuntos da área jurídica, à escolha do aluno, sob acompanhamento de um professor orientador; (ii) desenvolvimento de trabalho de pesquisa na modalidade Iniciação Científica sob tutoria de professor orientador; (iii) participação do aluno em debates e palestras internas e externas, visitas a órgãos públicos e privados, casas legislativas e tribunais, sob a coordenação de um professor responsável; (iv) atividades voluntárias de relevância social e interesse público, como, por exemplo, a elaboração e estudos de projetos legislativos, possibilitado, em algumas oportunidades, com produção de trabalho acadêmico para maior aproveitamento da atividade; (v) cursar disciplinas optativas dentro ou fora do curso de direito, com aprovação e frequência. Disciplinas optativas do curso, leia-se, além das necessárias para a composição da carga horária total da estrutura curricular; (vi) outras modalidades a serem implementadas, por regulamento próprio aprovadas pelo NDE do Curso.

1.12.2 Programa de Monitoria

A monitoria é considerada como atividade complementar optativa e é regulamentada por normas estabelecidas pelo NDE do Curso. A Instituição possui dois tipos sendo um voluntário e outro remunerado, no qual os alunos selecionados para o programa podem ter desconto no valor da mensalidade. O regulamento desta

atividade é disponibilizado eletronicamente no site e no ambiente virtual de aprendizagem.

1.12.3 Iniciação Científica

O Centro Universitário Armando Alvares Penteado já possui um histórico de práticas de iniciação científica e produção acadêmica, as quais, até o processo de unificação das mantidas, estavam concentradas em alguns cursos de Graduação, mas passaram a ser unificadas e institucionalizadas.

A atividade consiste na produção de trabalhos acadêmicos realizados por alunos de Graduação, sob a orientação de um professor, durante período de seis meses a um ano. O objetivo da pesquisa é o de familiarizar o aluno de Graduação com o discurso científico, além de possibilitar um aprofundamento de teorias, metodologias e técnicas ligadas à sua área, estimulando a produção de artigos para revista científica Direito e Negócios FAAP.

Jovens talentos da Instituição despontam nos programas de Iniciação Científica, como o Programa Jovens Professores, pelo qual já passaram muitos docentes que têm uma forte ligação com a Instituição. Esses ex-alunos são selecionados entre aqueles que se destacaram na Graduação e ingressaram em um programa de capacitação da Instituição.

O curso já produziu revistas científicas na área jurídica a qual possibilitava a divulgação da produção científica realizada na Instituição. Atualmente, conforme já exposto, a revista científica Direito e Negócios FAAP honra esta tradição e conta com produção externa de relevantes autores nacionais e estrangeiros.

Para o alinhamento dessas práticas institucionais e a consolidação de um programa de Iniciação Científica e futuros programas de pesquisa, o curso acompanhará a política de desenvolvimento de pesquisa, que está apoiada nos princípios e nos objetivos do PDI e PPI.

A coordenação do Curso fica atrelada ao Programa de Iniciação Científica e terá como norte as seguintes diretrizes:

- instigar, apoiar e incentivar os corpos docente e discente na realização de pesquisas e na publicação e divulgação de suas produções científicas;

- incentivar o desenvolvimento de produtos inovadores como resultados de pesquisa e orientar acerca do registro de patentes, quando for o caso;
- incrementar o programa de iniciação científica com vistas à consolidação de linhas de pesquisa, entendidas como a sequência de trabalhos sobre uma temática cuja investigação é continuada, na medida em que o trabalho atual completa e prossegue o anterior;
- garantir a relação direta das pesquisas com o perfil e a especificidade da curso; e
- registrar e acompanhar os professores pesquisadores visitantes que desenvolvem pesquisas nos programas de Pós-Graduação em instituições nacionais e internacionais.

O Coordenador de Pesquisa irá assessorar, regulamentar e acompanhar a realização de projetos e programas de pesquisa, estabelecendo a interlocução com a CAPES, no sentido de manter os corpos docente e discente atualizados sobre as exigências e as determinações que qualifiquem e legitimem a pesquisa institucional.

A prática de pesquisa e produção científica será institucionalizada e multiplicada por meio de ações de incentivo a docentes e discentes para que estes possam se dedicar à produção e à interpretação de conhecimentos.

O curso reforça as políticas institucionais que devem privilegiar:

- Apoio à produção acadêmica discente e docente por meio da realização de eventos internos com exposições de trabalhos, incentivo à publicação em revistas científicas e participação em congressos e eventos externos nacionais e internacionais.
- Incentivo à formação de grupos de pesquisa constituídos por docentes, discentes e convidados externos que desenvolvam estudos relacionados com as tendências de mercado, com o estado da arte dos diferentes segmentos da IES e comprometidos com a inovação sustentável.
- Valorização da produção acadêmica docente e discente no que tange ao desenvolvimento de produtos, marcas e patentes que favoreçam e melhorem a vida das pessoas e da sociedade.
- Realização de eventos e seminários presenciais e virtuais que possibilitem a participação da comunidade acadêmica atual e ampliação para outras localidades onde a IES se fizer presente.

O Programa de Iniciação Científica prevê o apoio a docentes e discentes por meio de três programas de incentivo à iniciação à pesquisa e investigação científica e tecnológica. São eles:

- a) Programa de Apoio à Pesquisa Docente e Iniciação Científica;
- b) Programa de Apoio à Participação em Eventos Científicos; e
- c) Programa de Apoio à Publicação Científica.

Integram as atividades do Grupo de trabalho pensar diretrizes, políticas e estratégias visando o incentivo, entre alunos e professores, à publicação de artigos em periódicos técnicos e científicos e a promoção de processos seletivos, com a finalidade de concessão de bolsas para projetos desenvolvidos por estudantes regularmente matriculados.

Essas atividades podem realizar-se mediante convênios firmados com outras entidades ou instituições, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, cujo caráter seja o fomento à pesquisa acadêmica.

Objetiva-se, com isso, o incentivo regular à formação de seus alunos e à construção de espaços institucionais que visam à divulgação das pesquisas realizadas e ao debate entre os estudantes e professores. Afinal, um ambiente acadêmico é constituído pela reflexão constante da comunidade. A Iniciação Científica é um dos instrumentos institucionais que integram a política de fomento e divulgação das atividades regulares dos alunos pesquisadores do Centro Universitário Armando Álvares Penteado. Após Parecer de comissão de professores doutores indicados pela diretoria do curso, os alunos que tiverem seus projetos aprovados receberão uma bolsa parcial concedida na forma de desconto na mensalidade. Orientado por professores doutores, o aluno também poderá requerer, dos órgãos de fomento à pesquisa, uma bolsa desde que apresente um projeto de pesquisa compatível com a área de conhecimento do pesquisador e do orientador.

Desde a unificação das Faculdades, as linhas de pesquisa estão sendo orientadas pelos trabalhos de iniciação científica, de modo que elas se consolidem a partir da identidade institucional e da produção docente e inicialmente por meio da definição de eixos temáticos.

1.12.4 Práticas Extensionistas

As práticas extensionistas estão diretamente relacionadas com o ensino e com a iniciação científica, sendo elemento articulador na construção do conhecimento e no desenvolvimento de práticas que permitam a socialização de saberes, com o intuito de transformação das pessoas e das comunidades. As políticas institucionais de Extensão têm como objetivos a inclusão de atividades de extensão nos currículos dos cursos, de modo a propiciar ao aluno a oportunidade de vivenciar ações que favoreçam a inclusão e diminuam os problemas gerados pela exclusão social.

O planejamento, a execução e a avaliação dos programas e das atividades extensionistas devem envolver a comunidade acadêmica, coordenadores de curso, professores e alunos, assim como a comunidade externa, na construção dialógica de uma intervenção que seja emancipatória e significativa para todos os envolvidos.

Ao construir a nova política da ação extensionista, com base na Resolução CNE/CES 7/2018, o principal objetivo é definir e caracterizar o contexto e a situação a ser trabalhada e buscar os referenciais teóricos que sustentem a prática, a metodologia ou estratégia da intervenção e o processo avaliativo. Para tanto, torna-se necessário envolver grupos e profissionais da pesquisa e Pós-Graduação da IES, privilegiando ações interdisciplinares que favoreçam a inovação, a produção de conhecimento e a socialização de saberes que transformem a comunidade.

Considerando os princípios descritos, as ações de extensão podem ser realizadas como programas, projetos, cursos, eventos, parcerias e prestação de serviços, elaboração de produtos.

As atividades de extensão terão como objetivo a integração das atividades de formação teórica e prática e deverão seguir as diretrizes do plano Nacional de Educação, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A Instituição já desenvolve inúmeras ações extensionistas especialmente para o enriquecimento da formação profissional dos alunos e para o estreitamento dos laços com a comunidade na qual se insere. Além das ações promovidas pela Fundação no âmbito do Museu e do Teatro FAAP, ações essas frequentes e diretamente relacionadas com a identidade institucional, a Coordenação Pós-Graduação e Extensão junto com as coordenações de curso organizam atividades

para toda a comunidade acadêmica discentes, docentes e pessoal técnico-administrativo, tais como: simpósios, cursos, fóruns, seminários, palestras e mostras vinculadas ao Projeto Pedagógico Institucional e projetos pedagógicos dos cursos.

A estratégia utilizada é a participação dos discentes, docentes, pessoal técnico administrativo, em simpósios, cursos, fóruns, seminários, certificações, palestras, mostras e no projeto FAAP Social, sempre objetivando a aproximação da IES com a comunidade em que está inserida.

Com a unificação das Faculdades Isoladas e também com o objetivo de potencializar as ações de extensão e envolver toda a comunidade acadêmica, foi criado um Projeto de Extensão de caráter institucional com a finalidade de contribuir com uma formação mais ampla, multidisciplinar e multiprofissional que abarca alunos de diferentes cursos em uma prática extensionista, incentivando o seu protagonismo diante dos desafios de diferentes realidades e comunidades parcerias da instituição.

A partir da experiência construída na FAAP Social e com base na interlocução com coordenadores e NDE's dos cursos de graduação serão planejadas as atividades extensionistas que fazem parte do currículo e trajetória formativa do aluno sendo descritas em documentos específicos relacionados com as ações de extensionistas, com vistas ao cumprimento da Resolução CNE/CES 7/2018.

1.13 Apoio ao Discente

O curso está alinhado com o apoio ao discente que o Centro Universitário Armando Alvares Penteado planeja, concebe e concretiza no âmbito de ações de apoio aos discentes da instituição por meio de setores e projetos que viabilizam ações acadêmicas institucionais, possibilitando o acolhimento da comunidade acadêmica de forma geral, bem como a realização de práticas inovadoras e exitosas. Dentre esses setores e projetos, destacam-se:

- Centro de Empreendedorismo/FAAP B. HUB: espaço para que executivos de grandes empresas interajam com alunos e ex-alunos empreendedores e, juntos, possam fazer a criação conjunta de novos projetos.

- **Gestão de Carreiras:** intermediação de estágios curriculares ou profissionais, buscando oferecer a melhor estrutura para que seus alunos e ex-alunos desenvolvam carreiras bem-sucedidas.
- **Instituto Confúcio para Negócios FAAP:** promoção da língua e da cultura chinesas, com a ênfase em negócios, oferecendo, além do estudo da língua, seminários empresariais, cursos de capacitação sobre a China e atividades culturais e artísticas, com o intuito de melhorar o conhecimento mútuo sino-brasileiro, criando uma plataforma de negócios para temáticas relacionadas à China.
- **Setor de Internacionalização:** identificação de programas de cooperação técnica e científica adequados às diretrizes de excelência, dando suporte à celebração, ao desenvolvimento, à execução e à organização dos convênios firmados.
- **Central de Bolsas:** responsável pela seleção e acompanhamento de bolsas de estudos. A cada fim de semestre, os alunos são avisados sobre os prazos e os documentos necessários para a inscrição no processo para concessão das Bolsas.
- **Processo Seletivo (Vestibular):** órgão responsável pelo ingresso do aluno e tem, sob a sua responsabilidade, não só a inscrição, mas também o agendamento da orientação de carreira com o corpo acadêmico da Instituição.
- **Ouvidoria:** com o objetivo ampliar e aprimorar a comunicação entre os órgãos gestores do curso e os demais componentes da comunidade acadêmica para encaminhamento de informações, questionamentos e propostas administrativas e pedagógicas sobre o curso.
- **Monitoria:** considerada como atividade complementar optativa, é regulamentada por normas estabelecidas.
- **Nivelamento:** Curso de Comunicação Escrita, que tem como objetivo o nivelamento na área de Comunicação e Expressão e é oferecido na modalidade a distância.
- **Apoio aos alunos da modalidade de educação a distância:** os alunos da EaD contam com Área da Coordenação no AVA, Horário de plantão do coordenador do curso, Área de Ambientação, Aula Inaugural.
- **Área do Aluno:** espaço específico, acessado por meio do site da Instituição, disponível aos estudantes durante todo o período letivo para atualizar dados cadastrais, consultar notas e histórico escolar, obter informações sobre o setor

financeiro (boletos, demonstrativos financeiros). Nessa área dedicada ao estudante, ele encontra, também, links para realizar agendamento de provas, requerimento de matrícula e rematrícula e obter informações descritas em materiais produzidos exclusivamente para orientá-lo, tais como: Manual do Aluno, Regulamento das Atividades Complementares, além de acessar a Biblioteca Virtual e a Secretaria on-line. Na IES, a área do aluno é denominada como Graduação on-line.

- Secretaria on-line: espaço em que o estudante tem acesso a procedimentos internos, ao calendário e a declarações on-line que são validadas eletronicamente. Entre as declarações disponíveis estão transferências Internas, trancamento de matrícula, revisão de média/provas regimentais/exames especiais, reativação de matrícula, ouvidoria, histórico escolar, dispensa de disciplinas para estudantes de outras IES. Dentre as atividades descritas, algumas já estão implantadas e outras estão em processo de implantação pelo setor responsável.

- Apoio Psicopedagógico: desenvolvido em três momentos: o primeiro é de identificação da situação e da necessidade do aluno e está sob responsabilidade do coordenador de curso; o segundo momento, de acordo com a necessidade e complexidade da situação problema, esta é discutida e encaminhada ao NDE; finalmente, o terceiro e último momento do processo de acompanhamento psicopedagógico consiste na definição dos encaminhamentos e dos profissionais envolvidos na sua solução. Todo o processo é compartilhado com o aluno de forma transparente e madura.

- Núcleo de Inovação em Mídia Digital da FAAP (NiMD-FAAP): lançado em 2014, o Núcleo de Inovação em Mídia Digital (NiMD) tem como propósito estimular o desenvolvimento da linguagem digital no campo da Comunicação e estabelecer uma aproximação do mercado profissional com o ambiente acadêmico. As atividades do NiMD envolvem a idealização de cursos, atividades, bem como, a realização de eventos e projetos especiais.

- Network Map: aplicativo que os alunos e ex-alunos da instituição podem utilizar para fazer networking com colegas da Instituição bem como para identificar alunos ou ex-alunos que trabalham na mesma empresa, encontrar pessoas que estudaram na FAAP e trabalham em regiões próximas (mesmo fora do país), descobrir pessoas de diferentes cursos que possuam afinidades profissionais, conversar com outros usuários e adicioná-los em outras redes sociais e manter-se atualizado com as últimas notícias sobre o que acontece na FAAP.

- Academia: disponibilizada, dentro do próprio campus da FAAP, com sala de musculação, sala de spinning, sala de ginástica e avaliação física para alunos e professores.
- Organização Estudantil (Espaço para Participação e Convivência Estudantil): efetiva na promoção de atividades culturais, esportivas e acadêmicas, com autonomia para realização de seus próprios eventos. A representação discente é escolhida pelos alunos regulares, entre seus pares, sob a coordenação do Diretório Acadêmico e possui assento em todos os órgãos colegiados da Instituição.
- Associação dos Antigos Alunos da FAAP: canal de comunicação entre os ex-alunos e a Instituição. Seu site www.aaafaap.org.br, permite que ex-alunos possam localizar colegas de turma, procurar ou oferecer emprego, receber informações atualizadas das atividades desenvolvidas no campus, em qualquer lugar, a qualquer hora.

1.13.1 Apoio Acadêmico ao aluno Portador de Necessidades Especiais (PNE)

O Centro Universitário Armando Alvares Penteado possui uma infraestrutura acessível, seus ambientes são adequados e promovem o acolhimento dos alunos com deficiência em diferentes cursos da Instituição. O apoio acadêmico é uma realidade praticada pelos colaboradores, docentes e coordenadores.

Não há nenhum tipo de restrição para os alunos portadores de necessidades especiais, já que todos os prédios são servidos por elevadores com as dimensões exigidas. Existem rampas de acesso dentro dos prédios, quando a estrutura deles assim o exige, e fora deles; há, também, sanitários exclusivos para deficientes. Todas as instalações para portadores de necessidades especiais estão de acordo com a Portaria nº 1.679 de 02/12/1999 (Ministério da Educação) e a NBR 9.050/1994 (ABNT), que dispõe sobre as condições de acesso de pessoas portadoras de deficiências.

Além da acessibilidade arquitetônica, a IES disponibiliza, em sua Biblioteca, o software sintetizador de voz NonVisual Desktop Acess, instalado nas estações de consulta, que possibilita a pesquisa do acervo e leitura de arquivos pelos alunos.

Além da preocupação com as barreiras físicas, o Centro Universitário Armando Alvares Penteado tem a preocupação de cuidar da permanência de pessoas com necessidades especiais.

Já no processo seletivo, é oferecido atendimento especializado aos participantes com baixa visão, cegueira, deficiência física, deficiência auditiva, surdez, surdo-cegueira, dislexia, déficit de atenção, autismo, discalculia ou com outra condição especial.

No ato da inscrição para o processo seletivo o candidato indica o auxílio ou o recurso que necessita, como: prova em braile, prova em letra ampliada (fonte de tamanho 18 e com figuras ampliadas), prova em letra superampliada (fonte de tamanho 24 e com figuras ampliadas), tradutor-intérprete de LIBRAS, guia-intérprete para pessoa com surdo-cegueira, auxílio para leitura, auxílio para transcrição, leitura labial, sala de fácil acesso e mobiliário acessível.

O Centro Universitário Armando Alvares Penteado reserva-se o direito de exigir, a qualquer tempo, documento que ateste a condição que motiva a solicitação de atendimento especializado.

São disponibilizadas também, objetivando a promoção plena de condições não só de acesso, mas também de permanência do aluno, cadeiras especiais para aqueles que possuem problema de obesidade e mesas para os que utilizam cadeira de rodas, ou seja, disponibiliza-se atendimento específico para cada condição.

Durante o período de planejamento acadêmico, no início de cada período letivo, ocorre o Projeto de Atualização Pedagógica. Neste, são desenvolvidos cursos, seminários e palestras que colaboram para a melhoria contínua dos docentes, com a abordagem de temas referentes à política educacional, a métodos e práticas de ensino, avanços tecnológicos e temas pertinentes à educação, não descuidando da preparação dos docentes para atuar, de forma, com o corpo discente que é portador de necessidades especiais.

A instituição possui um Plano de promoção de acessibilidade e atendimento prioritário, imediato e diferenciado para a utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte, dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

O apoio psicopedagógico também é realizado pelo coordenador em conjunto com os docentes do curso e do NDE, de forma que alunos com deficiência possam ser

atendidos em suas necessidades, por exemplo, ampliação de materiais, aplicação de avaliações considerando um tempo maior para alunos com déficit de atenção, hiperatividade ou autismo.

A acessibilidade virtual e comunicacional também é garantida aos alunos da Instituição, na medida em que a coordenação de curso e o NDE, juntamente com a Equipe Multidisciplinar, acompanham os alunos que necessitam de materiais acessíveis e encaminham a demanda para o setor de Produção de Materiais Didáticos/Setor de informática para que sejam produzidos e disponibilizados aos alunos.

- **Acessibilidade institucional e apoio psicopedagógico**

Em virtude do número significativo e crescente de alunos com deficiências (autismo, dislexia, depressão, pânico, déficit de atenção, etc) e dos pedidos de apoio do corpo docente, a IES deu início em 2015, a uma busca por caminhos e orientações profissionais para estruturar uma área de suporte psicopedagógico, baseado na Cultura da Inclusão no Ensino Superior.

Diversos professores relataram suas dificuldades em lidar com situações críticas que ocorrem em sala de aula decorrentes desta falta de conhecimento e orientação. Após algumas conversas e reuniões com alguns professores foi realizado um levantamento junto a profissionais e empresas especializadas na área de Inclusão, sobre o mapeamento, identificação e discussão de casos específicos de alunos na IES.

De todas as conversas e entrevistas realizadas, o Colégio Graphein foi o que demonstrou conhecimento técnico e abordagem humanista frente às questões da inclusão. Josef Vanboim, ex-aluno do curso de Administração da instituição e diretor desse colégio, possui um conhecimento singular e uma equipe capacitada e atuante em termos de Inclusão. O Colégio Graphein é uma escola diferenciada que atende alunos com necessidades especiais, de grau leve, moderado e severo, por meio de programas singulares, nos quais cada aluno possui um programa de ensino único e adequado às capacidades e necessidades individuais.

Entendendo que esta cultura de inclusão social, deveria ser iniciada por meio de uma conversa com os profissionais da área, a primeira iniciativa aconteceu em

2016, durante o Projeto Reeducação. Após esse primeiro encontro, outros professores se interessaram pelo tema e formou-se um Grupo Operativo para pensar e discutir sobre a formação dos professores e demais profissionais da IES interessados e comprometidos com a temática.

Em virtude da pandemia do COVID-19, a criação do Núcleo de Acessibilidade (NACE - FAAP) se deu no início do ano de 2021, quando as atividades do grupo de trabalho foram retomadas e as discussões sobre elaboração do regulamento, plano de ação e ações de capacitação institucional foram concretizadas.

1.14 Tecnologias da Informação e da Comunicação – TIC – no processo de ensino e aprendizagem

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é um sistema formado por soluções integradas de gerenciamento de aprendizagem, conhecimento e conteúdos on-line, utilizando ferramentas que permitem a interação entre o aluno e o professor-tutor e entre os outros alunos do curso, como os fóruns de discussão, wikis, chats, webconferências, autoavaliação e avaliação entre alunos, blogs, diários, quiz eletrônicos acessíveis no computador e dispositivos móveis.

O Canvas é um Sistema de Gestão de Aprendizado baseado em SaaS que pode ser escalonado de forma automática para atender à necessidade crescente de instituições que oferecem o ensino presencial ou exigem uma mudança para um modelo on-line. A Canvas Learning Management Platform é um ecossistema de aprendizagem aberto e extensível e, por isso, permite que a Instituição construa o ambiente de aprendizagem digital atendendo aos desafios únicos por ela enfrentados.

O Canvas é composto por um poderoso conjunto de produtos de aprendizagem, altamente integrados, que permitem à Instituição obter as funcionalidades das quais precisa. Dessa forma, simplifica o ensino, eleva o aprendizagem, expandindo as tecnologias tradicionais de aprendizagem.

Visa trabalhar de forma simples, priorizando a organização de conteúdos, atividades e avaliações. Utiliza, para isso, os “Módulos” do Canvas, os quais auxiliam na gestão dos recursos e na orientação para os alunos e para o aprendizagem personalizado, objetivando a agilidade na entrega do aprendizagem.

A plataforma facilita o aprendizado dos alunos, não importando onde estejam. O acesso pode ser feito por meio de smartphones, tablets e/ou computadores.

Quanto à segurança, o Canvas foi projetado para alcançar um alto nível de segurança por prover uma forma descomplicada e usual para autenticação de usuários, acesso ao sistema e permissões hierárquicas baseadas em funções. O Canvas foi projetado para suportar as políticas internas de segurança da própria Instituição e para prover rigorosa proteção contra intrusões interna ou externa. Ele reforça o sistema de segurança apresentando um simples modelo de segurança para usuários finais. Isso, porque pesquisas mostram que, se usuários têm que passar por muitos passos de segurança, eles irão tentar encontrar maneiras de burlar a segurança completamente.

O Canvas permite a criação de conteúdos em formatos HTML, publicação de arquivos em diversos formatos, como textos, apresentações, planilhas eletrônicas, PDF, incorporação de multimídia, além da criação de atividades, tarefas, provas eletrônicas, fóruns, etc., fazendo com que os alunos estejam mais engajados no aprendizado.

A disponibilidade dos materiais pode ser feita pelas diversas ferramentas e canais de comunicação, permitindo ao professor tornar as discussões e o feedback mais rápidos aos alunos.

O Canvas possibilita ao docente arquivar e compartilhar o conteúdo de um semestre para o próximo, além de facilitar a criação dos elementos de aprendizado, oferecendo um repositório de objetos de aprendizagem, o Canvas Commons, que permite aos docentes, tutores e à equipe localizar, importar e dividir seus recursos com outros professores da Instituição.

O Canvas é móvel e leva o ensino e o aprendizado para além da aprendizagem presencial. Oferece aplicativos da plataforma para estudantes (Canvas Student) e professores (Canvas Teacher), proporcionando a interação entre corpo docente e alunos onde e quando quiserem. O Canvas quebra as barreiras tradicionais de ensino de forma simples e segura, fazendo o que a Instituição precisa que ele faça e de uma maneira bem fácil de usar. Sempre disponível, a qualquer momento e onde quer que se esteja.

Quanto aos métodos de avaliação, o Canvas integra facilmente recursos educativos abertos para que seja implementada a metodologia que melhor se encaixar no objetivo da Instituição de Ensino. É possível utilizar o método de Avaliação

Tradicional ou Avaliação Baseada em Competências, Aprendizagem Baseada em Projetos ou Sala de Aula Invertida. Dessa maneira, configura-se como uma plataforma digital que permite que o ensino e o aprendizado aconteçam tanto na sala de aula como fora dela.

O docente ainda tem a possibilidade de personalizar o Canvas para atender ao modelo de avaliação desejada. Ao oferecer a possibilidade de várias configurações, o que se procura é não mudar o processo de ensino/avaliação de cada professor, mas sim facilitá-lo.

No processo de ensino-aprendizagem, estudos mostram que o ensino colaborativo tem um grande impacto no sucesso dos alunos. Baseado nisso, o Canvas fornece ferramentas para a construção de verdadeiras comunidades e ajuda a aumentar as interações dentro e fora da sala de aula, permitindo uma fácil comunicação entre professores e alunos assim como entre grupos de estudantes.

Para que seja realizado o acompanhamento dos alunos, o Canvas oferece ferramentas de análise. Elas permitem não só identificar e interagir com os alunos mas também tratar, de forma individualizada, aqueles que talvez precisem de mais ajuda e atenção em determinados períodos.

O Canvas Analytics fornece às principais partes interessadas (incluindo instrutores, administradores e alunos), informações simples de visualizar e de analisar o progresso e o sucesso dos alunos, além de dados sobre programas de ensino e das instituições. O Analytics agrega painéis personalizados de cada usuário para a avaliação de desempenho. Os alunos podem verificar os seus resultados e os professores podem monitorar suas salas. Os administradores podem analisar programas, e todos os dados podem ser facilmente exportados através da API para a preparação e o processamento de dados customizados.

O Canvas favorece, por meio de sua interface, a criação de grupos de alunos ou grupos de atividades. Permite ainda que o docente, ao fazer uso de arquivos CSV, crie os grupos manualmente mediante importação de usuários.

Quanto à administração, o Canvas possibilita a criação de diversas subcontas, o que facilita a administração de Coordenadores e Diretores, uma vez que não se fazem necessárias suas inscrições nas disciplinas para que tenham acesso. Um perfil é aplicado na conta e, automaticamente, ele pode analisar todo material que está sendo publicado pelos professores.

Para promover e estimular as discussões, o Canvas disponibiliza a funcionalidade de se criar um grupo de comunidade em torno de perguntas ou declarações instigantes, para envolver as pessoas espontaneamente ou em intervalos programados.

É possível também configurar lembretes de e-mail manuais e automatizados para ajudar a manter os alunos informados sobre prazos e novos cursos disponíveis.

Durante o período de pandemia do COVID-19 a IES utilizou diversas plataformas e ferramentas tecnológicas como o Canvas, Microsoft Office 365, Microsoft Teams, Adobe e reforçou a contratação de outras como Zoom e Cisco Webex, As tecnologias de informação e comunicação possibilitaram a realização de videoconferências e acesso aos laboratórios de forma *online* via plataforma síncronas permitindo que alunos e professores realizassem a troca de informações por áudio e vídeo por meio das aulas e demais atividades ministradas de forma remota. A contratação dessas ferramentas também permitiu a continuidade das atividades acadêmicas, de atendimento aos alunos e dos setores administrativos da IES.

A instituição planeja o crescimento do uso das ferramentas e plataformas tecnológicas com a continuidade e melhoria da utilização das plataformas Canvas/Zoom/Teams/Cisco Webex para uso dos professores em suas aulas, bem como o desenvolvimento e capacitação de novos treinamentos e tutoriais das novas funcionalidades (atualizações) das plataformas adotadas, como por exemplo: Provas *online* (Canvas), Quis (Zoom), Brekout Rooms(Zoom), criação de estúdio para gravações de aulas EaD com Lightboard.

1.15 Convênios e parcerias

O Centro Universitário Armando Alvares Penteado, possui convênios com diversas instituições nacionais e internacionais que contribuem para o incremento das atividades acadêmicas e desenvolvimento da comunidade acadêmica como um todos. Os convênios geralmente são realizados de forma descentralizada por meio de setores, tais como:

- **FAAP Social:** responsável pelos convênios, planejamento e execução das múltiplas ações sociais, contribuindo de forma significativa para a construção das ações extensionistas curriculares, estabelecendo a interlocução com os gestores,

coordenadores de curso, NDE's, professores e alunos, de modo a favorecer os projetos que envolvem a comunidade acadêmica e a formação dos alunos.

- **Departamento de Internacionalização:** começou as atividades em 2002 com o estabelecimento do programa de mobilidade acadêmica. Em seguida, vários programas para brasileiros e para estrangeiros foram criados com sucesso e, depois de 17 anos do processo de internacionalização, podem ser contabilizadas parcerias nos cinco continentes, em mais de 50 países, com convênios de dupla titulação ativos. Além disso, conta-se, ainda, a criação do Instituto Confúcio para Negócios FAAP, que aconteceu em julho de 2012. Os estudantes podem participar do Programa de Intercâmbio, que tem convênio com mais de 380 instituições em mais de 50 países do mundo. Do mesmo modo, o Programa recebe estudantes estrangeiros, transformando o campus em um território multicultural. Paralelamente a isso, o Setor de Internacionalização promove viagens de curta duração (nacionais e internacionais) – chamadas missões –, durante as quais os estudantes, acompanhados de professores, fazem uma imersão na cultura e na política dos países visitados e ainda têm contato com o mercado profissional do local, visitando empresas e conversando com especialistas.

- **Gestão de Carreiras:** cultiva parceria com empresas dos mais diversos segmentos, oferecendo oportunidades de estágios, vagas efetivas e programas de trainee, além de todo o respaldo para a orientação profissional, desde a confecção de currículos, preparação para processos seletivos, informações sobre o mercado de trabalho, áreas de atuação, legislação e realizações de seleções internas para possíveis indicações às companhias.

- **A Associação dos Antigos Alunos da FAAP – AAAFAAP** - responsável pelas parcerias e convênios que garantem descontos para ex-alunos da Instituição como descontos exclusivos nos cursos de Pós-Graduação, no Teatro FAAP, na Livraria Cultura (via web). A Associação também faz a interlocução da instituição com líderes políticos e representantes e expoentes do mercado empresarial, promovendo agenda de palestras, eventos e outras atividades que são realizadas na FAAP.

2. CORPO SOCIAL

2.1 Coordenação de Curso

A Coordenação do Curso de Direito é exercida pelo Prof. Fernando José da Costa, subordinado à Direção Acadêmica do Centro Universitário Armando Álvares Penteado.

O Prof. Fernando José da Costa é graduado(a) em Direito, Mestre e Doutor em Direito Penal pela Universidade de São Paulo e com segundo Doutorado em Direito Penal pela Università degli Studi di Sassari/Itália. O Prof. Fernando José da Costa é professor titular da área de Direito Penal.

Além da formação acadêmica, possui larga experiência como Advogado e Consultor Jurídico. Exerceu o cargo de Secretário de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo de outubro de 2020 até dezembro de 2022.

O regime de trabalho do Prof. Fernando José da Costa, Coordenador do Curso de Direito, é de tempo integral, o que computa 40 horas semanais de trabalho na Instituição. Essa jornada compreende a gestão do curso, a interação com os professores - tutores e a equipe multidisciplinar; além do atendimento aos discentes e apoio psicopedagógico. Sua presença e representatividade nos órgãos colegiados do Curso (NDE e reunião com discentes) serão pautadas em um plano de ação documentado e compartilhado, emanado dos indicadores estabelecidos pela Diretoria Acadêmica.

2.2 Atuação do Coordenador

A presença do Coordenador do Curso é uma constante em relação à organização das ações acadêmicas que estão previstas e são desenvolvidas ao longo do curso.

As atribuições do Coordenador de curso estão previstas no Regimento Interno da Instituição, em seu Artigo 26, reproduzido a seguir:

Artigo 26 - São atribuições do Coordenador de Curso:

- I - analisar o projeto pedagógico e o plano de atividades do curso, propostos pelo Núcleo Docente Estruturante e encaminhá-lo à aprovação do Colegiado de Curso;
- II - analisar os resultados das avaliações do curso;
- III - sugerir medidas que visem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento do curso;
- IV - aprovar os critérios de avaliação fixados pelo Núcleo Docente Estruturante;
- V - coordenar a elaboração e a execução do projeto pedagógico do curso, promovendo a integração vertical e horizontal das disciplinas, bem como as demais atividades inerentes ao perfeito funcionamento do curso;
- VI - supervisionar e fiscalizar a execução das atividades programadas e o desempenho acadêmico dos professores do curso;
- VII - acompanhar a elaboração, dos planos de ensino dos diversos componentes curriculares;
- VIII - propor ao Diretor Acadêmico, após seleção, a admissão de professores e monitores;
- IX - representar o curso junto aos órgãos do Centro Universitário;
- X - apresentar anualmente o relatório das atividades do curso; e,
- XI - exercer as demais atribuições previstas em lei e neste Regimento.

Além das ações previstas em Regimento, o Coordenador do Curso tem suas atividades norteadas no plano de ação, cujo teor é aprovado por seus superiores e que possui vigência anual.

Esse documento é compartilhado com a equipe e dispõe de indicadores de desempenho da coordenação disponíveis e públicos. Há também o processo de avaliação da coordenação realizado pela CPA, que permite um acompanhamento do desempenho do coordenador.

Esse conjunto de ações permite uma gestão efetiva das potencialidades e das fragilidades da Coordenação, favorecendo a integração e a melhoria contínua do processo formativo.

2.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão responsável pela concepção, acompanhamento e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso – PPC e é constituído por 5 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do curso que devem atender aos seguintes critérios;

- ter, pelo menos, no mínimo três quintos de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *Stricto Sensu*;

- ter todos os membros em regime de trabalho em tempo parcial ou integral na instituição, sendo pelo menos um quinto em tempo integral;

- a indicação dos membros do NDE deverá ser feita através de processo de indicação da Coordenadoria de Curso.

- os membros deverão permanecer por 3 (três) anos no NDE, no mínimo, exceto por causa de força maior ou imprevista ou devido a desligamento do docente. A cada 3 (três) anos, poderão ser substituídos até dois quintos dos membros do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

- o docente que porventura for nomeado para substituir outro, desligado do NDE antes do término do mandato de 3 (três) anos, deverá permanecer com este status apenas até o término do mandato daquele que substituiu, podendo participar normalmente no processo de renovação do NDE quando de sua realização.

As atribuições do NDE são: contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso.

O NDE também é responsável por analisar o sistema de avaliação verificando se os objetivos elencados no PPC do curso estão sendo alcançados pelos alunos. Neste sentido, nas reuniões realizadas pelo NDE devem ser analisados os relatórios do AVA e os resultados das avaliações presenciais de modo que o grupo possa acompanhar o desempenho dos alunos e propor medidas corretivas quando for verificado que objetivos previstos não estão sendo alcançados.

Também deve-se considerar que o NDE deve estar atento pelo cumprimento de todos os diplomas legais pertinentes aos cursos tecnológicos e às novas demandas do mundo do trabalho que impliquem na atualização do Projeto Pedagógico do Curso – PPC.

O Núcleo reúne-se ordinariamente uma vez por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Coordenador do Curso ou pela maioria de seus membros titulares.

A renovação dos membros do NDE será feita pela Coordenação do Curso de Direito e aprovada pelo órgão Colegiado.

O NDE é regido por regulamento próprio com o detalhamento de todas as atividades, composição, regulação e gestão.

Os membros do NDE são docentes do Curso de Direito, que exercem liderança acadêmica em seu âmbito, constatada na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, na experiência profissional e de mercado e no envolvimento com as questões educacionais da instituição.

O NDE é composto por 80% de professores com titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* e 80% têm regime integral.

Atualmente compõem o NDE do Curso de Direito os seguintes docentes:

Docente	Titulação	Jornada
Prof. Dr. Fernando José da Costas	Doutor	Integral
Prof. Dr. Marcos Renato Schahin	Doutor	Integral
Profa. Dra. Mayara Ferrari Longuini	Doutora	Integral
Profa. Náila Cristina Ferreira Nucci	Especialista	Integral
Prof. Dr. Fernando Cardozo Fernandes Rei	Doutor	Parcial

2.4 Funcionamento do Colegiado de Curso

O funcionamento do Colegiado de Curso está definido no Regimento do Centro Universitário, no capítulo VIII, Artigos 21 a 23:

Artigo 21 - O Colegiado de Curso, órgão técnico de decisão, coordenação e assessoramento das atividades de ensino, iniciação científica e extensão, específicas de cada curso é constituído pelo:

- I - coordenador do Curso, que o preside;
- II - corpo docente atuante no curso;
- III - um representante do corpo discente, escolhido dentre os representantes

de turma, com mandato de um ano, com direito a recondução por mais um ano; e,

- IV - um representante do corpo técnico-administrativo que atue no curso, indicado pelo Coordenador do Curso, com mandato de um ano, com direito a recondução por mais um ano.

Artigo 22 - O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente uma vez por semestre e, extraordinariamente, quando convocado pelo Coordenador do Curso, por iniciativa própria ou a requerimento de, pelo menos, um terço dos seus integrantes.

Artigo 23 - Compete ao Colegiado de Curso:

- I - elaborar o plano de atividades do Curso;
- II - aprovar o projeto pedagógico do curso;
- III - indicar os membros do Núcleo Docente Estruturante do curso;
- IV - acompanhar o desenvolvimento das atividades docentes e discente no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) das disciplinas e atividades oferecidas na modalidade a distância;
- V - aprovar os regulamentos de estágio, atividades complementares e trabalho de conclusão de curso;
- VI - determinar as normas para seleção de monitores;
- VII - sugerir medidas que visem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades dos cursos;
- VIII - opinar sobre assuntos pertinentes que lhe sejam submetidos pelo Coordenador do Curso;
- IX - homologar os ajustes e definições de atividades de iniciação científica e de extensão; e,
- X - exercer as demais atribuições previstas em lei e neste Regimento.

2.5 Perfil Docente

O perfil docente previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional é de um profissional que tenha como requisito mínimo a titulação de especialista, ressaltando-se que a primeira meta prevista no PDI é que ao longo do seu período de vigência o quadro de docentes seja composto majoritariamente por mestres e doutores.

Além da sólida formação acadêmica, a Instituição busca que o perfil docente da Instituição esteja alinhado a sua missão e que possa auxiliar no cumprimento dos objetivos declarados em seu PDI, quais sejam:

- Alicerçar os cursos entre os mais bem conceituados do país.
- Formar cidadãos atentos aos problemas sociais e suas soluções;
- Formar profissionais competentes e criativos na sua área profissional;
- Estimular o empreendedorismo e formar empreendedores;
- Incentivar a curiosidade científica; e,
- Promover o contato do aluno com a realidade do mercado.

Os docentes da Instituição também têm papel fundamental na construção do perfil do egresso, também declarado no PDI, e devem visar a formação de alunos que serão futuros profissionais aptos a:

- Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
- Desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;
- Refletir e atuar criticamente sobre a sua esfera profissional, compreendendo sua posição e função nas estruturas organizacional e social;
- Ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política, constante interesse no aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;
- Desenvolver a capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional flexível;
- Desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos;
- Desenvolver capacidade para realizar consultoria, elaborar pareceres, realizar perícias.

Por fim, a Instituição tem uma forte ligação e relacionamento com o mercado de trabalho que se concretiza nas parcerias com empresas, empresas privadas, organizações do terceiro setor e a participação efetiva dos egressos na Instituição. Desta forma, a formação acadêmica é muito levada em consideração na contratação de novos docentes, mas a experiência profissional é fundamental dado o perfil da Instituição.

No que tange o Curso de Direito, o NDE definiu que a experiência acadêmica no ensino superior e a titulação do docente do curso são consideradas importante, mas quando a disciplina conta com um enfoque de cunho prático profissional a experiência na área jurídica é essencial.

2.5.1. Quadro Docente

Relação de Professores que integram o Corpo Docente do Curso de Direito

DOCENTE(S)	CURRÍCULO LATTES	Titulação	Regime de trabalho
ALBERTO ZACHARIAS TORON	http://lattes.cnpq.br/1977041431240443	DOUTOR	HORISTA
ALVARO AUGUSTO DOS PASSOS	http://lattes.cnpq.br/0917523134783270	DOUTOR	HORISTA
ANA PAULA CORREA PATINO	http://lattes.cnpq.br/4440101384265893	DOUTOR	HORISTA
ANDRE LUIS MARSICO LOMBARDI	http://lattes.cnpq.br/3109170474031228	DOUTOR	HORISTA
ARNALDO HOSSEPIAN SALLES LIMA JUNIOR	http://lattes.cnpq.br/3547391703414346	MESTRE	HORISTA
ARTUR JOSE DIAN	http://lattes.cnpq.br/7142422418292183	ESPECIALISTA	HORISTA
BERNARDO BISSOTO QUEIROZ DE MORAES	http://lattes.cnpq.br/4176554416272099	DOUTOR	HORISTA
CARLA LIGUORI	http://lattes.cnpq.br/8226200682927868	DOUTOR	HORISTA
CARLOS ALBERTO DE CICCIO FERREIRA FILHO	http://lattes.cnpq.br/1198757053190127	MESTRE	INTEGRAL
CARLOS EDUARDO AMBIEL	http://lattes.cnpq.br/7935647435776399	DOUTOR	HORISTA
CARLOS EDUARDO B DA SILVA E COSTA	http://lattes.cnpq.br/6950111341008773	DOUTOR	HORISTA
CARLOS EDUARDO DE ABREU BOUCAULT	http://lattes.cnpq.br/7312178650124603	DOUTOR	HORISTA
CELSO DOS SANTOS SOLHA	http://lattes.cnpq.br/8800283709605488	DOUTOR	HORISTA
DOUGLAS CAMARINHA GONZALES	http://lattes.cnpq.br/4529573506308393	MESTRE	HORISTA
FABIANO CARVALHO	http://lattes.cnpq.br/9398491220996191	DOUTOR	HORISTA

FERNANDO CARDOZO FERNANDES REI	http://lattes.cnpq.br/1465711084846988	DOUTOR	PARCIAL
FERNANDO JOSÉ DA COSTA	http://lattes.cnpq.br/1302054970981342	DOUTOR	INTEGRAL
FRANCISCO DE PAULA BERNARDES JUNIOR	http://lattes.cnpq.br/1484120437588003	MESTRE	HORISTA
GERMAN ALEJANDRO SAN M FERNANDEZ	http://lattes.cnpq.br/3272028687662898	MESTRE	HORISTA
JOSE GERALDO SOARES DE MELLO JUNIOR	http://lattes.cnpq.br/0332279569118020	DOUTOR	HORISTA
LILIAN DE LUCCA TORRES	http://lattes.cnpq.br/9619614550117689	DOUTOR	HORISTA
LUIZ FERNANDO DE CAMARGO P DO AMARAL	http://lattes.cnpq.br/8727098473040377	DOUTOR	HORISTA
MARCIO PESTANA	http://lattes.cnpq.br/3752625982567883	DOUTOR	HORISTA
MARCOS ALEXANDRE COELHO ZILLI	http://lattes.cnpq.br/5059590355257675	DOUTOR	HORISTA
MARCOS RENATO SCHAHIN	http://lattes.cnpq.br/7468347807955331	DOUTOR	INTEGRAL
MARCIA MAYUMI OKODA OSHIRO	http://lattes.cnpq.br/5242018851702720	ESPECIALISTA	HORISTA
MARINA ROSA VEZZONI ATCHABAHIAN	http://lattes.cnpq.br/1020943614669069	MESTRE	HORISTA
MARIO LUIZ SARRUBBO	http://lattes.cnpq.br/2288363494978911	DOUTOR	HORISTA
MAYARA FERRARI LONGUINI	http://lattes.cnpq.br/2613854528964380	DOUTOR	HORISTA
MILTON PAULO DE CARVALHO FILHO	http://lattes.cnpq.br/5560564707306558	DOUTOR	HORISTA
NAILA CRISTINA FERREIRA NUCCI	http://lattes.cnpq.br/9410913370085989	ESPECIALISTA	INTEGRAL
NELSON FREITAS ZANZANELLI	http://lattes.cnpq.br/1297523042249844	ESPECIALISTA	HORISTA
PATRICIA FAGA IGLECIAS LEMOS	http://lattes.cnpq.br/4040415451574370	DOUTOR	HORISTA
PAULA FERNANDA DE S VASCONCELOS NAVARRO	http://lattes.cnpq.br/0858136220351444	MESTRE	HORISTA
RENATO MULLER DA SILVA OPICE BLUM	http://lattes.cnpq.br/0816796365650938	MESTRE	HORISTA
RICARDO CORAZZA CURY	http://lattes.cnpq.br/8212431892361723	MESTRE	HORISTA
RICARDO NORONHA INGLEZ DE SOUZA	http://lattes.cnpq.br/2209184795490383	MESTRE	HORISTA
ROBERTO TEIXEIRA PINTO PORTO	http://lattes.cnpq.br/4978910705158497	MESTRE	HORISTA
ROGERIO LICASTRO TORRES DE MELLO	http://lattes.cnpq.br/2320228159291710	DOUTOR	HORISTA
TIAGO LUIS PAVINATTO GONCALVES	http://lattes.cnpq.br/9722514217212968	DOUTOR	HORISTA
VANESSA RIBEIRO MATEUS	http://lattes.cnpq.br/1630217919267970	MESTRE	HORISTA

3. INFRAESTRUTURA

3.1 Espaço Físico

O Centro Universitário Armando Álvares Penteado está localizado no bairro de Higienópolis e possui uma infraestrutura bem planejada e composta por cinco prédios, que comportam todos os cursos e atividades oferecidas pela Instituição. A diversidade de cursos oferecidos pela Instituição e seu compromisso com a qualidade e excelência acadêmica resultam em uma infraestrutura que pode ser considerada referência no país.

A sede conta com prédios que são adequados às necessidades de cada um dos cursos oferecidos pela Instituição e nos quais estão presentes várias oficinas específicas, como, por exemplo, as voltadas aos cursos de moda, que contam com ateliês de costura e joalheria; os estúdios de rádio e TV, que são equipados com equipamentos de última geração como câmeras, ilhas de edição digital, teleprompters, softwares de edição de imagem; ou as salas equipadas com recursos computacionais e softwares de ponta, que atendem aos cursos de animação, artes visuais, cinema, entre outros.

É importante ressaltar que todas as oficinas e equipamentos disponíveis na Instituição podem ser utilizados por todos os alunos, independentemente do curso em que estiverem matriculados.

A Instituição tem alguns diferenciais em sua infraestrutura que devem ser destacados, como o Teatro FAAP, que sedia várias peças artísticas, e o Museu de Arte, que oferece uma exposição permanente de arte brasileira e outro espaço em que ocorrem as exposições temporárias.

O Centro Universitário Armando Álvares Penteado também possui um canal de TV e outro de rádio, cujas produções são feitas por professores e colaboradores e alunos dos diversos cursos da Instituição.

Para os alunos, existem algumas facilidades no campus, como a praça de alimentação, a academia, as quadras poliesportivas, um setor de internacionalização que presta auxílio aos estudantes que desejam fazer cursos ou intercâmbios no exterior, o setor de empreendedorismo, o setor de carreiras, que presta auxílio aos alunos que buscam estágios ou vagas em empresas conveniadas.

O acesso à Instituição é feito por meio de catracas eletrônicas que controlam o ingresso de alunos, colaboradores, docentes e visitantes, e todos os setores são monitorados por câmeras de vigilância. A IES possui uma estrutura de manutenção predial e limpeza para todos os ambientes, bem como apoios específicos das áreas de suporte técnico das oficinas dos cursos, manutenção de equipamentos e tecnologia da informação.

O Centro Universitário FAAP possui um Plano de avaliação e manutenção periódica dos espaços, que é supervisionado e executado pelo setor de Infraestrutura e que prevê a inspeção e o controle de todos os ambientes, de forma que instalações atendem às necessidades institucionais.

3.1.1 Espaço de trabalho para docentes em tempo integral

As condições de trabalho e os ambientes próprios aos professores de tempo integral são adequados e possibilitam o total desempenho de todas as atividades atribuídas.

Atualmente, o Centro Universitário possui professores de tempo integral que ocupam cargos na Gestão da IES, além de outros que atuam nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

Os professores que ocupam cargos de gestão (Coordenação de Curso e Coordenação do Núcleo de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Extensão) possuem salas individuais devidamente equipadas com computadores e móveis.

Os demais professores possuem uma sala compartilhada, composta por 17 estações de trabalho, 25 armários individuais e equipamentos eletrônicos, além de uma sala de reuniões anexa. Além disso, os professores de tempo integral utilizam a sala de reuniões e a sala de atendimento no espaço próprio da Instituição.

3.1.2 Espaço de trabalho para o coordenador

Os coordenadores de curso contam com sala de trabalho individual climatizada, que está equipada com computador/notebook, acesso à internet, telefone e armário para guarda de pertences pessoais.

A sala do coordenador de curso permite que ele possa fazer o atendimento individual ou de pequenos grupos de alunos assim como atendimento aos professores-tutores.

3.1.3 Sala coletiva de professores

Os professores têm a sua disposição uma grande sala que conta com sofás, cadeiras, ambiente climatizado e sistema wi-fi. A sala dos professores possui armários para uso individual e guarda de pertences pessoais. A sala dos professores conta, ainda, com apoio técnico-administrativo próprio que auxilia os docentes em suas demandas vinculadas às necessidades institucionais. A infraestrutura dedicada aos professores e aos tutores, tanto na parte arquitetônica quanto tecnológica, é considerada diferenciada, na medida em que preza pelo conforto e pelos recursos de comunicação.

3.1.4 Salas de aula

Todas as salas de aula estão equipadas com ar-condicionado central, com temperatura controlada; equipamento de som (microfone e caixas de som); recursos computacionais; projetor de multimídia; tela de projeção retrátil; quadro branco; apagadores e canetas especiais; carteiras com acento e encosto com espuma injetada e revestida em tecido; e, prancheta revestida em fórmica, mesa e cadeira (também estofada e revestida em tecido) para professor. As salas também possuem um suporte de inspetoria que fica à disposição nos andares e presta atendimento aos professores e alunos.

3.2 Acesso dos alunos a equipamentos de informática

A instituição possui 24 (vinte e quatro) laboratórios de informática distribuídos pelos prédios da Instituição, dos quais alguns são de uso específico dos cursos e outros, de livre acesso aos alunos, colaboradores e professores. A descrição dos laboratórios e softwares utilizados pela IES encontra-se no anexo deste PPC.

3.3 Laboratórios

3.3.1. Laboratórios de Formação Básica

O Curso de Direito ainda conta com os seguintes laboratórios de formação básica, para as atividades do Núcleo de Prática Jurídica.

Salas equipadas com computadores.

3.4 Biblioteca

A missão da Biblioteca é coletar e disseminar informação, fornecendo apoio bibliográfico, por meio de seu acervo constantemente atualizado, ao corpo discente, ao corpo docente, aos funcionários e ex-alunos da Instituição.

O objetivo é ser um lugar de aprendizagem permanente, contribuindo efetivamente, por meio de seu acervo e recursos informacionais, para a formação do seu usuário, em um mundo em que informação e conhecimento fazem toda a diferença.

Registrada na categoria de Biblioteca Universitária, seu número de registro no Conselho Regional de Biblioteconomia - 8ª Região é 0893. Participa do convênio de Empréstimos entre Bibliotecas, firmado entre Bibliotecas de São Paulo.

A Biblioteca está localizada no prédio 2 e permanece à disposição de seus usuários de segunda a sexta feira, das 7h30 às 22h00, e aos sábados, das 8h00 às 14h00. A Sala de Leitura está localizada no prédio 2 e permanece à disposição de seus usuários de segunda a sexta feira, das 7h00 às 22h00, e aos sábados, das 8h00 às 14h00. O acesso ao acervo é livre. A consulta ao catálogo é feita pelas estações da rede interna e pela internet.

Proporciona atendimento a pesquisadores em geral, reservando-se o direito de emprestar seu material bibliográfico impresso e audiovisual aos professores, alunos, ex-alunos associados à AAAFAAP, funcionários e usuários de outras instituições mediante formulário de Empréstimo Entre Bibliotecas (EEB).

O acervo abrange todas as áreas de interesse dos cursos ministrados na IES. É composto por obras de referência (enciclopédias, dicionários e obras raras), livros,

periódicos, normas técnicas, trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso), multimeios (Blu-rays, DVDs, CDs, audiolivros e vídeos), catálogos, folhetos, bases de dados on-line, além de mapas e plantas.

3.4.1 Formas de Atualização e Expansão do Acervo

O acervo bibliográfico é atualizado constantemente através de compras, doações e permutas, segundo os seguintes critérios:

- bibliografias básicas e complementares dos cursos de acordo com as informações contidas no plano de ensino;
- solicitações do corpo docente;
- análise de catálogos referentes aos lançamentos de títulos de livros e periódicos realizados pelos docentes da área;
- análise de demanda dos títulos disponíveis, verificação da necessidade de adquirir exemplares adicionais por meio de estatísticas de empréstimos realizadas semestralmente para melhor atender aos usuários;
- permutas com outras instituições, visando aumentar o número de títulos de periódicos;
- doações aceitas apenas de autores, editoras em geral e professores da FAAP;
- atualização dos temas objetos de estudo, além de publicações destinadas a subsidiar projetos de pesquisa e extensão e Trabalhos de Conclusão de Cursos⁴ que são enviados semestralmente pelos cursos de graduação e cursos de Pós-Graduação à Biblioteca;

Para pesquisa dos materiais, conta com 13 terminais de consulta que permitem a impressão da localização e facilitam a busca das obras nas estantes.

O usuário tem livre acesso ao acervo e, em sua maior parte, incluindo livros e referências, está ordenada pela Classificação Decimal Universal (CDU), sendo substituída pela Classificação Decimal de Dewey (CDD) e pela Classificação Decimal de Direito (CDDir). O processamento técnico das obras segue as normas mais recentes do Código de Catalogação Anglo Americano (AACR2R). Os catálogos, teses,

⁴ Os trabalhos de conclusão de curso são, hoje, mantidos e guardados de acordo com a Portaria nº 1.224, de 18 de dezembro de 2013.

dissertações, CDs, mapas e plantas são ordenados por numeração sequencial, também sendo substituídos por CDD, conforme a chegada de aquisições. Os periódicos são organizados por ordem alfabética de acordo com os títulos.

A consulta e o empréstimo de materiais estão informatizados, o que permite a rápida e eficiente localização de obras e controle do acervo. Todo material deve, obrigatoriamente, passar pelo balcão de atendimento para ser emprestado.

O material de referência, composto por dicionários, códigos, enciclopédias etc., bem como os periódicos e trabalhos de conclusão de curso estão disponíveis para empréstimo diário. As obras raras e as normas técnicas estão disponíveis para consulta local e com condições de empréstimo diferenciadas.

3.4.2 Horário de Funcionamento

A Biblioteca está localizada no prédio 2 e permanece à disposição de seus usuários de segunda a sexta-feira das 7h30 às 22h00 e aos sábados das 8h00 às 14h00. A Sala de leitura, também no prédio 2, pode ser utilizada nos mesmos horários.

3.4.3 Serviços Oferecidos

A Biblioteca FAAP oferece auxílio à pesquisa presencial, consulta local ao acervo, COMUT, Empréstimo Entre Bibliotecas (EEB), orientação à busca nas bases de dados EBSCO (com aproximadamente 6.600 periódicos com texto completo) e Minha Biblioteca. Por meio do site, disponibiliza consultas ao acervo físico e on-line, solicitações de malote da Unidade de Pós-Graduação em Ribeirão Preto, renovações e reservas. Por meio do aplicativo, possibilita consultas e renovações.

Bases de Dados:

EBSCO

Art & Architecture Complete: artes, design, arquitetura.

Business Source Complete: área de negócios, incluindo marketing, administração, contabilidade, finanças e economia.

Communication & Mass Media Complete: comunicação e a mídia de massa.

Fonte Acadêmica: ênfase em economia, história, direito, literatura, filosofia, administração pública, entre outras.

Humanities International Complete: (ciências humanas) todos os dados do Humanities International Index.

International Bibliography of Theatre & Dance with Full Text: ferramenta para o estudo de teatro e áreas de artes performáticas.

International Security & Counter Terrorism Reference Center: informações sobre praticamente cada dimensão de segurança e antiterrorismo.

Legal Collection: atualidades, estudos atuais, pensamentos e tendências do mundo jurídico.

Regional Business News: negócios regionais cobrindo todas as áreas urbanas e rurais nos EUA.

World Politics Review: especialidades nos assuntos de jornalismo, organizações de pesquisa, universidades, governo e outros.

A plataforma da EBSCO, o EBSCOHost, disponibiliza áudio (leitura) para que o usuário possa ouvir textos em HTML. Após clicar no ícone texto completo em HTML, basta clicar no botão LISTEN que se encontra abaixo do título do texto.

O único idioma disponível nesta funcionalidade é o inglês, com a possibilidade de escolha (inglês americano, australiano ou britânico). Possibilita ajuste de velocidade do áudio e download do artigo para o formato MP3.

Modos de acesso

Nos campi da FAAP: sem necessidade de senha

Link: <http://search.ebscohost.com>

Acesso remoto

• Alunos da Graduação: <http://www.faap.br/> - Serviços on-line – Graduação – Login

• Alunos da Pós-Graduação: <http://www.faap.br/> - Serviços online – Pós – Login

- Docentes: <http://www.faap.br/> - Serviços online – Professores - Login

● **Acervo Virtual:**

Além do acervo físico disponível no polo sede, os alunos do Curso de Direito também contam com o acervo virtual da Minha Biblioteca que é uma empresa formada por um consórcio de cinco importantes editoras (Editora Saraiva, Atlas, GEN, Grupo A e Manole). Conta com aproximadamente 6.300 títulos em todas as áreas do conhecimento. Os títulos estão disponíveis em texto integral, podendo ser acessados 24 horas por dia em 07 dias por semana.

A empresa também disponibiliza, em sua base de dados, a ferramenta LER EM VOZ ALTA, que utiliza os recursos de vozes do navegador, permitindo que o usuário possa escutar o conteúdo.

Modo de acesso:

Nos campi da FAAP e acesso remoto: inserindo usuário e senha.

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/>

BIBLIOTECA CENTRAL E UNIDADES - 2020		
Livros - Area do conhecimento - (CNPQ)	Títulos	Volumes
1 – Ciências Exatas e da Terra	3877	6861
2 – Ciências Biológicas	369	588
3 – Engenharias	6392	10117
4 – Ciências da Saúde	747	1022
5 – Ciências Agrárias	129	170
6 – Ciências Sociais Aplicadas	39095	57361
7 – Ciências Humanas	8423	12118
8 – Linguística, Letras e Artes	15775	20866
9 – Outros	16	19
TOTAL	74823	109122
<i>Fonte: Pergamum – Dados até dezembro / 2020</i>		

Dados do acervo da Biblioteca FAAP

BIBLIOTECA CENTRAL E UNIDADES - ACERVO GERAL - 2020	
Tipo de material	Títulos
Catálogos e folhetos	7286
Jornais	8
Livros	74848
Material audiovisual: VHS / DVD / CD / Audiolivro / Blu-ray	8850
Normas técnicas	330
Periódicos	1068
TCCs	933
Teses / Dissertações	129
Mapas / Plantas	116
TOTAL	93568

Fonte: Pergamum – Dados até dezembro / 2020

TOTAL GERAL DO ACERVO - 2020	
TITULOS	96911
EXEMPLARES	223794

Fonte: Pergamum – Dados até dezembro / 2020

4. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

O Projeto Pedagógico do curso deverá ser avaliado, internamente, pelo NDE e pela CPA:

- **Avaliação do NDE:** o Núcleo Docente Estruturante, composto por no mínimo 05 (cinco) professores e organizado segundo Regulamento próprio, será responsável, entre outras coisas, por:
 - criar e difundir as diretrizes do projeto pedagógico, estabelecendo uma cultura institucional;
 - acompanhar a implantação do PPC para, em um processo de avaliação, garantir a constante melhoria das condições de ensino; e,
 - propor modificações sempre que julgar necessário.

- **Avaliação da CPA:** a avaliação do Projeto Pedagógico do Curso é parte decisiva do processo de autoavaliação e enfoca a concepção do currículo, a organização didático-pedagógica, práticas pedagógicas e as práticas institucionais. Dentre as questões que são avaliadas, pode-se identificar: a sistemática e periodicidade da revisão curricular, os critérios que orientam o trabalho de revisão, a correspondência do currículo e programas ao perfil esperado do egresso e a maneira como as diretrizes curriculares foram incorporadas pelo PPC.

O Relatório da CPA é encaminhado para a Instituição, no momento em que é anexado no e-MEC.

De acordo com as mudanças introduzidas pela Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065, de 09 de outubro de 2014, a Instituição Centro Universitário Armando Alvares Penteado possui 24 (vinte e quatro) laboratórios de informática distribuídos pelos prédios da Instituição, dos quais alguns são de uso específico dos cursos e outros, de livre acesso aos alunos, colaboradores e professores. A descrição dos laboratórios e softwares utilizados pela IES encontra-se no anexo do PDI.

Deve entregar anualmente, até o final do mês de novembro, cópia de todos os documentos, próprios de cada relatório parcial e relatório final, para serem analisados, objetivando verificar se as recomendações que foram indicadas anteriormente estão sendo seguidas e as fragilidades estão sendo corrigidas.

Os alunos são sensibilizados e orientados para a Avaliação Institucional por meio de e-mail da instituição e/ou particular. No acesso ao portal online, os alunos também podem ter o conhecimento necessário para participarem do processo da avaliação institucional. Todos os computadores da instituição são programados para que no primeiro acesso, o usuário tenha contato com o informativo da avaliação institucional. Os alunos têm acesso remoto aos formulários e podem participar da avaliação institucional na IES ou nos lugares que acharem mais adequados de acordo com sua rotina pessoal e disponibilidade.

As pesquisas de opinião dos corpos: docente; técnico-administrativo, e, egressos são aplicadas eletronicamente sempre 2º semestre letivo e o resultado, das mesmas, é disponibilizado no *Canvas* e a cópia física fica disponível na sala da CPA. Já, as pesquisas de opinião aplicadas ao corpo discente (avaliação institucional e avaliação docente) são realizadas semestralmente e o processo de disponibilização é o mesmo.

Os resultados da CPA são encaminhados para o corpo gestor com as orientações de melhoria. Caberá ao gestor divulgar os resultados junto ao seu coletivo e propor um plano de ação a fim de dirimir os problemas identificados e potencializar as ações avaliadas positivamente. O plano de ação é compartilhado com a CPA para acompanhamento dos processos de mudança.

Periodicamente é realizada, pelos membros da CPA, uma revisão das pesquisas no sentido de adequar cada questionário a realidade do momento. Algumas revisões são feitas em razão dos comentários que os participantes, das pesquisas, deixam registrados.

- **Avaliação Externa:** além das avaliações internas, de acordo com a legislação vigente, o curso estará sujeito, também, à avaliação externa por uma Comissão de Especialistas "*ad hoc*"⁵

⁵ O resultado das avaliações dessas avaliações deverá dar suporte à elaboração do Relato Institucional

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALBÉ, M. M. G. **A interlocução entre professor tutor e aluno na educação a distância**. Educar, Curitiba, n. 21, p. 215-224. 2003. Editora UFPR, 2003. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0104-4060.291>. Acesso em 23 de novembro de 2022.

BRASIL. Casa Civil. Presidência da República. **Decreto nº 4.281**, de 23 de junho de 2002, que regulamenta a lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2002. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm. Acesso em 23 de novembro de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Resolução CNE/CES n. 5**, de 17 de dezembro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito.

_____. Casa Civil. Presidência da República. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em 23 de novembro de 2022..

_____. Casa Civil. Presidência da República. **Lei nº 11.788**, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília: Casa Civil, 2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em 23 de novembro de 2022.

_____. Casa Civil. Presidência da República. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil, 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 23 de novembro de 2022.

_____. Casa Civil. Presidência da República. **Lei nº 9.795**, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2002. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm. Acesso em 23 de novembro de 2022.

_____. Casa Civil. Presidência da República. **Lei nº. 10.861**, de 14 de abril de 2004, que implanta o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Brasília: Casa Civil, 2004.

_____. Conselho Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Resolução nº 1**, de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6885-resolucao1-2010-conae&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em 23 de novembro de 2022.

_____. Ministério da Educação (MEC). **Portaria n.º 4.059**, de 10 de dezembro de 2004, que resolve que as instituições de ensino superior poderão introduzir, na

organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semipresencial. Publicada no DOU de 13/12/2004, Seção 1, p. 34. Disponível em http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf. Acesso em 23 de novembro de 2022.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1**, de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: CNE/ CES, 2004. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em 23 de novembro de 2022.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1**, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União nº 105, de 31 de maio de 2012. Seção 1. p. 48. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em 23 de novembro de 2022.

_____. Ministério da Educação. **Portaria n.º 2.051**, de 09 de julho de 2004, que Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. Publicado no Diário Oficial da União em 12 de julho de 2014, p. 12-13. Disponível em <http://meclegis.mec.gov.br/documento/view/id/32> . Acesso em 23 de novembro de 2022.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 3.284**, de 7 de novembro de 2003. Publicada no DOU 11/11/2003 p. 12, Seção 1, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em 28 de agosto de 2021.

_____. Ministério da Educação (MEC). **Resolução CNE/CES n. 2**, de 18 de abril de 2021, que alterou a Resolução CNE/CES n. 5, de 17 de dezembro de 2018.

DELORS, J. Tendências da Educação Superior para o Século XXI. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE ENSINO SUPERIOR, 1998, Paris. **Anais ...** Brasília: UNESCO Brasil, 1999.

FAVA.R. **Trabalho, Educação e Inteligência Artificial: A Era do Indivíduo Versátil**. Porto Alegre: Penso, 2018. (eBook Kindle)

GARRISON, D. R., ANDERSON, T., ARCHER, W. Critical Inquiry in a text based environment. Computer Conferencing in Higher Education. **Internet in Higher Education**, v. 2, nº 2, p. 87-105, 2000.

HOFFMANN, G et al.(orgs.) **Aprendizagem Digital** curadoria, metodologias e ferramentas para o novo contexto educacional. Porto Alegre: Pensa, 2021. Disponível <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786581334154/.%20%20%20Acesso%20em:%2017%20nov.%202022>. Acesso em 23 de novembro de 2022.

MILLÀN, A. L. **Gestión por Competencias y Ocupaciones**. Sevilha: Universidade de Sevilha, Apostila, 1999, p.3.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MOURA, R. A de & ALMEIDA, A.A.de. (orgs.) **Internacionalização do ensino superior: desafios e perspectivas**. Curitiba: CVR, 2020.

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. da (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1995.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**. Repensar a reforma e reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2018.

MUNHOZ, A. S. **Andragogia: a educação de jovens e de adultos em ambientes virtuais**. Curitiba: InterSaber, 2017.

MUSSAK, E. **Metacompetência: uma nova visão do trabalho e da realização pessoal**. São Paulo: Gente, 2003.

PETERS, Otto; KAYSER, Ilson, trad. Didática do ensino à distância: experiências e estágio da discussão numa visão internacional. São Paulo: UNISINOS, 2001

RESENDE, L. M. G. de. Paradigma – relações de poder-projeto político-pedagógico: dimensões indissociáveis do fazer executivo. In: VEIGA, P. A. **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 2001, p. 92.

SALAS, L. A. **Conectivismo: Una teoría del aprendizaje en la era digital**. Saarbrücken, Alemanha: VDM Publishing, 2017.